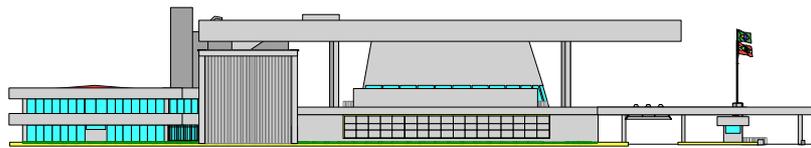


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVIII

FLORIANÓPOLIS, 14 DE ABRIL DE 1999

NÚMERO 4.616

14ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Gilmar Knaesel
PRESIDENTE

Heitor Sché
1º VICE-PRESIDENTE

Pedro Uczai
2º VICE-PRESIDENTE

Lício Silveira
1º SECRETÁRIO

Romildo Titon
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Paulo Bornhausen

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**
Líder: Ivan Ranzolin

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Herneus de Nadal

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Wilson Wan-Dall

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Francisco de Assis

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**

Líder: Jaime Mantelli

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
Líder: Sandro Tarzan

COMISSÕES PERMANENTES

**CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E
REDAÇÃO DE LEIS**
Onofre Santo Agostini – Presidente
Reno Caramori – Vice-Presidente
Jaime Mantelli
Nilson Gonçalves
Jorginho Mello
Herneus de Nadal
Rogério Mendonça
Ivan Ranzolin
Francisco de Assis Nunes

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO
João Rosa – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Sandro Tarzan
Wilson Wan-Dall
Paulo Bornhausen
Ronaldo Benedet
Joares Ponticelli
Valmir Comin
Volnei Morastoni

**AGRICULTURA, COOPERATIVISMO,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA**
Gelson Sorgato – Presidente
Neodi Saretta – Vice-Presidente
Jaime Mantelli
Onofre Agostini
Moacir Sopelsa
Nelson Goetten de Lima
Milton Sander

**DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO
CONSUMIDOR**
Ronaldo Benedet – Presidente
Nilson Gonçalves – Vice-Presidente
Onofre Santo Agostini
João Rosa
Narcizo Parisotto
Odete do Nascimento
Neodi Saretta

**TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO
URBANO E RURAL E TURISMO**
Ciro Rosa – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Altair Guidi
Jaime Duarte
Moacir Sopelsa
Valmir Comin
Francisco de Assis Nunes

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
Joares Ponticelli – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Paulo Bornhausen
Cesar Souza
Jaime Duarte
Manoel Mota
Milton Sander

SAÚDE E MEIO AMBIENTE
Volnei Morastoni – Presidente
Sandro Tarzan – Vice-Presidente
Clésio Salvaro
Ivo Konell
Ronaldo Benedet
Odete do Nascimento
Joares Ponticelli

**TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE
SERVIÇO PÚBLICO**
Reno Caramori – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Clésio Salvaro
Rogério Mendonça
Luiz Roberto Herbst
Wilson Wan-Dall
Nelson Goetten de Lima

**FISCALIZAÇÃO, CONTROLE
E EFICÁCIA LEGISLATIVA**
Jaime Mantelli – Presidente
Valmir Comin – Vice-Presidente
Clésio Salvaro
Narciso Parizotto
Gelson Sorgato
Altair Guidi
Ideli Salvatti

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Denise Videira Silva

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VIII - **NÚMERO 1010**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 023ª Sessão Ordinária
realizada em 05/04/1999..... 2
Ata da 024ª Sessão Ordinária
realizada em 06/04/1999..... 10

Atos da Mesa Diretora

Resoluções Administrativas.....
..... 25

Publicações Diversas

Ata de Comissão Permanente
..... 26
Avisos de Resultado 27
Ofícios 27
Portaria CGP 28
Portarias Administrativas 28
Projeto de Lei 28
Requerimento 28

PLENÁRIO**ATA DA 023ª SESSÃO ORDINÁRIA****1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA****EM 05 DE ABRIL DE 1999****PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GILMAR KNAESEL**

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Altair Guidi - Cesar Souza - Ciro Roza - Clésio Salvaro - Francisco de Assis - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Rosa - Jaime Duarte - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Neodi Saretta - Odete do Nascimento - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Pedro Uczai - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sandro Tarzan - Valmir Comin - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Lício Silveira, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Primeiro Secretário, Deputado Lício Silveira, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Lício Silveira) - O expediente consta

do seguinte, Sr. Presidente:

PROJETO DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Manoel Mota que declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer, do Município de Araranguá.

OFÍCIOS NºS: 433/99, do Sr. Secretário de Estado da Fazenda, encaminhando os demonstrativos da dívida fundada interna e externa da administração direta e das garantias prestadas pelo Governo do Estado à Casan; 5.120/99, do Sr. Secretário-Chefe da Casa Civil e do Governo, encaminhando mensagem relativa à situação contábil do Tesouro do Estado de Santa Catarina, em 31 de dezembro de 1998; 342/99, do Sr. Secretário de Estado dos Transportes e Obras, referente à Indicação nº 017, de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça; 331/99, do Sr. Secretário de Estado dos Transportes e Obras, relativo à Indicação nº 042, que solicita a pavimentação asfáltica da rodovia que interliga Sangão e Morro da Fumaça.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro

Uczai) - Terminada a leitura do expediente, pasaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa dos Vereadores do Município de Concórdia: Nelson Polese (Presidente da Câmara Municipal), Ademar Gehardt e Idair Piccinin; bem como do Presidente do Núcleo Habitacional de Fragosos, Gilberto Biensfeld.

Tenham todos uma boa estada na Capital, e que possam alcançar êxito nos seus pedidos junto à Cohab e junto à Casan.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Sandro Tarzan.

(Pausa)

Na ausência do Deputado Sandro Tarzan, com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Nelson Goetten, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, ocupo a tribuna na tarde de hoje para render minha solidariedade a dois ilustres administradores

públicos do Estado de Santa Catarina.

Quero aqui lembrar o trabalho realizado pela nossa Prefeita Ângela Amin, que está vivenciando a experiência e a angústia que vive hoje seu marido, o Governador Esperidião Amin, para administrar este nosso querido Estado.

Quando a Sra. Ângela Amin assumiu o comando da Capital do Estado de Santa Catarina, há dois anos, enfrentou uma situação idêntica a que hoje enfrenta o Governador Esperidião Amin, ou seja, um Estado totalmente desorganizado, com uma dívida atrasada de mais de cem milhões de reais, além de mais de duas folhas de pagamento vencidas.

Bastaram dois anos de trabalho, de dedicação para vermos hoje a transformação da nossa Capital. Portanto, D. Ângela Amin merece a nossa solidariedade, o reconhecimento de sua competência em administrar. E estou impondo hoje ao Governador Esperidião Amin uma situação idêntica.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Nobre Deputado, comungo com o pensamento de V.Exa.

Eu não acreditava na Prefeita Ângela Amin quando ela venceu as eleições. Na minha avaliação, está sendo uma grande surpresa a sua administração. Ela não ficou chorando o leite derramado, mas achou alternativas e está fazendo uma boa administração. A Prefeita Ângela Amin deu essa grande lição à Nação.

Neste verão, Deputado, as praias deram um banho de limpeza e de organização. E a Capital hoje é um canteiro de obras; em todos os cantos verificam-se obras que a Prefeita Ângela Amin está fazendo.

E digo isso por uma questão até de descargo de consciência, porque não acreditava na administração da Prefeita Ângela Amin. Quero aqui reconhecer o grande trabalho que ela vem fazendo, e o que realmente me surpreendeu é que pegou a Prefeitura em péssimas condições mas não ficou reclamando, foi administrar.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Agradeço o seu aparte, Deputado Onofre Santo Agostini.

Fica evidente que com competência, com seriedade e com determinação pode-se fazer muito. Por isso a nossa esperança no Governador Esperidião Amin, que enfrenta um grande desafio, pois recebeu um Estado com mais de um 1,3 bilhão de dívidas empenhadas, vencidas. E só alguém com muita determinação, com muita capacidade, com muito conhecimento é que poderá vencer esse desafio.

Li na Gazeta Mercantil que a Deputada Ideli Salvatti iria apresentar hoje um projeto de decreto legislativo contrariando a decisão sábia, corajosa do Governador Esperidião Amin, que reduziu de forma corajosa o ICMS dos automóveis, incrementando a economia do Estado, porque Santa Catarina nunca vendeu tanto veículo quanto agora.

Eu pensei que a Deputada estava preocupada com as questões de Santa Catarina, mas apresentou um projeto de decreto legislativo hoje aqui querendo anular uma ação importante e corajosa do Governador Esperidião Amin.

Neste momento em que Santa Catarina clama e pede pela solidariedade dos seus quarenta Deputados, surpreende-

nos que alguém aqui, que exerce a função de representar o povo de Santa Catarina, faça algo dessa natureza.

Acredito que a Deputada já deva ter sido aconselhada a retirar essa sua iniciativa, porque Santa Catarina tem um grande desafio pela frente e precisa de incremento, de receita. E nós temos que nos preocupar com o que é melhor para Santa Catarina. Se isso não fosse mudado, o povo de Santa Catarina estaria comprando veículo no Estado de São Paulo! Não podemos estar, de forma nenhuma, preocupados porque pessoas de São Paulo, do Paraná ou do Rio Grande do Sul estão vindo comprar aqui e, com isso, incrementando a receita do nosso Estado!

O Sr. Deputado Paulo Bornhausen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Pois não!

O Sr. Deputado Paulo Bornhausen - Deputado, estou ouvindo atentamente o seu pronunciamento, e realmente é incompreensível que neste momento em que procuramos sanear o Estado aumentando a arrecadação - baixar impostos também significa aumentar a arrecadação, e isso está sendo provado neste momento com a venda dobrada de automóveis, devido à baixa do ICMS em Santa Catarina-, o Procurador do Rio Grande do Sul, só porque é ligado a um Partido Político que não o do Governo do Estado de Santa Catarina, queira influenciar as decisões da Assembléia Legislativa através de representantes que se dão ao luxo de ser Deputados Estaduais por dois Estados. Ou defendem Santa Catarina ou defendem o Rio Grande do Sul!

Não queremos abrir briga na Federação, mas se há uma disputa, ela tem que ser a favor do nosso Estado, e não a favor do Rio Grande do Sul!

Eu não acredito que alguém tenha sido votado no Rio Grande do Sul para ser Deputado eleito por Santa Catarina! Portanto, acho que a Deputada Ideli Salvatti foi muito infeliz nas suas declarações. Parece que está recebendo ordens do Procurador do Rio Grande do Sul para entrar com a mesma medida que ele entrou no Supremo, um decreto legislativo, com o mesmo texto, com o mesmo embasamento. Eu fico pasmo por ver que isso ainda acontece aqui em Santa Catarina!

Por outro lado, quero também frisar que estaremos defendendo aqui uma PEC para coibir abusos na questão de aumentos, enquanto os funcionários de todos os Poderes não tiverem recebendo em dia o seu salário.

O Governador do Rio Grande do Sul, defendido por essa medida aqui, na Assembléia, que espero que nem entre, mas já foi noticiada nos jornais, mandou um plano plurianual para o Parlamento daquele Estado proibindo aumento aos funcionários pelos próximos cinco anos, mas foi denunciado pela filha de um outro Deputado, Líder do mesmo Partido do Governador.

É uma vergonha que aqui se tenha uma palavra e no Rio Grande do Sul tenha-se outra. Por isso fica o registro aqui, e acho que esse é um exemplo que ninguém deve seguir.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Agradeço o seu aparte, Deputado Paulo Bornhausen.

Srs. Deputados, vejam quanto tempo Santa Catarina está perdendo! Nós não vimos essa manifestação à nossa indústria farmacêutica. O País, em diversos Estados, tem diferenciação de alíquota de ICMS, prejudicando a nossa indústria farmacêutica. E cabe a nós pedir ao Governo, aos nossos Secretários, que

tomem as medidas necessárias para que em Santa Catarina seja reduzida essa alíquota, para que sejamos também competitivos.

Nós temos uma indústria farmacêutica indiscutivelmente importante, mas fica prejudicada a sua competitividade porque não temos uma redução do ICMS. Portanto, quando o nosso Governo tem a coragem de tomar uma atitude que vem incrementar a receita do Estado de Santa Catarina, precisamos aplaudir, porque isso é bom para Santa Catarina, e o que é bom para Santa Catarina, por certo, é bom também para nós, Deputados.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Romildo Titon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. Presidente e Srs. Deputados, acredito que a maioria de V.Exas. recebe, praticamente todos os dias, correspondências buscando informações, reivindicações, mas gostaria de registrar a que recebi da Câmara Municipal de Brunópolis, pois seu conteúdo me chamou atenção.

Está assinada por quatro Vereadores do PPB, dois Vereadores do PFL e três Vereadores do PMDB, e vou ler esta correspondência por julgá-la importante para aquela região, para aqueles que conhecem o recém criado Município de Brunópolis.

Diz o seguinte:
(Passa a ler)

"Vimos através desta solicitar seu apoio e empenho no sentido de auxiliar o Município de Brunópolis a reconquistar alguns bens e direitos que foram subtraídos pelo atual Governº São eles:

1 - A viatura da Polícia Militar que foi encaminhada para o destacamento militar de Brunópolis, zero quilômetro, a qual foi doada no Governo Paulo Afonso e retirada e encaminhada, segundo informações, para o destacamento de Chapecó. E foi-nos encaminhada uma viatura velha, que precisa de várias reformas, onerando o Município.

2 - O computador, novo, que foi encaminhado para a DPMU de Brunópolis, não foi entregue. O computador em questão foi encaminhado à Delegacia de Campos Novos, até a DPMU de Brunópolis estar pronta. Quando foi requisitado pelo responsável pela Delegacia, Roberto Francisco Nora, este foi informado que o computador não seria entregue porque ficaria para uso na Delegacia Regional de Campos Novos.

3 - O Município teve um trabalho desgastante na elaboração do projeto de casas populares para as pessoas carentes. Inclusive, foi contratada uma assistente social para realizar o estudo junto aos Municípios carentes, para verificar quem realmente necessita de casa e não tem condições de tê-la.

De forma arbitrária, sem nenhuma avaliação, o Município de Brunópolis foi cortado do projeto. Quando solicitado o motivo de tal decisão, simplesmente disseram que foi cortado porque o Município não precisa de casas populares. Mas em tempo algum apareceu quem quer que seja para fazer tal pesquisa.

O Município de Brunópolis é recém emancipado, pequeno, mas promissor. Apesar dos esforços empregados pelo Prefeito para o seu desenvolvimento, o Município precisa de ajuda. O Governo do Paulo Afonso foi-nos de grande valia,

ajudando sempre, visando ao desenvolvimento, da mesma forma que fez com as grandes cidades.

O atual Governo parece que esqueceu que também fazemos parte do Estado de Santa Catarina. Retirou dos cidadãos três benefícios que recebemos, sem nenhuma explicação plausível.

A viatura foi ganha do Governo anterior, foi emplacada com o nome de Brunópolis, portanto, destinada ao nosso Município, mas foi retirada sem maiores delongas.

O computador foi subtraído sem ao menos uma promessa de substituição. Uma delegacia, como qualquer órgão público, precisa de equipamento adequado para desempenhar o trabalho com rapidez e eficiência.

O Município de Brunópolis é carente, precisa, urgentemente de casas populares para aquelas pessoas que atualmente vivem em casas cobertas de lona, nas quais crianças e velhos muitas vezes não conseguem dormir devido à chuva e ao vento, que descobrem suas casas.

Através deste ofício, solicitamos a V.Exa. que nos auxilie junto aos órgãos competentes, com o objetivo de trazer para o Município de Brunópolis a viatura, o computador e as casas populares, que são bens que ajudarão muito o desenvolvimento de Brunópolis.

(aa) Celso Scolaro, Presidente da Câmara - PMDB;

Sebastião Weber, Vereador - PPB;
Francisco Darci Weber, 2º Secretário - PMDB; Nicolau Alípio de Moraes, Vereador - PPB;

Iriceu Loesch, Vereador - PMDB;
Orides Gonçalves Kemer, Vereador - PPB; Nivaldo João Fontana, Vereador - PFL;
Sady Talamini, Vereador - PPB;
Aparício Alves Ferreira, Vereador - PFL."

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Nobre Deputado, idêntica correspondência este Deputado recebeu, e também achou que a reclamação dos Vereadores é procedente.

Nós fizemos uma solicitação ao Governador do Estado, através da Secretaria da Segurança, para que preste o devido esclarecimento, porque conhecemos a realidade de Brunópolis, que, além de ser um Município pequeno, recém emancipado, é um Município onde há muitos atritos.

Portanto, uma viatura lá é muito importante, e já fizemos uma solicitação ao Governo do Estado para que, no mínimo, esclareça ao povo de Brunópolis as razões de ter tirado de lá essa viatura.

Ora, se estão construindo no Município um novo prédio para a cadeia pública, não se justifica não ter uma viatura para que a polícia possa fazer suas diligências. Inclusive, essa viatura já estava emplacada no Município de Brunópolis.

Também já fizemos uma solicitação à direção do nosso Partido para que alguma coisa seja feita. Eu não acredito que a correspondência tenha sido feita exclusivamente por questão política, mas temos que tomar alguma providência.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Até porque, Deputado Onofre Santo Agostini,

foi assinado por todos os Vereadores de todos os Partidos, e isto me chamou muito a atenção, porque todos os Municípios da região receberam suas viaturas, mas esta foi tirada para ser mandada para o Município de Chapecó, o que causou revolta nos Vereadores de Brunópolis.

Igualmente, a questão das casas populares, que foram retiradas tanto de Brunópolis como de Zortéa, de São José do Cerrito e de outros Municípios. E até agora não recebemos resposta ao pedido de informação que fizemos ao Governo do Estado.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Deputado, na minha cidade, Xaxim, o Governo anterior também entregou uma viatura, e lá deixaram as viaturas velhas, que poderiam ser usadas para atender Lajeado Grande, Município vizinho. Hoje querem um convênio para levar uma viatura lá. Retiraram de Xaxim essa viatura, uma Ipanema nova, recém-entregue, e levaram-na para Chapecó também. Não sei para que tanta viatura se é só para Chapecó!

Quanto às casas populares, não é só Zortéa, mas também Nova Itaberaba, Formosa do Sul. Queremos uma informação se realmente são esses os pequenos Municípios que precisam de dez ou vinte casas, tanto na área urbana como na área rural, mas que não estão sendo contemplados.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Portanto, fica registrado desta tribuna o nosso repúdio ao Governo do Estado pela discriminação que está fazendo ao Município de Brunópolis, que futuramente será um grande Município, igual a muitos outros que começaram com dificuldades e hoje dão à comunidade condições de vida melhor.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o próximo orador inscrito, Deputado Sandro Tarzan, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, venho à tribuna com muita tristeza para dizer ao Parlamento catarinense que perdemos um ilustre filho de São Joaquim. Seu passamento foi muito parecido com o de Prudente Cândido da Silva Filho, pois meu primo, Deusedith de Souza Campos (Diti), morreu de um infarto no miocárdio.

Ele morava em Lages, era do PPB, Partido do nosso amigo Deputado Joares Ponticelli, e era conhecido em toda a Região Serrana, posto que foi um dos coordenadores da campanha da então Deputada Ângela Amin para a Prefeitura de Florianópolis, e agora coordenador da campanha de Esperidião Amin, Governador eleito.

Atualmente, fazia parte do quadro do Governo do Estado, era da Cohab. Mas, Deputado Jorginho Mello, Deus é quem sabe da nossa vida, e aqui fica o sentimento deste Deputado em relação à perda desse ilustre filho de São Joaquim.

Falando na vida, na preservação da vida, venho à tribuna também com uma preocupação muito séria em relação à nossa BR-282, onde já levei um susto muito grande, pois quase sofri um acidente quando me desloquei daqui para São Joaquim, para visitar minha família. Na ocasião, Deputado Onofre Santo Agostini, que sempre viaja por aquela estrada, havia uma serração na localidade de Boa Vista, e estando a estrada sem nenhuma sinalização,

perdi-me e fui para o acostamento, e por uma graça de Deus não cai num peral, como dizem na minha região.

Portanto, quero deixar registrado que, por não existir sinalização nenhuma, aquela estrada é um perigo para a nossa comunidade, porque naquela região não se consegue ver um metro à frente quando há serração, e não se tem o mínimo necessário de acostamento para se guiar.

Portanto, ou se faz uma estrada e se toma uma providência ou não é mais possível viajar pela BR-282.

Estou entrando com um requerimento ao DNER e ao DER e com uma indicação ao Secretário dos Transportes no sentido de que seja tomada uma providência. Inclusive, há ali um local onde foi retirado todo o asfalto, está só na areia, o que torna um perigo constante quando chove e quando há serração, com o agravante de não se ter nenhuma sinalização para guiar os motoristas que por ali trafegam, inclusive com suas famílias, arriscando suas vidas.

Também sabemos, Deputado Joarez Ponticelli, dos problemas que passa a BR-101, e estamos vendo agora o problema da BR-282. Fica aqui a nossa vontade de fazer com que Santa Catarina seja respeitada em nível federal.

Nós sabemos, e aqui falo com repúdio a isto que está acontecendo no nosso Estado, que o Ministro dos Transportes, que é vizinho do nosso Estado, não tem tomado as providências necessárias para que nós tenhamos o respeito do Governo Federal no sentido de atender este Estado que tanto produz e tanto leva os recursos para a Capital Federal do nosso querido Brasil.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Pois não!

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Eu quero agradecer o aparte e ser solidário com as suas colocações.

Ontem à noite ainda vivi uma experiência sofrível quando vinha do Alto Vale para Florianópolis, enfrentando a BR-282. A BR-116 é uma vergonha, a BR-470 é a mesma coisa, a BR-101 é essa calamidade, pela demora, criando uma angústia. Muitas vidas estão sendo ceifadas, muitos acidentes estão acontecendo, com prejuízos irrecuperáveis. Ontem à noite eu vi três acidentes do Alto Vale até aqui.

O nosso Ministro, que é do Rio Grande do Sul, que é do Sul do nosso País e que sabe a importância de Santa Catarina, precisa ser chamado a atenção. Isto aqui é um celeiro produtor, isto aqui é o quinto maior exportador desta Nação, para se ter idéia da grandiosidade dessa nossa Santa Catarina em termos de produção.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Agradeço o aparte de V.Exa., nobre Deputado!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. tem toda razão. Veja, ilustre Deputado, que se fez um grande movimento, o que é justo, é perfeitamente justo, inclusive este Deputado participou, V.Exa. também participou, sobre a duplicação da BR-101.

Eu acho um movimento

perfeitamente justo, meritório, prioritário, mas esquecem da BR-282 e da BR-116, que em pouco tempo também vão ficar inviáveis.

Nós demos entrada, na semana passada, Deputado, e foi aprovado, a um requerimento semelhante ao que V.Exa. está dando entrada. Precisamos de sinalização, principalmente nos trevos, porque esses trevos são um desastre. Cada trevo que estamos enfrentando na BR-282, V.Exa. disse bem...

Quem sabe se eu, V.Exa., os Deputados do Oeste, da região serrana, os que mais ocupam a BR-282, porque toda semana estamos viajando...

Então eu acho, Deputado, que se deve fazer este movimento. Nós, que usamos a BR-282, a BR-470 e a BR-116, temos que reclamar. Se não há recursos, que se faça ao menos o recapeamento da BR-116, a sinalização da BR-282 e da BR-480. Nós temos que reclamar para que o Governo invista, como disse V.Exa., no quinto maior produtor deste País.

Deputado, V.Exa. tem a minha solidariedade, porque o assunto levantado por V.Exa. é meritório e tem procedência.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Agradeço o aparte de V.Exa., nobre Deputado!

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Quero me solidarizar com V.Exa. no que diz respeito ao protesto da BR-282, e aqui enfatizo novamente o meu repúdio ao Ministro dos Transportes Eliseu Padilha, uma vez que ele é conhecedor do problema da rota do Mercosul, da ponte do Rio Sangão, da BR-101. São mais de cem quilômetros nas estradas, nas SCs, que cortam os Municípios da microrregião da Amrec e da Amesc.

Quero dizer também, Deputado Sandro Tarzan, que precisamos fazer com que a Comissão dos Transportes e a Comissão Parlamentar Externa que foi criada nesta Casa cobrem com mais vigor, com mais veemência, pois este problema assola o povo catarinense e os transeuntes que utilizam a BR-101.

O Sr. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Agradeço o aparte que todos os Srs. Deputados fizeram. Tenho certeza de que esta é preocupação de todos nós, Deputados. Santa Catarina não pode ficar, de maneira nenhuma, do jeito que está. Nós estamos enfrentando problemas gravíssimos. Como disse o Deputado Nelson Goetten, vidas estão sendo ceifadas, estão sendo tiradas da família, e nós temos que tomar providências...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - O próximo orador inscrito é o Sr. Deputado Paulo Bornhausen, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, ocupo a tribuna hoje para fazer um relato, um resumo da situação financeira do Estado, um documento consolidado

pelo Governo Estadual, onde são encontradas diversas dívidas vencidas tanto da administração direta como da administração indireta.

É importante fazer isso numa questão simplesmente política, não se pode levar apenas nessa direção, é dever daqueles que assumem o Governo fazerem uma auditoria e deixarem o resultado dessa auditoria para que a população, no caso do Poder Público, possa fazer e ter conhecimento de causa sobre a situação. E a situação não poderia ser diferente, a não ser uma situação calamitosa, até porque ao se constatar que três folhas de pagamento ficaram atrasadas do período de 98, é possível imaginar a magnitude da dívida encontrada pelo atual Governo do Estado, que foi levantada a pedido do Governador.

O total das dívidas vencidas na administração direta, apontado pelo relatório, soma R\$1.312.467.629,58. A administração indireta conta com uma dívida consolidada de R\$339.932.017,93. Do passivo financeiro, o que mais pesa nos restos a pagar são as folhas, como já disse, de outubro, novembro e dezembro. Já foram pagos no corrente exercício mais de R\$18.000.000,00 referentes aos ACTs, serventes, vigias e às merendeiras, recursos estes já da nova administração.

Outras questões foram levantadas na dívida, como os R\$221.228.491,23 correspondentes a cauções ou garantias recebidas de terceiros para a execução de contratos, obras e fornecimento em dinheiro, bem como à arrecadação por conta de terceiros. Desses R\$221.228.491,23, correspondem a empréstimos recebidos pela Secretaria Estadual da Fazenda, de fundos, autarquias, empresas e fundações, a quantia de R\$ 193.107.656,56. Significa que o Governo do Estado tomou, como do porto de São Francisco, recursos emprestados, e, portanto, não pagou. E isso foi feito em diversas autarquias.

Uma série de despesas não empenhadas e não pagas relacionadas com a dívida do Estado somam mais de R\$214.000.000,00. Nos órgãos, nas entidades, mais de R\$24.000.000,00.

Este é o quadro, infelizmente, Srs. Presidente e Srs. Deputados, em que se encontra o Estado nesse momento.

O Governador vem procurando, através de medidas saneadoras, encontrar um ponto de equilíbrio e tentar achar uma equação, que no meu ponto de vista é quase impossível, pagar esses atrasados o mais rápido possível, para que o trabalhador, os funcionários públicos não sofram mais do que já sofreram.

O Governo do Estado tem esse compromisso, persegue esse compromisso. O Sr. Governador não assinou e não assinará nenhum convênio com nenhuma entidade e Município enquanto essa dívida não for equacionada e paga.

É necessário que esta Assembléia possa se posicionar nessa mesma direção, que possamos ajudar com a nossa contribuição através da redução das despesas, também nesse esforço, que é equilibrar e reequilibrar as contas.

Portanto, faço esse balanço prévio, deixo esses números colocados, gravados nos Anais, para que possamos, a partir de agora, iniciar um processo de contabilidade do Estado.

O Sr. Deputado Joarez Ponticelli -

V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - Pois não!

O Sr. Deputado Joarez Ponticelli - Eu só queria registrar, Deputado, que nesse período nós, que estivemos participando com a comissão de serventes e merendeiras que foi solicitar à Secretaria de Educação que fosse priorizado o pagamento dos atrasados, pudemos perceber já a satisfação pelo fato de ter sido honrado o pagamento do salário de dezembro, faltando apenas o 13º salário, que será pago na folha do mês de abril, mas angustia-nos, como angustia o Sr. Governador, essa dívida que tem o Governo do Estado, dívida essa remanescente do Governo anterior, que precisa ser priorizada.

É importante que haja, por parte da população - estamos sentindo isso -, a compreensão suficiente para que se possa priorizar, porque esse deve ser o compromisso primeiro. O compromisso prioritário do Governo é sondar aquilo que é a mais importante dívida a ser resgatada. No nosso entendimento, não há nada mais destrutivo, não há roubo pior do que roubar salários. E nós precisamos restabelecer esse compromisso com o servidor catarinense...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos políticos. Hoje, segunda-feira, os primeiros dezessete minutos são destinados ao PPB.

Consultamos a Liderança para saber quem fará uso da palavra.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente, em primeiro lugar usará a tribuna o Deputado Reno Caramori e em seguida este Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra o Sr. Deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, temos hoje uma gama de assuntos depois do feriadão, todos eles de um valor extraordinário para Santa Catarina, mais até para reflexão.

Primeiro, quero cumprimentar o Diário Catarinense, que tanto lutou pela duplicação da BR-101, durante a administração do nosso saudoso Wilson Kleinübing, juntamente com esta Casa.

A RBS e o Diário Catarinense, irmados com a sociedade, levantaram o grande problema da necessidade da duplicação da BR-101. E aí está a obra em andamento, mesmo que de alguns meses para cá engatinhando. E queremos crer que o Governo Federal deverá ter a sensibilidade de não paralisar essa obra, que é a integração do Brasil todo.

Agora, queremos cumprimentar o Diário Catarinense pela brilhante matéria que saiu no jornal de domingo, se não me engano, no seu suplemento.

Nós, que conhecemos *pari passu* a BR-116, sabemos que realmente o que os reportéres anotaram nessa reportagem é a grande verdade. Foram até bastante modestos nas suas afirmações, porque a situação da BR-116 está um caos. A BR-101 tudo bem, tem problema de construção, uma série de situações que desagradam o motorista, mas a BR-116, Deputados, está um caos.

A BR-116 não tem mais a menor condição de trafegabilidade, principalmente agora,

com o aumento do número de veículos, tendo em vista o problema da BR-101, no Sul do Estado, com a queda da ponte.

Acentuou-se o volume de trânsito pesado na BR-116, principalmente no trecho Lages-Mafra, que é o grande centro de produção de madeira. Os caminhões intensificam o tráfego durante o dia e durante à noite transportando madeira. São caminhões pesados, carretas, julietas, caminhões trucks, transportando a riqueza do nosso Estado, principalmente nesse trecho.

E nós vemos hoje o DER de Santa Catarina sem as menores condições de dar manutenção. Fomos informados que o DNER em Mafra recebe oito mil reais/mês para dar manutenção a um trecho de praticamente cento e cinquenta quilômetros.

Isso é impossível! Problemas de placas horizontais, sinalização horizontal e vertical, problemas de roçadas, principalmente nas localidades das placas - as placas estão praticamente invisíveis -, cabeceiras de pontes e assim por diante.

Este trabalho, eu tenho certeza, Sr. Deputado, pela credibilidade que tem o Diário Catarinense, deverá chegar às mãos do Presidente da República.

Eu até faria aqui um requerimento verbal, Sr. Presidente, para que essa matéria fosse encaminhada na sua íntegra ao Ministro dos Transportes, ao Diretor-Geral do DNER, ao Presidente da República e, também, ao Ministro da Justiça, que é o responsável pela Polícia Rodoviária Federal, que tem a grande incumbência de manter a ordem nesta rodovia, o que não é fácil, porque os acidentes são muitos, os contratemos...

O motorista esquece do regulamento, coloca cento e vinte, cento e quarenta no velocímetro do seu veículo para recuperar o tempo perdido na burocracia, nas irregularidades da pista da BR-116.

Portanto, essa matéria, pela sua credibilidade, é importante que seja fotocopiada e encaminhada na íntegra, com folhas autenticadas, para que eles vejam a situação de Santa Catarina.

Como essa reportagem da BR-116, nós gostaríamos também que o Diário Catarinense fizesse da BR-470 e da BR-282, para mostrar também a realidade em que se encontram, todas elas com grande necessidade de serem reparadas.

Estamos chegando no inverno, e com a neblina, Deputado Sandro Tarzan, nós vamos encontrar muitos acidentes ao amanhecer em consequência da falta de sinalização, da má sinalização, tanto horizontal como vertical. Não temos acostamento nessas rodovias, o problema é seriíssimo.

Não dá para entender! Os aeroportos são reformados, as aeronaves, as companhias de aviação levam regalias e quem circula pelo setor rodoviário hoje encontra dificuldade de toda sorte, de todo tamanho.

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Deputado Reno Caramori, em primeiro lugar gostaria de parabenizá-lo pela sua preocupação. Infelizmente, o mínimo

necessário que nós temos que ter é a sinalização nessas estradas. Tem lugares, trechos, que não têm sinalização nenhuma.

Deputado Reno Caramori, eu quase passei por um acidente, agora, quando fui passar a Páscoa em casa. Por sorte tinha acostamento na BR-282, mas não tinha sinalização nenhuma! Quando encontramos a neblina, quase aconteceu uma tragédia, e estava toda a minha família. E assim é que acontece. Esta é a grande verdade. E tem acontecido com várias famílias aqui no Estado de Santa Catarina.

Então, eu acho que é o mínimo que temos que ter como respeito do Governo Federal. O mínimo, Srs. Deputados, é que ele faça a sinalização dessas estradas. Isso é o mínimo! E depois, sim, reformá-las para fazer com que tenhamos mais segurança no trânsito.

Nós, que vivemos na estrada, assim como tantos outros catarinenses, temos que ter o mínimo necessário, que é a sinalização, porque isso significa o respeito à nossa dignidade e à nossa integridade física.

Por isso, Deputado Reno Caramori, quero parabenizar V.Exa. e dizer que aqui haverá de ter um Deputado que também estará lutando pela vida e brigando pelos interesses dos catarinenses.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Deputado Sandro Tarzan, agradeço e incorporo o aparte de V.Exa. ao meu pronunciamento, porque são vidas que estão à mercê dos acontecimentos das estradas.

Claro, entendemos perfeitamente que os condutores dos veículos que transitam por essas rodovias também facilitam, mas muitas vezes perdem a cabeça exatamente pela situação das rodovias.

Por isso, Srs. Deputados, eu faço um apelo no sentido de que, através da Assembléia Legislativa, seja encaminhado um documento aos Ministros, ao DNER e ao Presidente da República para que olhem isso com carinho, porque é no transporte que começa o progresso do nosso País. É no transporte rodoviário, não é no pluvial, não é no marítimo e muito menos no aéreo que são transportadas as grandes riquezas do nosso Brasil. É pelo chão, é pelo asfalto, é rodando. São carretas, caminhões e ônibus de todo tamanho, de toda tonelagem que hoje transportam vidas e alimentos de todos os gêneros, fazendo parte do ir e vir deste grande País.

Mas, Srs. Deputados, nós temos um assunto da nossa região que muito nos preocupa, bem como toda a nossa região, o Vale do Rio do Peixe, o litoral catarinense, que é o problema do tomate.

Em Santa Catarina foi criada uma situação para o grande e bom produtor de tomate do Brasil. Populações de outros Estados estão vindo a Santa Catarina para plantar tomate. E já no ano passado nós alertávamos a Epagri.

Conversamos com a Associação Caçadoreense dos Produtores de Tomate, com o sindicato dos trabalhadores rurais e o sindicato rural que iria acontecer o que está acontecendo hoje. É a superprodução de tomate em Santa Catarina. Na divisa do

Paraná com Santa Catarina e suas imediações estão plantando tomate; no Norte e Centro Oeste do Estado estão plantando tomate; o Sul também está plantando e o litoral faz o mesmo; no Vale do Rio do Peixe, que é pioneiro, nem se fala o quanto. E aí está o grande caos.

O Banco do Brasil fez financiamento para os plantadores que apresentavam um cadastro viável. Os que apresentavam os seus projetos, recebiam o financiamento adequado para as suas culturas, entre elas a do tomate.

Em momento algum o Banco do Brasil deixou de financiar aqueles que realmente apresentavam as condições necessárias para a efetivação do empréstimo.

Surpresa nos causou agora no final da safra quando vimos que mais de 50% dos produtores de tomate da nossa região estavam com seriíssimos problemas de liquidez. Não terão a menor condição de pagar os empréstimos do Banco do Brasil.

No fim da safra, quem não comprou, quem não se preveniu com defensivos agrícolas, com insumos, já sofreu a consequência da alta do dólar, porque os produtos, em sua grande maioria, são importados. Também aí tiveram mais um desfalque em seu caixa, com o aumento desses produtos.

Pode-se dizer que a agropecuária de Caçador, de Videira, de Lebon Régis e de parte de Matos Costa gira hoje em torno do tomate e do pimentão. E no mínimo 50% desses colonos vão ter frustração de safra.

Por isso, vamos apresentar um requerimento, a ser encaminhado ao Banco do Brasil, solicitando que os financiamentos feitos aos produtores sejam revistos (juntamente com a Associação dos Tomateiros, com os sindicatos, com a Epagri, que tem acompanhado os produtores) com seriedade. O Banco, se não receber, tem a opção de tomar as terras que foram penhoradas em garantia, ou poderá oferecer um prazo de dois a quatro anos, dependendo da situação, para que esses agricultores possam continuar na terra e pagar suas contas.

Não existe outra fórmula, estivemos reunidos por várias vezes com produtores, com entidades de classe e estamos sentido que a realidade é esta.

Por isso, vamos apresentar neste Plenário um requerimento para que o Banco do Brasil reveja a situação. É claro que perdoar a conta ninguém perdoa, quem tomou dinheiro emprestado tem que pagar, quem faz a dívida tem que pagar a conta, não há a menor dúvida.

Então, nós não temos como oferecer condições para que esses agricultores possam cumprir com a legislação.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Reno Caramori, será que tem ICMS no tomate? V.Exa, que é da região, poderia responder?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Tem.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deve ser um desses produtos que o Governador vai solicitar isenção de ICMS,

que acho perfeitamente justo. O Deputado Sandro Tarzan solicitou a inclusão da maçã na cesta básica, porque ...

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - A maçã já tem aquele diferencial...

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - E o tomate não.

Então, é mais um fato que vem desabonar o agricultor que produz tomate.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - V.Exa. fez uma boa observação, mas a realidade é esta.

Gostaria de reforçar aqui que a situação é mais grave do que podemos pensar. Hoje, em Caçador e região, nós temos no mínimo seis mil pessoas trabalhando no cultivo do tomate. São seis mil pessoas trabalhando, inclusive adolescentes. A lei permite que crianças acima de 14 anos trabalhem quando o serviço é leve, artesanal. Elas trabalham na confecção da muda, na colocação da semente no envelope, no transplante da muda para o local definitivo, na colocação da taquara, que são serviços leves.

Todos os membros da família trabalham como meeiros, e esses meeiros, há alguns anos, vinham fazendo o seu pé de meia, faturando, porque trabalhavam *pari passu* com o dono da terra, produzindo com lealdade, com honestidade...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro dos horários reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Manoel Mota, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, mais uma vez vamos levantar uma questão muito debatida nesta Casa.

Ontem, estivemos visitando a região Sul do nosso Estado, que tem, nesta Casa, seis Deputados que a representam no sentido de defendê-la.

Nós que estamos defendendo o processo da duplicação da BR-101 - Palhoça ao Norte do Estado - sentimos a lentidão, a falta de uma ação forte por parte dos Governos Estadual e Federal, porque o Governo Estadual tem que cobrar a ação do Governo Federal aqui em Santa Catarina...

Ontem, alguns amigos que se encontravam em Joinville, levaram quatro horas para fazer o trajeto até Camboriú.

Então, esta é uma preocupação muito grande, porém não quero falar aqui apenas da duplicação - que tem a nossa solidariedade, o nosso apoio e o nosso trabalho -, mas, sim, do Sul do nosso Estado.

Deputados Joares Ponticelli e Valmir Comin, a nossa preocupação não só duplica, mas triplica, porque temos mais um ponto crítico no Sul do nosso Estado: a ponte que liga o Município de Capivari de Baixo ao Município de Tubarão, na frente da Usina Jorge Lacerda I, II, III e IV, que está rompida, que se abriu.

Se nós já tínhamos pegado como contrapé a ponte sobre o Rio Urussanga, que desabou, fazendo uma vítima, o motorista, e deixando outros feridos...

Várias vezes aqui falamos, os Deputados da região, da preocupação com a ponte do Rio Tubarão. Levantamos também aqui pontos críticos da BR-101, a ponte de Cabeçadas, a ponte da Lagoa Santo Antônio, que está totalmente comprometida, inclusive tem um projeto de engenharia para a sua reforma, só que precisamos de uma ação financeira urgente.

E agora pegamos como contrapé a ponte de Capivari de Baixo, que também está comprometida, que também é mais um ponto crítico no Sul do nosso Estado, na BR-101.

Então, significa que esta rodovia, que tem mais de 30 anos; que essas pontes, que têm mais de 30 anos... É evidente que tudo foi feito se não pelas mesmas empresas, mas pelos mesmos engenheiros, pelos mesmos arquitetos, usando o mesmo padrão de montagem - com cimento e outros produtos -, mas a grande verdade é que essas estruturas estão comprometendo essas pontes. E não apenas essas pontes, Deputado Joares Ponticelli, mas também o Sul do nosso Estado.

Se a ponte de Cabeçadas vier a se romper - inclusive não se pode estimar o número de pessoas, de caminhões e de automóveis que poderão, neste caso, envolver-se num acidente - ficará inviabilizado o Sul do nosso Estado. Inviabilizando-se esta rodovia, por onde vai escoar a matéria-prima que vem para cá e por onde vai escoar a nossa produção que vai para o Norte do País?!

Então, nós estamos chamando a atenção de V.Exas. Já encaminhamos, pela segunda vez, um pedido de audiência para o Ministro dos Transportes - encaminhamos inclusive em nome da Comissão de Transportes e em nome da Comissão Parlamentar Externa, do meu parceiro e companheiro Deputado Ciro Roza -, em Brasília, só que não obtivemos uma resposta da representação do Fórum catarinense e nem do nosso Ministro, que é aqui do Estado vizinho, o Rio Grande do Sul.

Não podemos ficar de braços cruzados, deixar que as coisas aconteçam. Cabe a nós cobrar a vinda urgente do Ministro aqui em Santa Catarina. Ele precisa visitar o Sul do nosso Estado, conhecer a situação em que nos encontramos, e isso com urgência, antes que aconteça o pior.

Quando desabou a ponte sobre o Rio Urussanga velho estava chovendo, e por sorte ainda era dia, se fosse à noite, talvez aí, Deputados, acontecesse uma tragédia, com um caminhão caindo atrás do outro, porque ali, além de ser uma descida, é uma curva.

Seria um dos maiores engavetamentos da história das BRs de Santa Catarina e do País. Por sorte, aconteceu durante o dia. E nós estamos batendo sempre na mesma tecla, parece que não saímos daqui. Está faltando alguma coisa neste Parlamento, e nós precisamos de respostas.

Este pronunciamento, evidentemente, é no sentido de fazer um convite à Comissão de Transportes. Precisamos nos reunir e tomar algumas medidas, não dá para esperar mais.

O usuário está preocupado, o

desvio que passa por Morro da Fumaça, Sangão e Jaguaruna já foi fechado, quer dizer, está se deteriorando, está se acabando, e logo não vamos ter mais nada. O asfalto que vai até Sangão já começou a esburacar.

Nós estamos levantando um assunto sério, de muita responsabilidade: o compromisso do Governo Federal, que tem de dar a resposta a Santa Catarina. Precisamos tomar medidas urgentes, senão mostraremos que não temos prestígio nenhum neste Parlamento, no Governo, na nossa representação no Congresso Nacional.

Eu acho que este é um momento importante, é um momento decisivo do Sul do nosso Estado, que precisa dessa obra, que não pode ter essa obra parada. Não estamos nem pedindo que seja licitada a duplicação dessa obra, estamos falando só no ponto crítico, que compromete todo o Sul do nosso Estado.

E é por isso que eu quero aqui, na tarde de hoje, chamar a atenção dos meus Pares. Se não tivermos resposta, vamos preparar amanhã uma reunião da comissão e vamos até Brasília, em três, em quatro, em cinco, em dez, eu acho que é possível, a obra requer muito mais do que isso.

A sociedade do Sul do Estado, o usuário da BR-101 está aguardando uma ação nossa, deste Parlamento.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Nobre Deputado, eu estava pensando agora num meio de convencer o Ministro a vir a Santa Catarina. Ele precisa ver de perto o problema causado pela queda da ponte; precisa saber do risco de queda da ponte sobre a Lagoa de Imaruí, da ponte de Cabeçadas e da possível queda, da possível ruína da ponte sobre o Rio Capivari de Baixo.

Nobre Deputado, e se conversássemos com os Deputados do Rio Grande do Sul, Estado do Ministro, para que eles pudessem convencê-lo a ser um pouco mais preocupado com o nosso Estado, a vir aqui verificar o problema grave que está vivendo o Sul do nosso Estado?!

Nós estamos, V.Exa. tem razão, sendo cobrados pela grande população do Sul do Estado que não vê da nossa parte nenhum poder de convencimento para trazer o Ministro ao nosso Estado.

Hoje ainda estivemos reunidos com lideranças empresariais, no Município de Tubarão, que decidiram pela paralisação mais uma vez. Eles vão parar novamente, porque houve mais duas mortes na SC-438, no Município de Gravatal, e nesse final de semana mais três acidentes naquela rodovia. Eu também passei por aquele desvio, ontem, e pude constatar que a situação está ficando impraticável.

Não se pode mais manter o trânsito pelo desvio da BR-438. V.Exa. tem passado por lá e sabe que o asfalto está se deteriorando totalmente, já temos problemas nas pontes que ligam o Município de Tubarão a Criciúma, via BR-438, e não é possível nós ficarmos calados, Deputado!

Eu penso que estamos chegando no momento de radicalizar, de usar de todos os meios, nem que seja para solicitar ajuda dos Parlamentares gaúchos, que são conterrâneos desse Ministro que está discriminando o Estado de Santa Catarina. Ele vai no Rio Grande do Sul, no Paraná e não está se preocupando com esse problema que não é seu, não é meu, não é dos seis Deputados do Sul, mas é um problema de Santa Catarina, um problema do Mercosul porque aquela situação que lá está não pode continuar.

Nós teremos brevemente a continuidade deste problema com o rompimento, agora, também da ponte de Capivari. Do jeito que está aquela ponte não vai resistir muito tempo, e nada disso sensibiliza o Ministro. E vimos no final da semana passada um movimento de empresários do ramo de balsas vendendo os pontos na ponte de Cabeçadas. Eu penso que eles estão querendo voltar ao transporte de balsa para ligar a BR-101 na região de Cabeçadas.

Isto é irresponsabilidade do Sr. Ministro Eliseu Padilha, que precisa ser chamado a atenção. Mais uma vez é necessário que o Fórum Parlamentar Catarinense, esse Parlamento e, se possível, até os Parlamentares gaúchos convençam o Ministro a vir ao nosso Estado.

Parabéns pela matéria abordada!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço, Deputado, e incorporo o seu aparte ao meu pronunciamento.

É evidente que falar em balsa é um retrocesso, é voltar atrás, talvez, um século, ao tempo de puxar a balsa no braço. Antigamente nós tínhamos uma balsa que fazia o trajeto Araranguá/Meleiro, que era puxada à mão. Com certeza é o que vai acontecer se cair a ponte de Laguna.

A verdade é que parece que estão brincando com Santa Catarina, com essa obra que não é do Estado, é uma obra do Brasil, é uma obra do Mercosul, que recebe tráfego pesado, é o corredor do transporte pesado do Mercosul. Então, tem que ser dada uma atenção maior a ela.

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Deputado Manoel Mota, mais uma vez parabéns pela sua preocupação e queremos dizer que nós também comungamos com a idéia do Deputado Joares Ponticelli de se convidar o Ministro dos Transportes a vir a Santa Catarina para ver de perto, nem que seja de helicóptero, a situação das estradas do Estado de Santa Catarina. E que ele se comprometa com o Sul do Brasil, já que no Rio Grande do Sul o PTB fez uma coligação com o PMDB e com o PPB.

Mas tenho certeza absoluta de que os dez Deputados Estaduais e um Deputado Federal, do PTB do Rio Grande do Sul, haverão de estar apoiando também o nosso Estado, pois, afinal de contas, somos do Sul do Brasil e Santa Catarina é um Estado que tem que ser respeitado pelo Governo Federal e pelo Ministro dos Transportes.

Parabéns, Deputado!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Agradeço o aparte de V.Exa. e desejo fazer as considerações finais.

Amanhã, nós iremos fazer uma reunião com a Comissão de Transportes da Casa e com a Comissão Parlamentar Externa, para fazermos um bloco no sentido de irmos até Brasília ou então apenas reiterarmos o nosso pedido de vinda do Ministro dos Transportes a esta Casa, já que não obtivemos até agora uma resposta.

A imprensa está cobrando uma ação mais forte da Assembléia Legislativa, dos Parlamentares, em função de o Ministro ter ido ao Paraná, ao Rio Grande do Sul e não ter vindo em Santa Catarina.

É evidente que não vamos fazer aqui apenas o papel de bonzinho e, sim, o papel de representante da sociedade, cobrando uma ação mais dura em defesa de Santa Catarina.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Deputado Ciro Roza, por até 13 minutos.

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, faço minhas as palavras do Colega Manoel Mota.

Amanhã, quando teremos também a participação da Comissão Especial, iremos procurar uma alternativa onde possamos sensibilizar as autoridades para que se possa tomar as providências. E através de um contato telefônico com o Presidente do Fórum Catarinense, Deputado Gervásio Silva, ele nos informava que esta semana ainda deverá dar um retorno, a fim de que possamos ir a Brasília e ter uma audiência com o Sr. Presidente e com o Ministro dos Transportes.

A nossa preocupação procede, porque no trecho da duplicação da BR-101 algumas empreiteiras praticamente encostaram seus equipamentos por falta de uma dotação orçamentária.

Sabemos que há interesse do Governo Federal em concluir e até inaugurar a duplicação da BR-101 até o dia 31 de dezembro de 1999, mas, por outro lado, estamos atropelando o cronograma físico, porque a falta de dotação orçamentária fez com que muitos funcionários de algumas empresas fossem demitidos, tendo que ser recontratados.

Com isso vamos ter certamente um atraso, e me parece que tecnicamente não teremos condições de inaugurar essa obra.

Com relação à manutenção e aos reparos das pontes da BR-101 e a preocupação também com a ponte de Cabeçadas, é preciso que, urgentemente, pelos contatos que tivemos com as autoridades competentes, inclusive com o Diretor do DNER, nos deem garantia de que nos próximos 90 dias teremos uma solução, ou seja, o reinício dos trabalhos, para que possamos, o mais rápido possível, recuperar a ponte que desabou, no sentido de restaurar também as outras pontes aqui já mencionadas pelo Deputado Manoel Mota.

Aproveitando a oportunidade, gostaria de falar um pouco sobre a questão da municipalização.

Foi muito cômodo durante esses últimos anos transferir responsabilidades.

Lembro-me que quando fui Prefeito nós tínhamos uma preocupação constante com relação ao Município, achávamos que realmente a municipalização poderia trazer vantagens ou até condições de um gerenciamento melhor em algumas atividades, mas na prática estamos comprovando que isso não é verdadeiro.

Por exemplo, a questão da merenda escolar. Através dos canais de televisão, vê-se denúncias dos pais sobre a falta de merenda. Aconteceu isso em Brusque, onde através do Programa Cesar Souza pais de alunos da rede estadual reclamavam sobre a falta de merenda. Hoje, ela está sendo abastecida, na verdade, por uma contribuição espontânea dos pais.

Com toda a preocupação daquela comunidade e também de outros Municípios - eu tenho acompanhado nos jornais -, eu acho que o caminho mais acertado seria transferir essa responsabilidade para as APPs, porque cada escola, através da associação dos pais, tem voluntários que deixam os seus filhos na escola, que querem o melhor para a escola. E tenho certeza, a prática já comprovou isso, que vamos conseguir comprar, com um preço melhor, um produto de melhor qualidade, e assim não faltará merenda nessas escolas.

Mas, Deputado Onofre Santo Agostini, tivemos a preocupação de saber a origem da falta de merenda nessas escolas. Então, no dia 12 de março entramos em contato com o Poder Público municipal, porque os recursos são transferidos para ele, a educação está municipalizada, e recebemos a informação de que ele não tinha ainda recebido o repasse do Governo Federal. Entramos em contato com o Governo Federal, através do Ministério, e recebemos a informação de que no dia 1º de março tinha sido encaminhado para o Banco do Brasil, onde estava se destinando um passe para a Prefeitura Municipal.

Fomos ao Banco do Brasil e constatamos que realmente no dia 05 de março o dinheiro para a compra da merenda tinha sido depositado na conta da Prefeitura de Brusque. Mas no dia 15, ao procurarmos a Secretaria da Educação daquele Município, ela disse que realmente no dia 12 eles tiveram notícia de que o dinheiro tinha entrado na conta. Mas isso não era verdadeiro porque - e o banco lá está para comprovar - ele tinha sido depositado no dia 5, e até semana passada eles ainda não tinham comprado a merenda escolar. Ora, basta fazer uma carta-convite pela soma que vem mensalmente.

Então, na verdade, não é a falta de recurso, é a falta de gerenciamento, é a falta de administração.

Por isso é que nós devemos buscar os caminhos para que possam a contento atender todas as necessidades. E o caminho mais acertado é transferir os recursos para as APPs das escolas, porque com certeza nós não vamos mais ouvir nos programas de televisão reclamação com relação à falta da merenda escolar. Se hoje está faltando merenda, não é pela falta de recursos, mas, sim, pela falta de gerenciamento.

Portanto, Deputado Onofre Santo Agostini, cabe a esta Casa, cabe às autoridades o empenho não de puxar a orelha daqueles que não estão gerenciando os

recursos, mas, sim, de buscar um caminho, de transferir isso definitivamente para as APPs das escolas.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Uma solução, Deputado, no caso específico de Brusque, é V.Exa. voltar para a Prefeitura. Eu tenho certeza absoluta de que se V.Exa. for Prefeito (vai ser, sim, a partir do ano que vem), esse problema vai ter uma solução, não vai mais acontecer o que está acontecendo agora. Não se admite que fiquem os recursos no banco, as crianças sem merenda e as escolas não adquiram as merendas por falta de gerenciamento, como bem citou V.Exa.

Mas V.Exa. tem toda razão, e, se Deus quiser, o povo de Brusque vai entender o equívoco cometido e vai fazer justiça levando o nobre Colega para a Prefeitura. E aí, sim, tenho certeza absoluta de que vai sobrar merenda, Deputado! Não só a merenda, vão melhorar as estradas, o sistema viário, o sistema de esgoto, as pontes, etc., porque V.Exa. demonstrou isso quando foi Prefeito, um grande Prefeito, por sinal o Prefeito número um de Brusque.

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Deputado Onofre Santo Agostini, na verdade, quando fomos Prefeito naquela época não existia municipalização, e nós abastecíamos naturalmente a rede municipal. E quantas e quantas vezes atendemos a rede estadual, porque ali eram crianças que estavam frequentando os bancos escolares, filhos de Brusque. Não é porque pertence à rede estadual ou municipal que nós devemos nos omitir nesse caso.

Realmente, durante os quatro anos em que fui Prefeito não faltou merenda escolar na rede estadual e nem na rede municipal. Inclusive a merenda era fornecida pelo Poder Público municipal sem respaldo do Governo Federal. Hoje não! Os recursos estão à disposição da Prefeitura! É uma questão única de gerenciamento.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Cumprimento V.Exa. e quero dizer que quem já passou pelo Executivo conhece as ações de perto. E V.Exa., com certeza, está pronto para voltar ao Executivo e repetir aquela ação forte em Brusque.

Queremos também cumprimentá-lo por essa idéia de levar esses recursos às APPs. Eu acho que as regiões vão ser valorizadas, pois a merenda é uma coisa muito séria! Não adianta só ter dinheiro em caixa, ter dinheiro no Tesouro e não ter dinheiro para a merenda escolar!

Sabemos que o número de crianças carentes é muito grande! Às vezes a criança vai para a escola porque sabe que lá está a forma até de se fortalecer!

Cumprimento V.Exa. e gostaria de dizer que sou solidário com a sua idéia. As APPs são um grande instrumento para poder viabilizar esse ponto fundamental, que é a segurança, a tranquilidade das crianças nas escolas.

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Eu agradeço o seu aparte, Deputado Manoel Mota, e gostaria de dizer, inclusive, que comprovamos na prática, nos últimos quatro anos, o repasse feito pelo Governo do Estado (do ex-Governador Paulo Afonso) para a APP de

D. Joaquim. Era uma obra que representava um custo para a Secretaria de quase R\$400.000,00. Com R\$80.000,00 e depois um segundo repasse de R\$110.000,00, concluiu-se a obra quase pela metade do valor. E através das APPs!

Então, temos que tirar essas amarras, levar a responsabilidade para a comunidade, porque são voluntários, são pessoas que estão ali para contribuir! É o caminho mais acertado, Deputado Manoel Mota!

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Deputado Cirol Roza, tenho certeza de que V.Exa. voltará à Prefeitura Municipal de Brusque, e por isso quero fazer uma reivindicação. Gostaria que a nossa maçã chegasse na merenda escolar do Município de Brusque.

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Já se falou aqui tanto em neblina... Vou tentar telefonar para São Pedro... Mas já se falou em tomate, maçã, alho, cebola, abacaxi...

O Sr. Deputado Onofre Agostini (Intervindo) - Logo vão dizer que tínhamos que ter o fumo também!

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Mas o alho e a maçã realmente devem fazer parte da cesta básica!

Eu gostaria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de aproveitar a oportunidade para parabenizar o nosso Governador pela iniciativa da redução do ICMS, mostrando que na prática houve um incremento do faturamento e, conseqüentemente, o aumento da arrecadação.

Claro que se os nossos concorrentes, especialmente os Estados vizinhos, estão hoje preocupados... Eu me lembro quando se discutia aquele projeto com relação à indústria automobilística e nós perdemos, inclusive, parte desse parque fabril...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o Sr. Deputado Volnei Morastoni, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu quero hoje falar de saúde, mas não da saúde propriamente dita, porque amanhã, que é véspera e depois de amanhã que é o Dia Mundial da Saúde, teremos espaço e tempo suficiente para continuarmos a falar da saúde do nosso Estado e do nosso Brasil.

Quero deixar hoje registrado nos Anais desta Casa a minha posição que, naturalmente, também coincide com a posição do meu Partido sobre a saúde do Besc; sobre a polêmica relacionada à essa questão; sobre a saúde financeira do Besc que, pelo que nos consta, vai muito bem, obrigado.

Já foi colocado aqui pelo meu Partido e pela maioria dos Deputados que já se manifestaram, a nossa posição totalmente contrária à privatização do Besc. Inclusive a nossa posição contrária à sua federalização, porque a federalização representa um primeiro passo para uma posterior privatização. E, da mesma forma, já manifestamos a nossa posição contrária à eventual proposta propalada de uma gestão tripartite para o Besc. Uma gestão tripartite, onde por detrás dela poderá estar, com certeza, escamoteada uma forma de privatização através dos chamados contratos de gestão.

Nós defendemos o Besc como um banco público sob o controle acionário do Estado, sob o controle estatal, porque ele é um patrimônio importante do povo de Santa Catarina. E, como nós dissemos, na verdade o Besc vai muito bem, muito melhor do que tentaram aqui propalar determinadas informações, como se estivéssemos à beira do abismo, de uma situação de caos, e à iminência então de uma liquidação ou de uma privatização do Banco.

São mais de R\$3.200.000.000,00 em depósitos. Os *out doors* que estão espalhados pelo Estado de Santa Catarina mostram esses dados de uma liquidez financeira muito importante, considerável. Portanto, não há nenhum problema de liquidez financeira. E a poupança é superior a um bilhão de reais.

Portanto, ele está numa situação invejável, numa situação que o coloca como um dos Bancos mais bem posicionado em nível de País. Ainda mais, 50% dessas reservas aqui colocadas são consideradas como reservas livres e outra parte também como reserva compulsória junto ao Banco Central, que podem ser sacadas livremente a qualquer momento.

Nós consideramos que as informações sobre o problema de liquidez patrimonial dizem respeito ao patrimônio líquido. Também há informações mais recentes das Comissões que estão acompanhando os números levantados pela auditoria do Banco Central de que não é exatamente aquela liquidez patrimonial negativa próxima a 300 milhões de reais, como se propalava, mas de uma liquidez patrimonial que pode ser absolutamente positiva.

Portanto, isso vem reafirmar a nossa posição de que o Besc é um banco absolutamente viável; é um banco sólido, rentável; é um banco que exerce um fim social muito importante em nosso Estado, com liquidez imediata, que está presente nos 293 Municípios de Santa Catarina. É pelo Besc, especialmente, que flui em torno de 45% da economia catarinense; é o Banco que atende, em primeiro lugar, na linha de ponta, os pequenos empreendedores do setor da indústria, do comércio e da agricultura.

Portanto, eu considero extremamente importante e fundamental o trabalho de acompanhamento da Comissão Parlamentar Especial desta Casa, junto ao Besc, para analisar os dados do Banco Central.

É extremamente importante que essa Comissão possa exercer esse trabalho, não apenas de observação, mas tendo acesso aos números, aos dados e às informações, para que possa efetivamente exercer esse trabalho que nos compete, de fiscalização, mas ao mesmo tempo de parceria, buscando uma conclusão favorável ao nosso Banco, que se possa implementar o contrato de abertura de crédito firmado entre a União e o Estado de Santa Catarina, em março do ano passado, objetivando o saneamento do sistema financeiro.

Na verdade, a última palavra não cabe ao Banco Central, mas a última palavra cabe ao Governador do Estado, Sr. Esperidião Amin, que se comprometeu com o povo de Santa Catarina, e se ele ouviu o povo catarinense, a Federação das Associações Comerciais e Industriais do nosso Estado, a Federação das Micro e Pequenas Empresas e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, com certeza irá fazer todo o esforço possível.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar

Knaesel) - O próximo horário está destinado ao PDT, por até seis minutos.

(Pausa)

Não havendo Deputados do PDT que queiram fazer uso da palavra, encerramos o horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência do Deputado Nilson Gonçalves, em virtude de vários compromissos inadiáveis na região de Joinville.

A Comissão de Constituição e Justiça comunica que apresentou parecer pelo arquivamento do Ofício nº 010/99, de procedência do Tribunal de Justiça, que encaminha cópia do acórdão exarado nos Autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei nº 10.932/98, que regulamenta a transferência de recursos públicos.

O Sr. Deputado Ciro Roza - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ciro Roza.

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - A Bancada do PFL vai continuar a reunião iniciada pela manhã para discutir exatamente as questões do veto. Por isso, não estará presente na Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Apenas em respeito aos demais Líderes desta Casa, a nossa Bancada tomou a decisão de fazer uma reunião neste momento para analisar cada um dos projetos para que não fiquem pre-

judicados, sem uma análise, sem uma decisão da Bancada.

Então, a nossa retirada é uma retirada regimental, e estaremos amanhã no Plenário para deliberar. Queremos analisar projeto por projeto, para que possamos vir a este Plenário deliberar com consciência, e talvez até alguns vetos poderão ser mantidos - existe projeto inclusive de autoria de V.Exa. para ser analisado.

Então, essa é a posição que estamos adotando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) -

Solicito ao Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*.)

Estão presentes 19 Srs. Deputados.

Não há quórum para deliberação.

Ficam retirados da pauta da Ordem do Dia os projetos que tratam de vetos, os projetos de resolução, os decretos legislativos e os requerimentos, com exceção do requerimento de autoria do Deputado Gelson Sorgato, que esta Presidência irá deferir.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gelson Sorgato, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara de Vereadores de Galvão, parabenizando-os e toda a comunidade pelo transcurso de seu 36º aniversário de emancipação.

A Presidência defere de plano.

Não há mais matéria na Ordem do

Dia.

A Presidência dá conhecimento aos Srs. Deputados do Ofício nº 13/99, de autoria do Sr. Deputado Jaime Mantelli, Presidente da Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa, com o seguinte teor:

(Passa a ler)

"Sr. Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho, por intermédio deste, convocar os Srs. Deputados-membros para uma reunião da Comissão de Fiscalização Controle e Eficácia Legislativa hoje, dia 05 de abril, após a sessão plenária, na sala das Comissões, nº 26."

Ficam, portanto, convocados os membros da referida Comissão para uma reunião, hoje, logo após a sessão plenária.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Libre a palavra a todos os Srs. Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, comunicamos a pauta da próxima sessão: todas as matérias constantes da pauta do dia de hoje; discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 04/99; requerimentos de autoria dos Srs. Deputados Sandro Tarzan, Francisco de Assis e Valmir Comin; e pedido de informação de autoria do Deputado Moacir Sopelsa.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 024ª SESSÃO ORDINÁRIA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA

EM 06 DE ABRIL DE 1999

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GILMAR KNAESEL

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Srs. Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Altair Guidi - Cesar Souza - Ciro Roza - Clésio Salvaro - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Heitor Sché - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - João Rosa - Jaime Duarte - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Milton Sander - Narcizo Parisotto - Nelson Goetten - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Odete do Nascimento - Onofre Santo Agostini - Paulo Bornhausen - Pedro Uczai - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Ronaldo Benedet - Sandro Tarzan - Valmir Comin - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Havendo *quorum* regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao Sr. Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à leitura do expediente.

O SR. SEGUNDO SECRETÁRIO (Deputado Romildo Titon) - O expediente

consta do seguinte, Sr. Presidente:

MENSAGENS DO SR. GOVERNADOR DO ESTADO NºS:

038, encaminhando projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania;

039, encaminhando projeto de lei que autoriza a abertura de crédito especial em favor da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania;

040, encaminhando projeto de lei que autoriza a abertura de crédito suplementar em favor da Secretaria de Estado da Fazenda;

041, encaminhando projeto de lei que autoriza a abertura de crédito especial em favor da Fundação do Meio Ambiente;

042, encaminhando projeto de lei que autoriza a reversão de imóvel no Município de Curitiba;

043, encaminhando projeto de lei que autoriza a permissão de uso de imóvel no Município de Siderópolis;

044, encaminhando projeto de lei que altera a redação do art. 3º da Lei nº 10.631, de 19 de dezembro de 1997, e estabelece outras providências.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO:

- de autoria da Sra. Deputada Ideli Salvatti, que susta as alterações 298, 299 e 300 do

Regimento do ICMS, introduzidas pelo Decreto nº 088, de 22 de março de 1999.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do Sr. Deputado Rogério Mendonça, que declara de utilidade pública o Lar Beneficente João 3:16, com sede no Município de Braço do Trombudo, e foro na Comarca do Município de Trombudo Central.

- de autoria do Sr. Deputado Nelson Goetten, que dispõe sobre a isenção do pagamento de serviços prestados pela Fatma nos processos que tratem de corte eventual ou de aproveitamento de árvores mortas nos casos que menciona.

OFÍCIOS NºS:

3.001/99, do Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, acusando recebimento do Ofício GA/DP-102/99, de 18.02.99;

072/99, da Sra. Diretora da Câmara do Município de Indaial, encaminhando cópia da Indicação nº 078/99 e 093/99, de autoria do Vereador Remir;

138/99, do Sr. Deputado Federal Vicente Caropreso, encaminhando quadro demonstrativo contendo emendas ao Orçamento da União para 1999, dos Parlamentares e Bancada do Estado de Santa Catarina;

447/99, do Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, acusando recebimento do

Telefax nº 0117.4/99, de 05.03.99; 030/99, do Sr. Prefeito Municipal de Cunhataí, encaminhando cópia do Decreto 015/99, que declara estado de emergência no referido Município, devido à estiagem que já se prolonga por aproximadamente 60 dias; GLPTB.ESP/99, do Sr. Líder da Bancada do PTB, encaminhando cópia da moção apresentada que visa assegurar na Constituição Federal todos os direitos sociais dos trabalhadores, legitimamente conquistados durante a nossa história.

OFÍCIO:

- do Sr. Presidente do Instituto de Divulgação Espírita de Joinville, comunicando a mudança da razão social daquele Instituto para Lar Espírita Maria de Nazareth.

TELEGRAMA:

- da Liderança do PFL - Senado Federal - em resposta ao Fax TE/0113.3/99.

Era o que constava do expediente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito o Sr. Deputado Nelson Goetten, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, foi a leitura da situação financeira do Estado, recebida por nós ontem, que também foi debatida nesta Assembléia Legislativa, que fez com que eu voltasse ao tempo e me lembrasse de seis anos atrás, quando assumia o Governo do Estado o Sr. Paulo Afonso, que na frente do Palácio Santa Catarina tecia os maiores elogios ao Governador Konder Reis, que passava seu mandato. Dizia do exemplo administrativo que tinha sido o Governo Konder Reis, posterior a Wilson Kleinübing, que deixava o Estado de Santa Catarina numa situação invejável.

Quando ouvimos Companheiros que fazem parte da União por Santa Catarina, após quatro anos, quando recebemos então uma prestação de contas dessa natureza, não só nos chama a atenção, não só nos preocupa esse fato, mas cria uma revolta e nos dá uma demonstração do que é possível se fazer com um Estado da importância do Estado de Santa Catarina, da capacidade de trabalho que tem esse povo.

Levar o Estado de Santa Catarina ao caos como levaram... Entregaram-no ao seu sucessor com R\$1.300.000.000,00 de dívidas empenhadas vencidas, além de três folhas de pagamento em atraso, repetindo o que já tinha acontecido num Governo exercido pelo PMDB.

Então, não podemos deixar de falar aqui desta tribuna da revolta, do sentimento do nosso povo do Alto Vale em relação ao abismo, ao absurdo, ao caos que levaram o Estado de Santa Catarina.

Eu ocupo a tribuna nesta tarde, Sr. Presidente, para fazer uma denúncia. Temos acompanhado um fato que, no mínimo, merece a atenção dos nossos Deputados. Está implantado, principalmente no interior do nosso Estado, a indústria da multa.

Nós, desta tribuna, já pedimos muitas vezes a renegociação da dívida do nosso agricultor, porque não há renda suficiente na nossa propriedade rural para pagar aqueles R\$300,00 que devem da semente que foi adiantada ao nosso produtor.

De repente, nós vemos notificações que chegam a mil reais a um pequeno proprietário do interior do Município, um cidadão que usa o seu carrinho, muitas vezes, só para vir na praça fazer as suas compras.

Chegando na praça, que em muitos

lugares nem sequer um calçamento tem, nem sequer uma boa sinalização tem, o que não falta é a vontade da notificação, é a vontade de buscar, desse pobre cidadão, desse homem que luta com tanta dificuldade, através da notificação, recursos.

Então, acabam fazendo o que está se fazendo por este Estado de Santa Catarina afora, nos interiores do nosso Município: o abuso da notificação.

Nós sabemos a importância da lei, nós somos defensores do cumprimento da lei, mas queremos chamar a atenção para situações como esta que nós vamos citar aqui.

Quando o cidadão está no seu trabalho e quebra o seu equipamento, às pressas ele sai para consertá-lo na praça. Embarca no seu carro rapidamente, não vai nem em casa tomar banho, lavar os pés, colocar uma meia e calçar o sapato, porque nem tempo para isso ele tem.

Ao chegar na praça, encontra um soldado, que o notifica porque ele está de chinelo de dedo ou está descalço, e isso é contra a lei.

Ai já olha o fusquinha dele, que fez trinta quilômetros em uma estrada de chão esburacada, que está com uma sinaleira queimada, e dá outra multa. Na mesma oportunidade, já vê que os pneus do carrinho dele estão carecas, e dá outra notificação.

Eu acho que nós temos que ser sensíveis com este cidadão. Nós temos que coibir o abuso, sim, quando o cidadão faz alguma ação que coloca em risco a vida de alguém. Mas quando é apenas a falta de habilidade no volante, quando é apenas a dificuldade financeira que faz com que ele não tenha um veículo em boas condições... Mas ele não está numa pista, ele está na cidade resolvendo as suas coisas, teriam que ser tolerantes.

Srs. Deputados, eu quero até citar uma cidade como exemplo das dificuldades, porque vive da cultura do fumo, a cidade de Santa Terezinha. Inclusive podemos dizer que o cidadão que lida com essa cultura é o mais explorado. Exatamente na hora em que o agricultor está com o seu dinheirinho da safra eles resolvem fazer blitz, como foi feito naquela cidade.

Num só dia, Srs. Presidente, eles levantaram 36 multas daqueles pobres trabalhadores da terra!

Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós somos obrigados a fazer essa denúncia. Não podemos aceitar de forma nenhuma isso. Somos favoráveis ao cumprimento da lei, sim; defendemos a coisa certa, sim, mas temos que ser tolerantes com esses cidadãos. Nós sabemos que lá só tem gente do trabalho. Sabemos que em todos os lugares existem as exceções, mas quando nós vemos uma lista de multas deste tamanho aplicadas num só dia, chama-nos a atenção. Temos que defender esses cidadãos que já vivem com todas as dificuldades que lhes foram impostas nos últimos anos.

Os agricultores do nosso Estado, o pequeno agricultor, principalmente o plantador de fumo, vivem um dos piores momentos. Temos que saber que R\$300,00 muitas vezes é o resultado da safra de quem planta dez mil pés de fumo. Quinhentos a mil reais, como nós temos multas aqui, é o resultado da safra de quem trabalhou um ano inteiro.

Então, nós temos hoje denúncias de ações da polícia, inclusive algumas de que policiais vão atrás do filho do agricultor no interior para notificá-lo porque ele está com a sua moto para poder chegar mais rápido no trabalho. Mas ele está no interior, não numa pista!

Isto não pode continuar acontecendo. Nós temos que partir para a orientação e para a educação no trânsito. Acima de tudo, temos que ter sensibilidade com quem luta com dificuldade.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, ocupei a tribuna no dia de hoje para denunciar essa prática e esse abuso, para dizer que nós temos que ter responsabilidade, sim, com a defesa da lei, mas acima de tudo, temos que nos preocupar com o cidadão, pois, caso contrário, não é necessário virmos a esta tribuna pedir a renegociação da dívida do nosso pequeno agricultor. Se ele não tem R\$300,00 para pagar o compromisso assumido com o sistema financeiro, com a semente que lhe foi adiantada ou mesmo com um programa implantado para a agricultura, como vai desembolsar mil reais para pagar uma notificação? Não se pode esquecer que esse agricultor tem família! São ações dessa natureza que fazem com que mais gente venha para Blumenau e para Joinville.

Nós precisamos que o nosso agricultor continue trabalhando, produzindo e vivendo no interior. Os nossos Municípios precisam disso, caso contrário, não se justifica movimentos para mantê-lo na terra. Hoje o nosso agricultor, se quiser tirar um cabo de ferramenta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai)(Faz soar a campainha) - V.Exa. dispõe de trinta segundos para as considerações finais.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - As dificuldades existentes e impostas hoje ao nosso produtor rural são muito grandes.

Então, hoje, além de fazer essa denúncia, eu gostaria de chamar a atenção dos nossos Deputados para as dificuldades, quando se pratica abusos dessa natureza. Pedimos orientação e sensibilidade para aquele que luta com dificuldade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - O próximo orador inscrito é o Sr. Deputado Volnei Morastoni, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, amanhã, 07 de abril, é o Dia Mundial da Saúde.

Antecipadamente, no dia de hoje, eu quero convidar todos os Srs. Deputados para participarem de uma reunião especial da nossa Comissão de Saúde e Meio Ambiente no plenário desta Casa alusiva a esta data, quando abraçaremos a proposta da Organização Mundial de Saúde, que estabeleceu o ano de 1999 como o Ano Internacional das Pessoas Idosas, e propôs em todo o mundo, em todos os países o debate sobre a saúde na terceira idade, sob o tema: Mantenha-se ativo para envelhecer melhor.

Portanto, faço uma referência ao ano Internacional das Pessoas Idosas na busca de uma sociedade que respeite todas as idades.

A Comissão de Saúde, em conjunto com a Secretaria Estadual de Saúde, através do seu serviço de atenção à saúde do idoso, com o Conselho Estadual dos Idosos, com a Sociedade Brasileira de Geriatria e de Gerontologia e outras associações não governamentais, realizará esse evento.

Naturalmente poderíamos escolher qualquer tema para debatermos a saúde em nosso País, em nosso Estado, mas entendemos que sobre este prisma da atenção integral às pessoas idosas - mantenha-se ativo para envelhecer melhor, mantenha-se ativo para envelhecer bem,

para envelhecer saudável -, na verdade, não se vai debater apenas de forma estanque a saúde relativamente à terceira idade.

Contudo, para que se tenha saúde na terceira idade, precisamos questionar, refletir e debater sobre a saúde em todas as suas etapas, pré-natal, infância, todas as etapas da vida, as próprias políticas públicas e sociais como um todo.

E neste sentido temos que fazer uma verdadeira radiografia da saúde em nosso País, em nosso Estado e em cada Município para vermos como ela está.

Aproveitamos para ratificar aqui o convite a todos os Srs. Deputados. E aproveitamos também este momento em que celebramos o Dia Mundial da Saúde, que, além das comemorações, das festas pertinentes, é, acima de tudo, um dia de luta por melhores condições de vida, de saúde para todos, para defender um princípio constitucional, que está na nossa Carta Maior: a saúde é um direito de todos e um dever do Estado.

E digo também: cada vez mais, com certeza, a maioria da população depende diretamente do serviço público, que deve realmente ser público, gratuito e de boa qualidade.

Então, na nossa Comissão, temos vários temas que, no decorrer do ano, iremos debater, como o modelo assistencial, hoje extremamente centrado nas ações curativas, através de exames com tecnologia cada vez mais sofisticada, tendo o hospital como a grande porta de entrada do Sistema de Saúde.

Naturalmente que esse sistema também se faz necessário, mas não de forma tão centralizada como está. Precisamos rediscutir o modelo e também as questões relacionadas à educação, à saúde, às ações preventivas ou atendimentos alternativos, como homeopatia, acupuntura, plantas medicinais. Estamos abrindo debate através da Comissão de Saúde com setores pertinentes, além de várias outras ações como, por exemplo, valorizar o primeiro ato médico, que é a consulta, que hoje em dia não vale mais nada.

A deteriorização do Sistema de Saúde começa pela porta de entrada, onde a relação médico-paciente nunca esteve tão degradada, pois uma consulta médica não vale absolutamente nada! Hoje, pelo SUS, vale um pouco mais que dois reais. Na verdade, o que vale são os exames, o que vale são os médicos que têm aparelhos, que têm máquinas, que, cada vez mais, fazem mais exames. Isto é uma inversão completa da política de saúde que a população precisa!

Aproveitando esta data, quero dizer que dei entrada no dia de hoje, nesta Casa (e já foi lido no expediente), a uma proposta de emenda constitucional que propõe alteração nos arts. 123 e 153 da Constituição do nosso Estado, mais especialmente, no art. 153, que diz:

(Passa a ler)

"Art. 153 - A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação."

E aí estamos introduzindo um parágrafo em que, para atender ao *caput* deste artigo, o Estado aplicará anualmente 10%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida também a proveniente de transferências.

Esta é uma grande reivindicação, é uma luta que se trava em nível nacional. A proposta de Emenda Constitucional nº 169, que

tramita no Congresso Nacional, já propõe recursos fixos, vinculados, definidos para a saúde, assim como acontece com a educação.

A proposta de emenda constitucional está na iminência de ser votada no Congresso Nacional, mas, naturalmente, neste cabo de guerra, na correlação de forças, com os vários interesses que permeiam a política econômica do Governo Federal, na hora "h" sempre há mais um recuo.

Por isso, nós estamos propondo que o Estado de Santa Catarina seja um dos Estados pioneiros em definir, na sua Constituição, o compromisso que, tenho certeza, é o sentimento mais palpante do povo de Santa Catarina, no sentido de garantir, no mínimo, 10% da receita de impostos para a saúde, para fazer frente ao mínimo das responsabilidades que o Estado tem.

O SUS tem quatro pilares fundamentais, que eu tenho dito e repetido: gerenciamento, pois temos que otimizar, melhorar, estancar as hemorragias que, pelo ralo, levam os poucos recursos que restam para a saúde; valorização dos recursos humanos, pois nenhum sistema funciona sem capacitação, treinamento permanente e continuado; controle social... Na verdade, no setor saúde, através do SUS, estamos implementando a maior reforma do Estado, pena que a maioria dos governantes ainda não compreendeu isso.

O quarto ponto fundamental é o financiamento, e o financiamento para a saúde é responsabilidade dos três níveis de Governo, da União, dos Estados e dos Municípios.

Portanto, através desta proposta de emenda constitucional que estamos apresentando, estamos propondo que Santa Catarina dê exemplo para os outros Estados brasileiros antecipando a própria proposta da Emenda Constitucional nº 169, que está lá, para que possamos, efetivamente, valorizar a Saúde, para que a Saúde possa ser prioridade não só nos discursos, mas também na prática, na hora em que se tem que canetear as políticas públicas, os serviços e as ações de saúde.

A Saúde só será prioridade máxima se tiver recursos suficientes para tanto!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - O próximo orador inscrito é o Deputado Heitor Sché, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ouvi com atenção o pronunciamento do Deputado Nelson Goetten, que fez uma referência sobre indústrias de multas em Santa Catarina. É deveras preocupante esta situação em nosso Estado. O Código Nacional de Trânsito, acertadamente, impôs penas e multas altíssimas para aquelas pessoas que transgridem a lei do trânsito, visando naturalmente impedir o aumento assustador de acidentes provocados por pessoas sem habilitação, provocados por embriagues, provocados por excesso de velocidade e assim por diante.

Só que os mecanismos para aplicação e cobrança dessas multas não mudaram, cabe aos Municípios as responsabilidades do trânsito. E em convênio com a Secretaria da Segurança Pública, destinam 35% do produto das multas para a Polícia Militar, 35% para a Polícia Civil e 30% para as Prefeituras, podendo alterar um pouco esses valores. E

este dinheiro retorna para aplicação em quartéis da Polícia, em delegacias de polícia e em despesas da Prefeitura.

Muitas Prefeituras - e eu tratei de um caso desses - apropriam-se do dinheiro, levando de três a quatro meses para repassar essas importâncias às corporações policiais, criando sérios embaraços, inclusive, usando esse dinheiro para pagamento do 13º salário.

Os países mais avançados têm uma média um policial para trezentos a quatrocentos habitantes. Nós, no efetivo da Polícia Civil, não chegamos a 10% do valor desejado, e na Polícia Militar não chegamos a 30%.

Eu ouvi há poucos dias aqui desta tribuna um Deputado comentar que um oficial da Polícia referiu-se como sendo razoável, bom, o atual efetivo da Polícia Militar, quando não chegamos nem a quatorze mil policiais em todo o Estado de Santa Catarina. E o pior disso tudo é que a maioria desses policiais está dirigida para o serviço de trânsito, sem qualquer preparo, e fazem o policiamento ostensivo.

Dos policiais civis, 50% estão trabalhando no serviço de trânsito, sem fazer o policiamento, porque a Constituição Estadual prevê que o policiamento ostensivo de trânsito deve ser realizado pela Polícia Militar e os serviços administrativos pela Polícia Civil.

É sem dúvida, Deputado Nelson Goetten, uma indústria que cabe não aos policiais que estão aí na rua cumprindo ordens, mas, sim, aos dirigentes, ao Comandante-Geral da Polícia, ao Secretário da Segurança Pública e, acima de tudo, ao Governador do Estado. Esta situação precisa ser mudada, porque os policiais militares de Santa Catarina, como sempre digo, são os melhores do País, mas não estão preparados para fazer o serviço de trânsito.

E quando prestam esse serviço, orientados pelos seus dirigentes, para arrecadar dinheiro para a delegacia, para os quartéis, não usam do bom senso para aplicar as multas.

E digo mais, só são multados e só pagam multas aqueles que não têm um padrão político, aqueles que não têm condições de pagar, aqueles que não ganham para o seu sustento. Esses são obrigados a pagar as multas, senão terão os seus veículos apreendidos, e às vezes não o recebem de volta.

É lamentável que isso ocorra, Srs. Deputados, e nós, corroborando com as palavras do Deputado Nelson Goetten, que representa o Alto Vale do Itajaí aqui nesta Casa, devemos denunciar esses fatos, devemos fiscalizar esses fatos, e o Governador do Estado deve resolvê-los.

O Sr. Deputado Nelson Goetten - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Pois não!

O Sr. Deputado Nelson Goetten - Deputado Heitor Sché, eu quero dizer a V.Exa. uma outra coisa que está trazendo e aumentando este problema.

Mas antes, gostaria de registrar a presença do Vice-Prefeito, do Prefeito e do Presidente do PFL de Presidente Getúlio aqui no nosso Plenário.

Eu quero citar o seguinte exemplo, Sr. Deputado: nós, nos Municípios do interior, hoje já temos meia dúzia de soldados e uma bonita delegacia, com um soldado fazendo a segurança. Como tem bastante, e ele tem que prestar serviço, é mais fácil ele atuar.

Em Presidente Getúlio sofremos uma série de assaltos, porque falta segurança. Poderia ter lá uma dúzia de soldados.

Agora, em compensação, em Santa Terezinha, tem cem soldados, quando só dois poderiam fazer a segurança.

E V.Exa. falou bem quando disse que isso é uma questão de comando. É verdade! Temos realmente que exigir isso. E eu já fiz essa denúncia, fui até ao Governo falar exatamente sobre isso. Não é possível concordarmos com isso!

Eu acho que é o comando que está precisando se antenar, ficar preocupado e ver que isto é uma dificuldade que estamos impondo ao cidadão que ele não pode cumprir.

O SR. DEPUTADO HEITOR SCHÉ - Eu agradeço o seu aparte, Sr. Deputado!

Realmente o que ocorre em todo o Estado de Santa Catarina é a falta de policiais civis e militares, pois os poucos que existem estão mal distribuídos e não estão preparados para realizar o serviço de trânsito.

Seria necessário, para que eles fizessem esse serviço, que tivessem um curso especializado, que tivessem bom senso ao aplicar as multas, porque o valor das multas hoje são impagáveis para determinadas pessoas.

E V.Exa. mostrou uma relação de multas aplicadas num dia, é um absurdo que isto possa acontecer!

Vamos esperar, vamos denunciar, vamos solicitar, vamos pedir, para que o Governo do Estado resolva este problema.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos pertencem ao PMDB.

Com a palavra o Deputado Ronaldo Benedet por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assomamos à tribuna nesta tarde para falar de um tema de fundamental importância, o que nos dá orgulho de participar do Poder Legislativo de Santa Catarina.

Srs. Deputados, desejo falar aqui sobre a privatização do Besc. Esse assunto marcou um ponto fundamental na história do patrimônio dos catarinenses. Creio que essa vitória é momentânea, o perigo ainda não passou.

O Governo catarinense, que está sendo pressionado pelo Governo Federal, que tem como meta privatizar todo o sistema financeiro brasileiro, possui o Besc, um dos últimos bancos públicos a ser privatizado, juntamente com o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Há também o Banco do Mato Grosso do Sul, que está na lista para ser privatizado.

Esse plano maquiavélico que denunciamos aqui da tribuna desta Casa foi fortalecido por toda a Oposição e também por alguns Deputados da Situação.

Caros Colegas, deve ficar registrado nos Anais deste Poder que a derrubada dos vetos foi uma demonstração, inclusive de alguns Deputados da Bancada governista, de repúdio à intenção de entregar o Besc para o capital internacional, como pagamento de dívida.

O plano do FMI, dessa política neoliberal, é entregarmos apenas e exclusivamente as empresas públicas brasileiras que são lucrativas.

Nenhuma empresa pública brasileira que não fosse lucrativa foi entregue ao capital internacional, somente as de alta lucratividade. E o Besc, que possui um patrimônio sólido, segundo pesquisa feita por nós junto ao Banco

Central, suportaria até mesmo uma corrida dos clientes ao banco, tamanha é a sua estrutura, a garantia que tem de reservas.

Representantes do Governo catarinense declararam nos jornais que o Banco estava em situação difícil, com o patrimônio em dificuldades, que o patrimônio não garantia o seu suporte, por isso ou a Assembléia resolvia ou ele seria federalizado e após privatizado.

Eu lamento que essa irresponsabilidade... E digo aqui em alto em bom som: foi uma irresponsabilidade de alguns agentes do Governo, infelizmente. Colocaram em risco a possibilidade de uma corrida ao Besc para a retirada o dinheiro que estava lá, o depósito dos catarinenses.

Mas, felizmente, a Oposição, aqui representada pelos diversos Partidos que se uniram e foram uníssonos numa só voz e numa só linguagem em defesa do Besc, do patrimônio dos catarinenses, garantiu ao povo catarinense a segurança.

O povo nos ouviu, Deputado Pedro Uczai, ouviu a voz da Oposição, ouviu a voz até de alguns Deputados da Situação, que disseram que não iriam concordar com isso.

O Parlamento catarinense garantiu e deu o aval ao povo catarinense para manter os seus depósitos, para que não houvesse uma corrida ao Banco. E este Banco foi garantido, momentaneamente.

Queremos aqui dizer à Oposição e aos Deputados do Governo que quiserem se juntar a nós na defesa do patrimônio catarinense, que não esmoreçam, que não afrouxem a guarda, usando um termo daqueles que são acostumados com a luta, porque este recuo é estratégico.

No momento certo, no momento em que se criar uma nova artimanha deste plano maquiavélico, que se criar um novo argumento, Deputado Jorginho Mello, que possa fragilizar o Banco, que possa justificar a sua entrega, ele será entregue, porque este é um plano que vem de cima, é um plano que vem do Governo Federal, imposto pelo Fundo Monetário Internacional.

Por isso, estaremos aqui na Assembléia Legislativa firmes, estaremos no sábado agora com a sociedade catarinense, os políticos, os sindicalistas que defendem o Besc, esse nosso patrimônio, para reforçar e, acima de tudo, para advertir que a luta continua, que é uma retirada, um recuo estratégico, porque a onda das privatizações ainda em Santa Catarina está atrasada, mas ela ainda quer vir.

Se Santa Catarina não se entregar neste momento, será pressionada, chantageada pelo Sistema Financeiro, pelo Governo Federal. Em troca de migalhas de recursos, teremos que entregar o nosso patrimônio: Besc, Celesc, Casan, que são patrimônios lucrativos, patrimônios que pertencem ao povo catarinense, que contribuiu, com sacrifício, para que eles existissem.

Por isso, essa é a nossa posição. A posição da Bancada do PMDB tem sido essa da defesa. Mas queremos registrar aqui que este recuo é momentâneo e é estratégico.

Por isso, devemos ficar de olhos vivos e ouvidos atentos, porque virá de novo, de outra forma, travestido de outra linguagem, de outros números para procurar engodar a sociedade e os olhos do povo argumentando dessa ou daquela forma que o Banco está em situação difícil, que o Governo não tem condições e terá que se encontrar uma solução da entrega desse patrimônio.

Por isso, queremos convocar todos os simpatizantes para lutarmos pela defesa

deste nosso patrimônio.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado, com relação à posição do Banco Central com o Besc, nós, que somos Deputados do PPB, do PFL, do PSDB e do PMDB, temos que tomar cuidado, porque, afinal de contas, o PMDB é um Partido que também dá sustentação ao Governo Federal.

Essa matéria tem que ser debatida com muita responsabilidade. Temos de cobrar do Banco Central e do próprio Governo Federal, e deve ser uma cobrança feita por todos nós, que damos sustentação ao Governo Federal, como é o caso do meu Partido e do seu Partido também. Os únicos que podem acusar o Governo Federal são aqueles que efetivamente não o apoiaram ou não o apoiam, que não é o nosso caso.

É claro que isso talvez nos dê o direito de cobrar ainda mais do Governo Federal aquilo que foi assinado pelo Governo Estadual passado, que pertencia ao seu Partido. Um acordo foi assinado e não foi honrado!

Por isso talvez o Besc tenha entrado nessa situação de contestação! E V.Exa. é testemunha de que o Governador... Afinal de contas, V.Exa. também foi convidado para uma reunião, histórica, no Palácio do Governo no dia 23 de março. Eu não o vi presente àquela reunião...

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Não fui convidado, Deputado!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Penso que deve ter sido um problema de comunicação, porque todos os demais Deputados, pelo que me consta, foram convidados.

Naquele dia o Governador apresentou, em primeira mão, os números do Banco Central e convocou não só os Deputados da base de sustentação, mas todos os que integram este Parlamento, para que houvesse uma verificação daqueles números do Banco Central, que foi feita com muita responsabilidade pelos funcionários, pela diretoria. Inclusive foi convidada a diretoria da gestão anterior, que é do seu Partido, e que lá esteve presente participando desse trabalho, dando uma demonstração de comprometimento com o Banco.

Todos os Líderes foram convocados para acompanhar e levantar os novos números (esses que estão sendo apresentados no dia de hoje). E precisamos implementar, efetivamente, esse programa de saneamento do Besc.

V.Exa. sabe que não há intenção do Governo do Estado em privatizar o Banco. Isso foi dito em várias oportunidades! Agora, essa situação do Besc não pode ser aqui partidária porque, aí sim, vamos, de maneira irresponsável, colocar o Besc em situação delicada perante à sociedade catarinense.

Nós todos temos compromissos com o Banco, um compromisso do Governador, que V.Exa. conhece, e é preciso tratar essa matéria com um pouco mais de responsabilidade e buscar daquele que o seu Partido também apoia - o Governo Federal - o que nos é devido!

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Eu quero dizer a V.Exa., Deputado, que nós questionamos a forma com que o Banco Central avalia o Besc. Outrora avaliava de uma forma. Trouxe uma avaliação diferente, há poucos meses, e entrega ao Governo.

Eu achei interessante que o Secretário da Fazenda, na semana passada, num debate numa rádio em Criciúma, negou

tudo o que havia dito na semana anterior, de que o Besc estava numa situação difícil! Dizia que não ia mais ser privatizado! Recuraram!

Então, o Banco Central tem uma posição hoje e uma outra posição amanhã! É por isso que não aceitamos a premissa pela qual o Banco Central faz a análise do Besc.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não, Deputado Herneus de Nadal, nosso grande Líder!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Deputado Ronaldo Benedit, em primeiro lugar quero saudá-lo pelo pronunciamento sereno, tranqüilo, responsável, o que de fato tem sido a nossa conduta frente ao Besc. Nós temos essa relação e a condição de fazer essa defesa do nosso Banco, até porque em 86 nós saneamos esse Banco.

Agora, Deputado, nós, no primeiro momento, quando agentes governamentais atribuíam ao Besc um patrimônio líquido negativo e procuraram diminuir a importância, o sucesso e a pujança desse Banco, insurgimos e dissemos que o Besc tem boa saúde financeira.

Enquanto o Presidente do Conselho suspendia, através de suas declarações, que não podem ser chamadas de irresponsáveis... Inclusive o pregão na bolsa de valores em São Paulo...

Por isso, Deputado Ronaldo Benedit, esta é uma bandeira que nós temos todas as condições de defender. É a defesa do patrimônio de Santa Catarina, é a defesa de um banco que nasceu para fomentar o desenvolvimento sócio-econômico.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos treze minutos são destinados ao PFL.

Com a palavra o Sr. Deputado Adelor Vieira.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, depois do feriado da Semana Santa, volto à tribuna para trazer, mais uma vez, a triste lembrança do saldo negativo da brincadeira estúpida que muitos ainda insistem em realizar, a chamada Farra do Boi.

Vejo aqui a matéria do jornal A Notícia de Segunda-feira, dia 05/04: "Animal é torturado e sacrificado a tiros".

Nós fizemos aqui nesta Casa, aprovada pelos Srs. Deputados no dia 08 de março, uma solicitação ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Dr. Luiz Carlos Schmidt de Carvalho. Através de indicação, pedimos a ele que tomasse as providências necessárias para reprimir a Farra do Boi em Santa Catarina. E recebemos como resposta do Comandante-Geral, Coronel Valmor Backes, um expediente que diz o seguinte:

(Passa a ler)

"A Polícia Militar, consciente do problema, criou uma diretriz de procedimento específico, em anexo, para tratar somente das ações a serem desenvolvidas em relação à Farra do Boi. Sabemos que a lei proíbe tão-somente submeter os animais à crueldade, e esses atos serão rigorosamente observados e coibidos.

No entanto, quando em mangueirões, a Polícia Militar não cerceará a brincadeira, pois, agindo assim, criará um clima de tensão desfavorável tanto para a população como para a Polícia Militar."

Deputado Wilson Wan-Dall, esta prática

já acontece em vários Municípios, como em Navegantes, que V.Exa. conhece, em Penha, em Balneário da Barra do Sul, com um certo disciplinamento.

Mas por que este Deputado volta à tribuna para falar desse assunto? Porque nós precisamos ter uma lei específica sobre isso, Deputado Reno Caramori.

Nós temos na Constituição Federal um capítulo que trata da questão da proteção aos animais; nós temos também a Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que no seu art. 32 diz que praticar ato de abuso, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, é crime.

Então nós estamos insistindo no projeto que tramita nesta Casa porque não podemos conviver com esse tipo de manchete que vem denegando a imagem do nosso Estado.

Vejam, Srs. Deputados:

(Passa a ler)

"Farra do Boi resulta em tumulto em Balneário e na Capital; entidades pretendem reclamar na Justiça contra Governo do Estado."

Já existe uma determinação do Supremo Tribunal, não há mais a quem concorrer. E, agora, novamente, nós temos esse problema da Farra do Boi.

(Continua lendo)

"Apesar de proibida por lei, a Farra do Boi praticada com o animal solto pelas ruas voltou a acontecer no litoral centro-norte. Somente em Balneário Camboriú, o saldo desta prática foi de três pessoas presas, um soldado da Polícia Militar ferido e um boi morto a tiros."

Precisávamos ter isto? Não havia necessidade!

"Na cidade, a Farra do Boi aconteceu na região da Barra, reduto de descendentes de açorianos que vivem da pesca artesanal. Por volta da meia-noite de sexta-feira para sábado, cerca de 60 pessoas reuniram-se na Barra para realizar a Farra do Boi. O boi foi amarrado em um barco e levado até o local onde seria solto.

A PM chegou por volta da meia-noite. Prendeu Arno Teixeira e Alexandro da Silveira, ambos de 20 anos. Assustado com o tumulto, o boi partiu rumo à rodovia BR-101. O animal foi perseguido por Luciano F. M. Filho, de 36 anos. Ele dirigia um Saveiro (placas GPG-3106, de Belo Horizonte). Parado pela PM, Luciano fez o teste do bafômetro. O resultado foi de 19 decigramas por litro de sangue. São 13 decigramas acima do tolerável por lei, que é de seis decigramas por litro de sangue. Luciano foi preso. O boi passou pela BR e seguiu até a Barra Sul, também em Balneário.

O boi entrou no mar e foi perseguido por farristas a bordo de barcos. O animal foi puxado para a praia. Tentando conter os farristas, os policiais deram tiros para cima. Cansado, o boi não se movia. O animal ficou deitado na areia. Para tentar conter os farristas a PM prendeu Anderson Luís Staim.

Os farristas começaram a jogar pedras nos PMs. Um soldado foi atingido por uma pedra e levado ao pronto-socorro do Hospital Santa Inês. Os PMs não identificaram quem jogou a pedra. Em menor número, os policiais fizeram um acordo com os farristas. Soltaram Anderson para que todos fossem para casa. Muito agitado, o animal teve que ser sacrificado pelos PMs, que deram cerca de 20 tiros na cabeça do boi."

Isso é uma barbaridade! Nem vou prosseguir com a leitura. Isto é inadmissível, Deputado Reno Caramori! Isto é uma barbaridade em pleno Século XX, em plena virada de

milênio! E nós vamos continuar convivendo com isso?

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - O acordo deveria ter sido de colocar todos na cadeia. Nós admitimos a brincadeira com o boi, inclusive na nossa região nós temos torneio de laço, gineteada, "futeboi", touradas, mas tudo tem um limite. O proprietário empresta o boi, vai lá e acompanha a brincadeira, mas quando o boi fica cansado, é retirado, colocando-se na pista um boi descansado.

É uma brincadeira sadia, é uma brincadeira que o tradicionalista trás das plagas do Uruguai, da Argentina, via Rio Grande do Sul e que sobe por Santa Catarina até Mato Grosso do Sul. Essa brincadeira é uma tradição, mas quando o boi fica cansado é retirado e colocado outro, não há o menor intuito de julgar ou sacrificar o boi.

Agora, o que está sendo feito em Santa Catarina é um absurdo! O nosso Estado, que é exemplo em muitas coisas, aparece nas manchetes dos jornais praticando absurdos com animais indefesos. Eu vi na televisão o animal indo mar adentro. Isso é um absurdo!

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Basta ver isso aqui Deputado! Foram dados 20 tiros num animal. E ainda, depois disso, permitiram que os farristas fossem embora. Deveriam dar uma "tunda" nessa gente, deveriam prender essa gente e soltar o boi, mas não, o animal foi sacrificado, sem considerar que o próprio PM saiu ferido. Isso é uma barbaridade!

Eu quero pedir aos Srs. Deputados que aprovem esta lei, aí pelo menos saberemos quem são os responsáveis, porque se alguém quiser brincar, terá que ser na sua propriedade, não será em logradouros, em praças ou em via pública, onde crianças, senhoras, pessoas idosas precisam transitar.

Eu não entendo como a nossa Polícia estabelece uma norma e não exige que seja cumprida. Eu gostaria de saber se esses policiais vão ser punidos - a norma foi estabelecida, a Farra do Boi é proibida -, pois permitiram que os farristas fossem impunes para os seus lares enquanto que o animal foi sacrificado com vinte balaços. Isso é um terror!

Eu quero só concluir aqui dizendo que o Centro de Operações não tem estatísticas ainda, mas os números de ocorrências relacionadas com a Farra do Boi, só aqui em Florianópolis, já cresceu muito em comparação aos anos anteriores. De sábado até segunda-feira houve muitos incidentes no Santinho, em Ingleses, na Barra da Lagoa, no Pantanal, no Córrego Grande, em Governador Celso Ramos. Foram esses os locais que fizeram mais chamadas para o 190 comunicando que havia boi solto pelas ruas.

Essa é a grande preocupação que me leva a insistir no fato de que se querem brincar tem que ser dentro das suas propriedades, não exponham aqueles que não desejam participar da Farra do Boi, que poupem os animais, Deputado Wan-Dall! É uma barbaridade o que se está fazendo. Inclusive, nós lamentamos que alguns políticos, infelizmente, patrocinem animais para que se promovam essas farras, a Farra do Boi, farra para aqueles que não têm amor por si próprios, pelos seus semelhantes e tão pouco pelos animais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário reservado aos

Partidos Políticos, os próximos sete minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, assomo à tribuna porque durante o início da sessão de ontem não pude estar no Plenário e não pude responder a algumas observações feitas com relação ao decreto legislativo que nós demos entrada no dia de ontem.

Reservei, portanto, o horário do Partido no dia de hoje para fazer as minhas colocações. Queria iniciá-las recordando um pouco algumas frases que durante um bom tempo, quase dois anos, nesta Casa nós ouvimos. Queria pedir um pouco a atenção do Deputado Herneus de Nadal, porque são frases que ele ouviu e teve que responder muitas vezes. Coisas do tipo: "nós não fizemos nada de novo, nós fizemos coisas que outros Estados já fizeram, portanto, não é ilegal".

Lembra desse tipo de frase, Deputado Herneus de Nadal?

Ou coisa do tipo: "não, nós fizemos porque era do interesse de Santa Catarina; era para trazer recursos; não foi ilegal, não foi algo que fizemos de má fé. Não, nós seguimos exemplos de outros estados".

Lembra dessas frases, Deputado Herneus de Nadal? V.Exa. deve lembrar de forma inequívoca, porque ouvimos isto durante quase dois anos!

Veja bem, Deputado, estas mesmas frases que eram utilizadas para defender o processo das Letras, e que aqui neste Parlamento eram duramente criticadas, obviamente pela Bancada do PT, mas também pela Bancada do PPB, hoje são as mesmas frases que servem para defender o decreto legislativo que o Governador baixou para reduzir o ICMS dos carros.

A ilegalidade está colocada de forma flagrante neste decreto! É totalmente ilegal! A legislação é farta no sentido de impedir que seja feito por decreto, que seja feito sem a autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária! Isto está colocado no art. 155 da Constituição Federal; no art. 150 da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal nº 24/95, no seu art. 1º; na Lei Estadual nº 10.297, no seu art. nº 42; e na Resolução nº 22, do Senado.

Portanto, tem Constituição, lei federal, lei estadual e resolução do Senado proibindo terminantemente que a mexida na alíquota de qualquer produto do ICMS possa ser feita sem autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária e sem que seja feito por lei, autorização legislativa.

Portanto, o Governador Esperidião Amin cometeu o mesmo tipo de erro que durante meses, anos, sapateou no Congresso Nacional, no Senado da República, contrário a documentos falsificados, listas forjadas, leis aprovadas de forma ilegal, aqui na Assembléia Legislativa.

Portanto, acabamos agora chegando no mesmo patamar de ilegalidade.

Em seguida, gostaria de falar do mérito, porque nesta questão de redução do ICMS nós temos duas questões de fundo colocadas: a primeira, do absurdo da guerra fiscal, porque é o seguinte: um Estado, para (farinha pouca, meu pirão primeiro!) conseguir ter investimento e aumento de renda, reduz a alíquota de forma ilegal, como fez São Paulo. Aliás, outra coincidência, porque Santa Catarina também, como no problema das Letras, copiou o exemplo de São Paulo, o Amin

acabou copiando o exemplo do Mário Covas.

Então, São Paulo baixa de 12 para 9%, e aí Santa Catarina também faz o mesmo; o Jaime Lerner pode, se não der certo aquela guerra fiscal lá dele das barreiras, baixar de 12 para 8%, e aí as vendas de Santa Catarina serão transferidas para o Paraná; ou o Olívio Dutra, ao invés de entrar na justiça, poderia ter baixado para 7%, e aí as vendas de Santa Catarina seriam feitas no Rio Grande do Sul, até chegar num ponto que ninguém mais vai cobrar imposto, porque todos os Estados nesta briga da guerra fiscal vão reduzindo tanto, mas tanto que ninguém mais paga!

Outra questão é a da renúncia fiscal. Quando se renuncia a uma arrecadação, tem que estar claro qual é o benefício que esta renúncia fiscal vai dar para a população, para a sociedade. E aí quero levantar aqui (acho que muitos Parlamentares devem ter recebido) este relatório, este estudo preliminar sobre os benefícios fiscais do ICMS em vigor em Santa Catarina.

Quero dizer aos Srs. Deputados que, particularmente, considero uma vergonha! São vinte e quatro páginas, em média com dez a doze casos em cada página, portanto, chegando a quase trezentos casos de isenção, redução de alíquota ou crédito tributário, beneficiando setores e mais setores, ou seja, uma renúncia fiscal incalculável! E toda esta renúncia fiscal significa obviamente volume menor de arrecadação, que se traduz em menos escolas, menos saúde, menos estradas, menos atendimento às necessidades básicas da população.

Então, fui criticada e me chamaram de Deputada do Rio Grande do Sul. O Governador tentou me desqualificar perguntando se o papel timbrado do meu decreto era do Rio Grande do Sul. Quero saber se o papel timbrado do decreto dele é de São Paulo, porque se for para desqualificar a discussão nesses termos, nós vamos confrontar com papéis timbrados.

Mas eu também pretendo fazer uma discussão sobre guerra fiscal, sobre renúncia fiscal, dentro de duas óticas importantes.

Em primeiro lugar, há necessidade de uma reforma tributária séria, justa que este País sequer sonha em fazer, porque não fez até agora. Preferiu fazer reforma da Previdência; preferiu fazer reforma administrativa; preferiu fazer as reformas da Constituição para privatizar os setores públicos; não teve coragem de enfrentar a reforma tributária, que é uma das prioridades em termos de reformas.

Em segundo lugar, é necessário discutir uma política industrial e de desenvolvimento para este País que atenda aos interesses da maioria da população e não de setores econômicos que são sempre os mesmos beneficiados.

Esta é a discussão que quero fazer com meu decreto legislativo, e quero fazê-la em tom sério e responsável, como todos os 40 Parlamentares aqui na Assembléia.

Muito obrigada!
(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Ciro Roza - Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Com a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Ciro Roza.

O SR. DEPUTADO CIRO ROZA - Só gostaria de fazer o registro da presença dos Srs. Marcelo Rosin e Graciliano Tavares, dois políticos jovens do PFL, o que muito nos honra.

O Sr. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o Sr. Deputado

Jorginho Mello.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Srs. Deputados, quero aproveitar para fazer uma saudação especial ao Prefeito de Herval do Oeste, Sr. Américo Lorini, meu companheiro do PSDB; ao Presidente da Câmara de Vereadores, Sr. Nilvaldo Colusso; e ao Secretário da Agricultura Nelson Guindane, que estão no Plenário e que vieram à Capital de Santa Catarina tratar de assuntos importantes para o Município.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, gostaria de me manifestar, mais uma vez, em relação ao Banco do Estado de Santa Catarina, aproveitando o pensamento do Deputado Adelor Vieira, que no momento não está aqui, que falava sobre a Farra do Boi. Lembrei-me da propaganda do Banco Bozano, Simonsen, na qual aparece uma criança atrás de uma árvore frondosa, quando vem uma boiada de búfalo e desvia da árvore na última hora, não atingindo a criança.

O Banco do Estado está se protegendo, Deputado Pedro Uczai, e espero que esta árvore forte, que faz com que a boiada se divida, seja o Parlamento de Santa Catarina em relação ao Besc, para mantê-lo, acima de tudo, como um banco público.

Deputado Milton Sander, o jornal A Notícia e o Instituto Mapa fizeram uma pesquisa (*Top Of Mind*), em que foi perguntado à população de Santa Catarina qual a primeira marca que lhes vinha à cabeça. Provando que o Banco do Estado de Santa Catarina é, acima de tudo, não só um nome forte, não só um patrimônio de Santa Catarina, mas também uma paixão, está demonstrado aqui que na Grande Florianópolis, no Norte do Estado, no Oeste, no Sul, no Planalto, no Vale do Itajaí, em todas as regiões, o nome Besc veio como o primeiro banco que vem à cabeça de qualquer pessoa quando indagada.

Quero, Deputado Herneus de Nadal, iniciando essa minha falação, dizer que não gostaria de entrar no mérito dos números levantados pelo Banco Central, até porque já estamos de posse dos números contestados por todas as equipes denominadas pelo Presidente do Banco Victor Fontana. Mas, para nossa alegria, eles são fatalmente positivos com relação aos números do Banco Central, motivando até um elogio público do Sr. Governador a todos os Líderes, quando estávamos no Palácio esta semana, ao dizer que foi feito um trabalho profissional.

O Sr. Governador naquele momento cumprimentou todos os funcionários que estavam envolvidos no levantamento, demonstrando, acima de tudo, profissionalismo, contestando o que não estava correto e dizendo, do outro lado, alguma coisa que o Banco Central tinha passado por cima, demonstrando isenção, e que ninguém está defendendo o Banco do Estado por ser só uma paixão de Santa Catarina, por ser só um patrimônio de Santa Catarina, mas porque é um banco que pode, deve e vai continuar caminhando com as suas próprias pernas, fazendo com que o pequeno empresário, o pequeno agricultor, o funcionário público tenha guardada nesse banco que em todos os momentos tem estado presente.

Quero, portanto, fazer um registro, Srs. Deputados, das pessoas, dos funcionários que trabalharam nessas comissões virando noite, final de semana com o relatório do Banco Central. Quero deixar registrado aqui o nome de Ayres Lopes, funcionário de carreira do Banco do Estado de Santa Catarina; João Luiz Miguel; Júlio Pungan; Gabriel Vaz; Adir Fátio, de Chapecó; o ex-Diretor Arthur Scur; Malheiros; Mário Seara; Alfredo, do câmbio; Mário Olinger; Lauro Linhares; Carlos Eduardo -

o Cacau -; Mauro Benedit; Vânio Boing; Gouvêa; Crippa, que tiveram essa grande missão de contestar os números do Banco Central.

É prudente e inteligente não estabelecer um clima de confronto, de desafio com o Banco Central, porque ele é, acima de tudo, o juiz que vai dar o parecer final. Mas foi um trabalho merecedor de elogio, tanto por parte do Governador, como por parte deste Deputado, que tem a honra de ser funcionário do banco e saber que lá dentro tem pessoas dessa envergadura, que orgulham a função que exercem e orgulham Santa Catarina.

A nossa grande responsabilidade aqui é fazer cumprir o que nós mesmos já provamos no ano passado, na reestruturação do sistema financeiro.

Da mesma forma que já estão sendo aportados para o Badesc recursos com somas além de 200 milhões, nós temos que cobrar esse mesmo compromisso do Sr. Pedro Parente, do Banco Central.

Não precisa milagre, não precisa, absolutamente, generosidade do Banco Central e nem do Governo Federal, que é do meu Partido. Mas nós precisamos, acima de tudo, dizer, até para o Governo Federal, que nem todas as privatizações têm dado certo. Tem Governo que privatizou muita coisa e perdeu as eleições.

Portanto, Srs. Deputados, quero, nesta tarde, mais uma vez, defender esta instituição que é sagrada para mim e é sagrada para Santa Catarina.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Pois não!

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Nobre Deputado Jorginho Mello, as manifestações de defesa feitas nesta Casa com firmeza, com determinação, com espírito público, com responsabilidade, fizeram com que nós vivêssemos um novo momento no que diz respeito ao Banco do Estado de Santa Catarina.

As declarações de agentes governamentais de que o Banco estava mal, de que o Banco tinha dificuldades, cessaram, Deputado Jorginho Mello.

Por isso mesmo que o requerimento que nós fizemos há vários dias, pedindo a constituição de uma Comissão Parlamentar Externa, a fim de tratar do assunto, é extremamente oportuno. É o veículo para oficializar a participação dos Srs. Deputados neste evento tão importante para Santa Catarina.

Nós não vamos aqui dar a nossa confiança ilimitada de que o processo já se exauriu, mas nós acreditamos, Deputado, que houve uma reversão no quadro, e esperamos que seja definitiva.

O SR. DEPUTADO JORGINHO MELLO - Sr. Deputado, para encerrar, quero dizer que defendemos o Besc não simplesmente como um banco estadual, mas, acima de tudo, como um banco público que tem o compromisso profissional de atender os interesses de Santa Catarina.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Uczai) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPB.

Com o palavra o Sr. Deputado Joares Ponticelli, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, hoje trago a esta tribuna uma matéria que tem se tornado bastante polêmica na nossa região,

na região da Amurel, que diz respeito à nota oficial publicada pela Prefeitura de Armazém, na pessoa do Prefeito Tadeu Wensing, rebatendo as críticas que foram feitas com relação à paralisação das obras na rodovia que dá acesso à empresa Águas Termais Santa Terezinha, hoje pertencente ao Grupo Perrier, obra esta fruto de um convênio celebrado entre o Município de Armazém e o Governo do Estado de Santa Catarina no ano de 1998.

Naquela ocasião, Sr. Presidente e Srs. Deputados, foi firmado entre a Prefeitura Municipal de Armazém e o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Transportes e Obras, um convênio em que o Governo do Estado repassaria ao Município a importância de R\$312.000,00, divididos em cinco parcelas de 48 mil, para que pudesse o Município de Armazém viabilizar as obras de acesso àquela empresa do grupo francês que está lá se instalando.

Das cinco parcelas que tinham vencimento de julho a novembro de 98, apenas uma foi honrada pelo Governo anterior. Dos R\$312.000,00 devidos pelo Governo do Estado ao Município, apenas R\$48.000,00 foram repassados. E o que nos causa estranheza é que as críticas com relação à paralisação das obras partem exatamente de partidários, partem daqueles que dirigiram, daqueles que comandaram o Governo do Estado até 31 de dezembro de 1998.

Exatamente isso, Srs. Deputados, é que nos causa estranheza. Por que essas lideranças, esses partidários do antigo Governo não se preocuparam, ainda na vigência do convênio, em reclamar, em solicitar daquele que detinha o poder, daquele que tinha o compromisso de repassar esses recursos ao Município de Armazém? E agora, com apenas 90 dias de Governo novo, começam a cobrar e criticar como se esse fosse um compromisso não honrado por esta administração.

É preciso que se faça política, já disse e repito, com responsabilidade e sem demagogia!

Este convênio é importante não só para o Município de Armazém como é importante para a microrregião da Amurel, como é importante para o Sul de Santa Catarina.

Afinal de contas, o Grupo Perrier pretende investir no Município de Armazém algo em torno de 18 milhões de dólares, investimentos esses que já iniciaram mas que não tiveram, pela irresponsabilidade do Governo passado, a participação efetiva daquilo que foi conveniado. Aliás, mais uma das centenas e até dos milhares de convênios que foram firmados naquelas festas feitas no Governo passado, com aqueles foguetes todos, Deputado Nelson Goetten, e aquelas vacas gordas que abateram na região, firmando convênios, como fizeram na região com relação ao asfaltamento do trecho Pedras Grandes/Orleans, como fizeram com relação ao recapeamento da SC-438, que não concluíram, dentre tantas obras que festejaram, que levaram o Governador de helicóptero, que levaram várias lideranças, agora, sem nenhuma moral, no nosso entendimento, Deputado Sandro Tarzan, querem cobrar com se esse fosse um compromisso do atual Governo!

Mas nós temos este compromisso com o Município de Armazém. Nós assumimos um compromisso durante a campanha, caso chegássemos ao Governo do Estado, de participar, de viabilizar a participação do Governo do Estado para que aquela importante obra se consolidasse no Município de Armazém. Só que antes disso é preciso entender que a prioridade absoluta do Governo é honrar aquele que seria,

aquele que deve ser o principal compromisso de um governante, que é o pagamento em dia do salário dos seus servidores, que também de forma pouco responsável não foi assumido pelo Governo anterior.

Então, hoje eu quero registrar que estivemos acompanhando a delegação do Município de Armazém, o Prefeito Tadeu Wensing; o nosso Presidente do PPB e Presidente da Cooperzem - Cooperativa de Eletrificação Rural de Armazém -, que já fez a sua parte; os Vereadores, as lideranças de outras entidades do Município e representantes do Grupo Perrier, que estiveram em audiência com o Secretário Leodegar Tiscoski, com o nosso Secretário de Desenvolvimento Econômico, Deputado Paulo Gouvêa, que se comprometeu de articular junto à Secretaria da Fazenda, na pessoa do Secretário "Vieirão", uma forma de viabilizar a transferência desses recursos, mesmo que por antecipação de receita do Grupo Perrier, para que essas obras, importantes para o Município de Armazém, para o Sul do Estado, tornem-se realidade.

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Deputado Joares Ponticelli, com relação a esse convênio que foi assinado e publicado em São Joaquim, que não foi pago até hoje, quero dizer que isso ocorreu não por culpa do então Governador na época, mas por culpa do próprio Secretário de Estado da Saúde. Esse convênio tratava da viabilização a este Município de uma UTI, que seria muito importante, pois muitas vidas deixamos de salvar porque temos que levar os pacientes até Lages.

Gostaria de dizer que o nosso Governo, o Governo de Esperidião Amin, pelo que já conversamos, tem uma prioridade, que é de pagar os salários que estão atrasados, não atrasados por este Governo, mas pelo Governo anterior. E o Governador se comprometeu, além disso, de que quando assinar o convênio ele será pago.

Então, V.Exa. levanta este assunto com muita procedência, porque nós temos responsabilidade com todo o Estado de Santa Catarina. E este Governo haverá de tratar o povo catarinense, os Municípios de Santa Catarina com muita responsabilidade, pois quando fizer um convênio, tenho certeza absoluta, ele pagará, mas primeiro a prioridade é pagar os salários atrasados que estão atrasados não por culpa deste Governo, mas do Governo anterior.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Agradeço a participação do nobre Deputado e incorporo suas palavras ao meu pronunciamento.

Mas quero complementar, Sr. Presidente e Srs. Deputados, dizendo que este investimento do Grupo Perrier vai proporcionar à Prefeitura de Armazém um incremento na sua arrecadação de aproximadamente R\$100.000,00, além da geração de aproximadamente cem empregos diretos e duzentos empregos indiretos, beneficiando diretamente quinhentas famílias de agricultores, permitindo às mesmas escoarem a sua produção.

A empresa Frigorífico Friguns, lá instalada, que também contribui sobremaneira na arrecadação do ICMS, vai beneficiar dezenas de suinocultores que se utilizam da estrada para transportar a produção de aproximadamente mil suínos-dia, além de escoar toda a produção de água mineral do Grupo Perrier, de aproximadamente trinta caminhões do tipo carreta, diariamente, e a

partir do começo do mês de maio essa produção toda poderá estar em pleno vapor se a rodovia de aproximadamente oito quilômetros, que liga a sede do Município até a sede da empresa, estiver concluída.

Então, neste sentido, nós queremos cumprimentar a iniciativa do Secretário dos Transportes e Obras, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, pela parceria que pretende restabelecer entre o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Armazém, beneficiando os investimentos naquele Município.

Sr. Presidente, encerro aqui o meu pronunciamento para que o Deputado Nelson Goetten utilize do horário restante do PPB.

Muito Obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o Deputado Nelson Goetten.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Obrigado, Deputado Joarez Ponticelli, pela concessão do tempo.

Assomo à tribuna novamente para expressar a impressão que fiquei da Deputada Ideli Salvatti, quando ouvi a sua grande preocupação com o Rio Grande do Sul, colocando em discussão um assunto que deu certo para Santa Catarina.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - (Intervindo) - Eu estou preocupada é com Santa Catarina!

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Eu não entendo por que está tão preocupada em colocar em discussão, só porque atingiu o Rio Grande do Sul, que também poderia ter feito o mesmo?!

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Atingiu também o Paraná!

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Mas, Deputada Ideli Salvatti, gostaria de dizer que nós temos uma guerra fiscal diária neste País. Portanto, temos que nos habilitar a salvar Santa Catarina, e foi uma atitude inteligente do Governo! O Governador Esperidião Amin foi inteligente, pois aumentou a arrecadação do Estado! E por que nós estamos preocupados? Não é só este problema que existe!

Eu dizia ontem desta tribuna que só a nossa indústria farmacêutica é prejudicada, mas nunca vimos aqui uma manifestação em sua defesa!

Nós temos um parque industrial espetacular na indústria farmacêutica e queremos que o Governo, sim, tome a mesma iniciativa, iniciativa como esta, que tem que se ter coragem e que dá certo! Esta nós não precisamos questionar, deixe para o Rio Grande do Sul e para o Paraná esse questionamento, Deputada!

Um Deputado do PMDB, que me antecedeu na tribuna, falou da irresponsabilidade de alguns membros do Governo com relação à situação do Besc.

E se eu entendo bem, baseado em dados e relatórios que foram acompanhados por comissões sérias e responsáveis, a irresponsabilidade não é dos membros do Governo Esperidião Amin, a irresponsabilidade é daqueles que fizeram e que mostraram para nós, para Santa Catarina o escândalo que foi feito com o Besc, usado para benefício de alguns. E temos que dizer, sim, quem é o responsável e quem fez o que foi feito com o Besc, porque se estamos com problemas hoje não é por irresponsabilidade de membros deste Governo, mas de quem administrava este Estado de Santa Catarina!

E nós não podemos ser enganados,

não! Ninguém pode vir a esta tribuna, a este microfone e fazer o discurso fácil, não! Nós precisamos falar e levar a verdade ao nosso cidadão! Os dados e os números estão aí e não deixam enganar ninguém!

Nós ficamos assustados quando recebemos o nosso Estado nesta situação. E precisa se ter muita competência, muita coragem e muita determinação...

Tenho certeza absoluta de que nós, que temos a responsabilidade e somos parceiros nesta empreitada, não deixaremos faltar, sem dúvida nenhuma, a nossa participação, a nossa colaboração e a nossa contribuição em defesa do nosso Governo e do nosso Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica a justificativa de ausência do Deputado Francisco de Assis, que se encontra em Brasília, e lá permanecerá até o dia 8 do corrente mês, participando do Encontro Nacional de Parlamentares do Partido dos Trabalhadores.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 10/99, com prazo para apreciação até o dia 20/03/99, que apõe o veto total ao Projeto de Lei nº 024/98, que dispõe sobre a isenção do pagamento de serviços prestados pela Fatma, nas condições que determina.

Em discussão.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peça a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é muito comum a discussão de matérias que tratam de vetos nesta Casa, os Deputados se atêm mais ao encaminhamento, mas eu gostaria de, num espaço de tempo bem exíguo, fazer algumas ponderações com relação ao veto apostado ao Projeto de Lei de autoria do ex-Deputado Olices Santini, cuja ementa dispõe sobre a isenção de pagamento de serviços prestados pela Fatma, nas condições que determina.

O referido projeto, nos arts. 1º, 2º, 3º e 4º, pretende o seguinte:
(Passa a ler)

"Art. 1º - O pagamento pela prestação de serviços da Fundação do Meio Ambiente - Fatma -, instituídos pelo Decreto nº 2.286, de 03 de agosto de 1992, será dispensado aos usuários que residam em Municípios declarados de calamidade pública.

Art. 2º - Para usufruírem dos benefícios estabelecidos nesta Lei, os usuários devem anexar à solicitação de serviços dirigidos à Fatma cópia do decreto municipal que declarou o Município em estado de calamidade pública.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário."

Sr. Presidente e Srs. Deputados, este projeto pretende, em casos de calamidades, em casos em que o setor primário, o setor produtivo do nosso Estado sofra adversidades climáticas que lhes tragam prejuízo quase que absoluto, total, minimizar, reduzir essas dificuldades, isentando o produtor do pagamento dessas taxas, não em definitivo, mas temporariamente.

E nós, Sr. Presidente e Srs.

Deputados, que somos da região Oeste de Santa Catarina, principalmente os Municípios da região de Chapecó, até a fronteira, que sofreram com a estiagem, levando a safra, criando dificuldades no abastecimento de água potável, tanto para consumo humano como para consumo animal, estamos nos propondo a votar favoravelmente, mais uma vez, a este projeto, até porque ele foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça por unanimidade, recebeu o voto de Parlamentares de todos os Partidos Políticos, em reunião realizada em 7 de abril de 1998.

Independente de matiz, de cor partidária, todos os Srs. Deputados, com assento na Comissão de Constituição e Justiça, votaram favoravelmente ao presente projeto. E votar mais uma vez favorável ao projeto, significa derrubar o veto e manter o texto aprovado aqui por esta Casa que, infelizmente, não foi sancionado pelo Chefe do Poder Executivo.

No entanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, parece-me que a questão merece o registro, o destaque e também, sobretudo, a atenção dos Srs. Parlamentares com referência à situação de extrema dificuldade por que passam e vivem os nossos produtores do Extremo Oeste e do Oeste de Santa Catarina.

Então, devido a esses problemas de ordem social que se avultam a cada dia e a cada instante que passa, nós precisamos, de fato, oferecer à população do meio rural, aos que trabalham na produção primária de alimentos condições mínimas de renda, condições de conforto para seus filhos e suas famílias, para que desta forma tenhamos a condição de manter as nossas comunidades, de fazer com que os nossos pequenos Municípios, denominados rurais, possam continuar a oferecer a oportunidade de trabalho, de renda e emprego à nossa gente que trabalha e vive daquilo que retira da terra. Porque quando se dirigem a centros urbanos eles não têm a qualificação, o preparo necessário para desenvolver outras tarefas, outras atividades diferentes daquelas que têm adquirido através dos tempos.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Eu gostaria de, antes de encerrar, ouvir e incorporar a manifestação do ilustre colega de Bancada, Deputado Gelson Sorgato, com relação a este assunto do qual estamos tratando.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Deputado Herneus de Nadal, gostaria de incorporar as minhas palavras ao seu pronunciamento, tendo em vista a votação deste veto que vai beneficiar produtores, suinocultores e avicultores do Estado de Santa Catarina.

E nós vemos que muitos incentivos estão sendo feitos em nível de empresa, como o Prodec Agroindustrial. Sabemos que na região de Joaçaba está se defendendo e se procurando implementar um frigorífico de suínos via sistema Aurora, compartilhado com empresários daquela região, para beneficiar e incrementar a receita de ICMS no Estado de Santa Catarina. E onde o pequeno produtor estiver, ele também vai ter que pagar uma taxa, quem sabe, equivalente ao preço de uma ou duas matrizes de suínos, para conseguir a licença ambiental, para colocar o seu chiqueirão e conseguir manter a sua família.

Então nós vemos, Deputado Herneus de Nadal, que nessa esteira de discussão nós precisamos analisar e ver quantos funcionários e quantas pessoas temos para conseguir a licença ambiental em Santa Catarina, para vermos essas taxas implementadas.

Uma vez sugerimos aqui que a Epagri, que é uma empresa vinculada à Secretaria da Agricultura, que tem técnicos em todas as cidades, fizesse esse trabalho sem cobrança ou com uma cobrança insignificante, inferior a que está sendo cobrada hoje.

Nós queremos aqui dizer que quando se dá um incentivo com uma mão se tira com a outra. Então, temos que derrubar esse veto para implementar e ajudar a agricultura de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Agradecemos a manifestação do nobre Colega Gelson Sorgato.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Antes de conceder um aparte ao Deputado Ronaldo Benedet, gostaria de fazer mais uma referência com relação a este projeto.

Este projeto permite aos proprietários de imóveis rurais a retirada de até 15m³ de madeira sem pagamento de taxas. E isso já ocorreu na nossa região, em períodos recentes, por ocasiões de fortes ventos, onde vários Deputados, como este Deputado e o Deputado Afonso Spaniol, lembro-me bem na época, recorreram aos órgãos ambientais para que se autorizasse, de forma excepcional, a retirada daquelas madeiras que foram inclusive danificadas por ocasião das intempéries.

Por isso mesmo, Deputado Ronaldo Benedet, parece-me que o ex-Deputado Olives Santini, quando pretendeu reduzir as dificuldades, dar incentivo ao produtor, ao proprietário de imóvel rural, de fato estava agindo na intenção de fixar o homem no campo, de melhorar suas condições de vida e de exonerá-lo do pagamento de uma taxa que, além da dificuldade que já está presente todo dia na sua propriedade, aumentaria o seu compromisso de recolhimento dessa taxa aos órgãos ambientais.

Ouçõ agora V.Exa., Deputado Ronaldo Benedet.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Nobre Deputado, nós que somos de uma região agrícola que tem uma imensa quantidade de chiqueiros, de galinheiros, perguntamos: quando chegarmos à casa de um agricultor e dissermos que vai ter que pagar essa taxa à Fatma, o que ele vai nos dizer?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Em casos de calamidade pública.

O Sr. Deputado Ronaldo Benedet - Então, Deputado, temos que deixar claro isso, que a nossa posição fique bem clara em relação a esta situação do veto. Coloco aqui esta questão para que amanhã ou depois não sejamos cobrados.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Agradecemos o seu aparte.

Gostaríamos ainda de nos referir às motivações que levaram o Governador do Estado apor o veto a essa matéria. Afirma o Chefe do Poder Executivo que a matéria é de iniciativa do Poder Executivo por força de disposição constitucional. De fato, a propositura dessas matérias, de acordo com o que estabelece a nossa Carta Magna, não pode ser de iniciativa deste Poder.

No entanto, Srs. Deputados, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis desta Casa, por unanimidade, não entendeu desta forma e, por sua vez, criou um fato, não pela primeira vez aqui no Parlamento - e certamente não será a última -, em que se aprovou um projeto contendo vícios constitucionais.

O que importa, o que é relevante é que temos um fato criado, e se sancionado o projeto ou se não for mantido o veto, logicamente teremos a condição de implementar esse benefício aos produtores rurais do nosso Estado.

Esta é a nossa manifestação acerca desta matéria.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o Deputado Neodi Saretta, por 15 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, esta tribuna constantemente tem sido usada por diversos Deputados de todas as Bancadas em defesa da agricultura catarinense.

Isso é plenamente justificável em função da grave crise que vive esse setor nos últimos anos, mormente após a edição do chamado Plano Real, em que, sem dúvida nenhuma, a agricultura foi uma das bases de sustentação do Plano enquanto ele esteve, segundo alguns, "no auge".

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, por que fazemos essa referência? Fazemos essa referência porque às vezes nós temos oportunidades na prática de fazermos determinadas ações, de aprovarmos determinados projetos que vêm em benefício a esse setor, e muitas vezes deixamos de fazê-lo.

Não foi o caso desse projeto de lei, mas pode ser o caso, Deputado Milton Sander, se não derrubarmos esse veto. Projeto, inclusive, de autoria do ex-Deputado Olives Santini, que estabelece a isenção de pagamentos de taxas à Fatma àqueles que estiverem situados em Municípios comprovadamente em estado de calamidade pública.

Que taxas são essas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, até para que todos os Deputados possam ter pleno conhecimento desse debate? São aquelas instituídas pelo Decreto nº 2.286, e esse decreto chega ao absurdo, como diz o próprio Autor do projeto, de exigir do agricultor, quando ele for pedir uma autorização para que possa derrubar árvores em sua propriedade, o pagamento dessas taxas. E o que se quer, portanto, é estabelecer a esses agricultores essa isenção não no sentido de atuar de forma paternalista, mas no sentido de darmos prova de que estamos preocupados de uma forma ou de outra em amenizar os problemas relacionados com a agricultura.

Por isso, Deputado Pedro Uczai, nós também não podíamos deixar de fazer essa manifestação, embora não fosse tão necessária, dada a importância que os Srs. Deputados com certeza dão a esse tema. Mas queremos chamar a atenção dos Srs. Deputados, mais uma vez, para esse tema que tem sido tão debatido e tem tido tão poucas ações no sentido da sua valorização, que é a questão da agricultura.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Pois não! Eu ouço V.Exa., que certamente virá contribuir com este debate.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - As questões emergenciais por causas climáticas, por intempéries, às quais a nossa população

rural é acometida, já bastariam. Só isso já bastaria. E ficamos espantados por ter recebido veto a esse projeto de autoria do ex-Deputado Olives Santini. Chama-nos a atenção o mérito do projeto, devido à necessidade e à premência de uma situação emergencial. Portanto, o que nos espanta é o veto.

Agora, há necessidade de os 40 Deputados terem essa sensibilidade, porque, senão, Deputado Neodi Saretta, vai ficar difícil aqui um Deputado se pronunciar pela manutenção do veto e depois ser indagado pelos agricultores, pela população rural das suas bases. Como vai explicar, diante de uma intempérie que não tem controle, ao próprio agricultor, da situação que está vivendo e que não terá esse benefício concedido pelo Poder Público estadual?

A Fatma pode, sim, buscar outros instrumentos, outras formas de manutenção e desenvolvimento das atividades. A prerrogativa é extremamente meritória, e precisa ter anuência dos 40 Deputados para derrubar esse veto.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Agradeço o seu aparte, Deputado Pedro Uczai, e o incorpo ao meu pronunciamento.

Chama-me a atenção, realmente, que a Fatma em seu parecer acostado aos Autos, às folhas 27, manifesta-se pelo veto integral ao projeto. Chama-me atenção que esse parecer tenha sido acolhido e vetado pelo Sr. Governador.

Parece-me que houve a preocupação da Fatma de apenas olhar o seu lado, estritamente, quando coloca aqui "custos cobrados visam cobrir despesas com vitórias, transportes, pessoal técnico e administrativo". Eu pergunto: no Município, estado de calamidade pública?! O agricultor, falido, quebrado em função da política agrícola do Governo, atingido pela intempérie, ainda terá que pagar uma taxa para fazer a vitória na sua propriedade que está destruída, que sequer o seguro agrícola possui para protegê-lo quando acontece essas intempéries?!

Esse é o questionamento que queremos colocar, Deputado Pedro Uczai! Esse é o questionamento, inclusive, que queremos trazer para esta Casa. O seguro agrícola, fonte aqui de grandes debates há mais de dez anos, até o presente momento não foi instituído - e não vai aqui nenhuma crítica a esse ou aquele Governo, mas é uma necessidade a implantação do seguro agrícola no Estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Ouço seu aparte, até porque ouvi o seu pronunciamento anteriormente, e creio que esse é um exemplo típico de um projeto que não é de uma envergadura extrema, mas é um exemplo pequeno que nós podemos dar nesta tarde, derrubando esse veto, derrubando a insensibilidade daqueles que não entenderam que ações como essa mostram uma decisão política de apoio à agricultura de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Nobre Deputado Neodi Saretta, V.Exa., que tem uma grande ligação com os produtores, com o setor primário do nosso Estado - e a sua região de Concórdia caracteriza-se pelo minifúndio, pela pequena propriedade -, sabe que nessas horas de crise, de dificuldade, em que se fala até em se estabelecer um pacto social para que tenhamos condição de atravessar esse caminho turbulento que se apresenta hoje aos nossos produtores, em que inúmeros, vários fatores interferiram para que

vivêssemos essa dificuldade, como foi o fator do campo, que agora em tese nos permitiria o ajuste nesse setor, que no entanto não vem ocorrendo, não está acontecendo...

Mas em cima dessas situações de extrema dificuldade, reconhecidas por todos, é importante que o nosso produtor tenha o sentimento de que não está sozinho, que há esperança e que a crença na sua atividade é compartilhada também pelos Deputados, seus representantes, seus governantes, que procuram, através de projetos, como esse de autoria do ex-Deputado Olices Santini, reduzir essa dificuldade, que procuram transmitir ao homem do campo ânimo, coragem para enfrentar essa dificuldade.

Deputado Neodi Saretta, eu agradeço a oportunidade cumprimentando V.Exa. pela manifestação em defesa da nossa grande bandeira, que é a bandeira da agricultura, da produção de alimentos, em defesa, principalmente, do nosso modelo econômico, este que já foi exemplo neste País, pois nós, os oestinos, somos os responsáveis pela metade de toda a produção agropecuária do Estado de Santa Catarina, ou seja, produzimos 50% de todo o alimento do Estado.

De fato, fazemos ainda essa defesa com mais ardor, mais determinação, porque queremos que a nossa região volte a ter aquela importância que já teve no passado, região que já foi denominada como o grande celeiro do nosso Estado e até do nosso País.

No entanto, diante dessas situações que se têm apresentado, a nossa região, hoje, vive um quadro de dificuldades, onde há desemprego, falta de oportunidade e falta de rentabilidade dos nossos produtos quando colocados em competição desigual na era da globalização, fazendo com que o êxodo rural se faça presente, onde homens, mulheres e, principalmente, jovens, no afã de procurarem uma outra forma de renda e de trabalho, saem da sua região agrícola.

Agora, Deputado Neodi Saretta, a migração não é mais do interior para pequenas cidades e das pequenas cidades para o pólo regional. As migrações, hoje, perdoe-me V.Exa. se estou me estendendo, são das regiões agrícolas do nosso Estado para as grandes metrópoles, para as grandes cidades, em nível nacional. Até porque o agricultor, o produtor, na sua simplicidade, imagina e pensa que autoridades, em nível de Ministério da Agricultura, de Secretaria da Agricultura, estejam na busca de alternativas de soluções, de meios para que ele possa continuar a sua labuta.

Por isso, Deputado, o tema que pode não parecer, à primeira vista, de primeira mão tão importante, é de fato um tema que diz respeito à quase 30% da população catarinense que, de forma direta ou indireta, ainda vive do que é retirado da terra, ainda vive na dependência da nossa produção de alimentos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Obrigado, Deputado Herneus de Nadal.

Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu creio que na votação deste veto nós temos que nos despojar da questão meramente Situação/Oposição. Tanto isso é verdade, Deputado Milton Sander, que aqui estamos defendendo um projeto que é de autoria de um Deputado que compõe a base de sustentação do Governo, porque entendemos que podemos, nesta votação, como disse, nos despojar desta questão partidária de Situação/Oposição e tomarmos uma

posição política de defesa da agricultura catarinense com essa votação simbólica, sim, porque não será esse projeto que salvará a agricultura, mas dará uma posição favorável aos encaminhamentos contra grandes questões que ainda serão tratadas e debatidas aqui nesta Casa.

Por isso nós conclamamos realmente as Bancadas de todos os Partidos a derrubarem, de forma unânime, o veto apostado ao presente projeto de lei.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Pedimos a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o Sr. Deputado Rogério Mendonça.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. Presidente e Srs. Deputados, não poderia deixar de, neste momento que está sendo colocado em discussão o veto do Sr. Governador do Estado, projeto este ligado à agricultura e ao agricultor, fazer um pronunciamento e dizer da minha posição, até porque estou aqui nesta Casa pelos votos dos agricultores do Alto Vale do Itajaí.

E não é só isso! Não é só por ser da Bancada ruralista, com muita honra, Bancada que defende a agricultura e o agricultor, que assomo esta tribuna, mas para também me posicionar a respeito deste projeto de autoria do ex-Deputado Olices Santini, que é médico veterinário, que é funcionário da Epagri, empresa da qual já fui Presidente, e elogiá-lo pela sensibilidade de chegar ao agricultor. Não só do pequeno agricultor, mas daquele que numa circunstância de calamidade pública teve a sua propriedade, o seu Município, as pontes e os meios de produção prejudicados.

Nós temos que ter a sensibilidade de, num momento como esse, defender o agricultor, independente de Partido. Como prova disso é que defendemos este projeto de autoria do ex-Deputado Olices Santini, que não é do nosso Partido, mas é um médico veterinário, funcionário da Epagri, que se sensibilizou muito com a questão da agricultura, apresentando um projeto que teve a votação desta Casa na Legislatura anterior. É verdade que talvez ele não venha modificar toda a dificuldade que vive o agricultor em nível nacional ou em nível estadual, mas vem ao encontro desse pequeno agricultor.

Quando nas nossas campanhas políticas, nos nossos comícios, nas nossas idas e vindas nas pequenas propriedades pedimos o voto, num momento como esse nós temos que ir ao encontro do projeto que está a favor do pequeno agricultor.

Deputado Heitor Sché, nós, que somos do Alto Vale do Itajaí, conhecemos bem o pequeno agricultor, inclusive tive o orgulho de trabalhar como engenheiro agrônomo, visitando pequenas propriedades em toda a minha vida, de conhecer as suas dificuldades, as suas lutas, o seu suor, o seu calo no pegar da rabiça do arado para poder cultivar a sua terra, assim como outros Deputados também conhecem.

O agricultor poderia receber um benefício ao ser isentado de um pequeno imposto, pois isso não acrescentaria nos cofres do Governo do Estado, não modificaria situação nenhuma. V.Exa., Deputado Manoel Mota, que já foi um transportador de cebola no Alto Vale do Itajaí, na região de Ituporanga, sabe disso, pois conhece os problemas e as dificuldades do nosso agricultor.

Tenho certeza, Deputado Manoel Mota, que V.Exa., sensível a este projeto, votará contra o veto do Governador, como a maioria desta Casa.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Meu caro Deputado, V.Exa. vai ter que me perdoar, porque com essa garra vou ter que chamá-lo de Deputado "Peninha". Foi a garra que V.Exa. sempre teve junto à agricultura e aos agricultores que trouxe a esta Casa as experiências fundamentais para discutirmos o novo momento da agricultura.

Quando o ex-Deputado Olices Santini trouxe este projeto a esta Casa, foi porque sabia que era fundamental para Santa Catarina. Por isso nós o aprovamos e sabemos que hoje é meramente impossível aceitar que este veto venha prejudicar os nossos agricultores em Santa Catarina, que pagam muito caro para se manter no campo. E nós precisamos, neste Parlamento, criar instrumentos para que ele sobreviva e continue trabalhando, pois hoje até para serrar um pinheiro temos que gastar pagando a afiação do serrote.

Então, a verdade é que os nossos agricultores precisam de um carinho especial, e este é o momento que nós podemos colocar em xeque aqueles que querem a agricultura produzindo e sobrevivendo, porque não é só plantar, é preciso esperar que não dê sol e nem chuva demais, o que faz perder toda a produção.

Nós sabemos da desigualdade entre aqueles que moram lá, que plantam cebola e que disputam nesta globalização ou no Mercosul com a Argentina, onde este trabalho é feito com tratores, com arado, com novas tecnologias, enquanto que aqui a plantação de cebola é feita no morro. Isto é muito desigual.

Por isso nós precisamos aqui da resposta positiva, pois este é um momento decisivo, em que podemos dar à agricultura um novo momento de perspectiva e de esperança. É dentro desta linha que nós queremos cumprimentar V.Exa. e dizer que vamos lutar pela derubada deste veto, pois isso é fundamental para a continuidade e para a luta dos nossos agricultores catarinenses.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado pelo seu aparte. V.Exa. está demonstrando uma grande sensibilidade com os problemas da agricultura e do agricultor.

Interessante é que na Legislativa anterior este projeto de autoria do ex-Deputado Olices Santini passou na Comissão de Justiça, por unanimidade. Todos os Deputados que estavam naquela Comissão acharam, naquele momento, que este projeto era justo e que beneficiava os agricultores. Na ocasião era Relator do projeto o Deputado Ivo Konell e, na sequência, o projeto foi para a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, onde era Presidente o Deputado Volnei Morastoni, onde também foi votado por unanimidade.

Aí eu pergunto, Deputado Volnei Morastoni: será possível que em tão pouco tempo depois houve mudanças nos pensamentos e nas idéias dos Deputados? Será que no ano passado este projeto era justo? Será que mudou tanto a mentalidade e os conceitos dos nossos Deputados?

O Sr. Deputado Manoel Mota (intervindo) - E o ex-Deputado Olices Santini, com certeza, se estivesse aqui nesta Casa, es-

taria aí no lugar de V.Exa. defendendo a derrubada deste veto.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sem dúvida, Deputado Manoel Mota!

Por isso, quem sabe, estou aqui substituindo o ex-Deputado Olices Santini nas suas idéias e nos seus interesses.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Acho que a questão é totalmente meritória e realmente é o mínimo que se pode fazer!

No entanto, Deputado Rogério Mendonça, eu gostaria de lembrar que esta isenção de taxas para o corte de madeiras por parte da Fatma pode ser feita através de decreto, não precisa ser necessariamente por lei.

Eu queria lembrar que no Governo anterior este Deputado, por duas vezes, fez requerimento ao Governador pedindo para que ele, por decreto, abolisse, isentasse, nestes casos de calamidade, a cobrança dessas taxas dos agricultores beneficiados. Inclusive foi na época em que V.Exa foi Presidente da Epagri. E tenho a nítida lembrança de que na época mandei cópia para o Governador do Estado, para a Fatma, para a Secretaria da Agricultura, para a Cidasc e também para a Epagri.

Poderia ter sido implementada esta intenção meritória já no Governo anterior, sem dúvida, só para lembrar.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Nobre Deputado, não eximimos, absolutamente, a possibilidade de este ato ser feito através de decreto. Mas é verdade também que nós temos a possibilidade real, neste momento... O fato de poder ser realizada esta isenção através de decreto não significa que tenhamos que dispensar ou simplesmente acompanhar o Governador neste veto.

Por isso peço aos Srs. Deputados desta Casa que não vetem este projeto do ex-Deputado Olices Santini. Vamos, sim, ao encontro do agricultor, vamos ao encontro deste projeto, dizendo "sim" a este projeto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Continua em discussão.

Com a palavra a Sra. Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, acho que não é mais necessário falar dos aspectos objetivos desse projeto, da sua importância, da sua necessidade, porque os oradores que me antecederam já foram suficientemente esclarecedores neste sentido.

Inscrevi-me mais para tratar dos aspectos subjetivos do projeto, aquilo que está por trás, aquilo que não é dito, aquilo que está posto e inclusive aquilo que é determinante nas decisões que são tomadas.

E hoje aqui, na Assembléia, nós temos uma situação determinante de forte caráter subjetivo: esta é a quinta sessão em que temos na pauta a apreciação deste veto. Nas sessões anteriores, tivemos a retirada das Bancadas que dão apoio ao Governo (PPB, PFL, PSDB), e não pudemos efetuar a votação porque não houve *quorum* para deliberar durante cinco sessões consecutivas.

Hoje, estamos com a Assembléia razoavelmente lotada em termos de Bancada. Alguns Parlamentares justificaram sua ausência, como o Deputado Jaime Mantelli, que está representando a Assembléia na discussão, em Porto Alegre, sobre a questão dos

fumicultores, e o Deputado Francisco de Assis, que está em Brasília acompanhando o Prefeito de Imaruí numa série de audiências no âmbito da esfera federal, já permanecendo em Brasília para o encontro da Bancada Federal com as Bancadas Estaduais do Partido dos Trabalhadores, que acontece nesta semana em Brasília.

A presença no Plenário hoje, portanto, é ostensiva; ninguém fez pedido de verificação de *quorum*, porque é visível que hoje temos *quorum* para votar.

Não votamos até agora, Deputado Milton Sander - e veja os aspectos subjetivos como são importantes -, porque há um sintoma no ar sobre a posição da Bancada governista, que é no sentido da manutenção dos vetos indiscriminadamente! Independentemente da discussão, do mérito do que está contido no projeto em si, é este o sintoma que estamos conseguindo absorver dos resultados das reuniões da Bancada governista.

Por incrível que possa parecer, já sou a quarta oradora que se pronuncia em defesa do projeto de autoria do ex-Deputado Olices Santini, que não se reelegeu, que não está mais nesta Casa, que é da Bancada do PPB, um Deputado que, apesar de adversário do nosso Partido, teve uma atuação, todos nós sabemos, irrepreensível, sempre muito atento na defesa das questões da agricultura, até porque a sua atuação, enquanto homem público, foi à frente de diversos órgãos da agricultura.

Então, está estranho, porque quem vem à tribuna fazer a defesa do projeto do ex-Deputado Olices Santini é o PT e o PMDB, Deputado Lício Silveira. Não vi até agora nenhum Deputado do PPB defender esse projeto, que foi aprovado por unanimidade. E eu quero entender toda essa subjetividade que está posta, porque é importante, inclusive, tratarmos dos assuntos subjetivos.

Quero tratar de mais uma questão subjetiva, Deputado Manoel Mota. A Bancada governista não deu *quorum* nessas sessões consecutivas porque as decisões não estão simples naquela Bancada. Sabemos que existem alguns elementos colocando dificuldade no entrosamento dos Partidos que dão sustentação ao Governo, por problemas alguns públicos, outros nem tanto.

Sabemos (inclusive, já comentei isso com o Deputado Ivan Ranzolin) que ao manter essa posição de votar de forma indiscriminada pela manutenção dos vetos, sem entrar devidamente no mérito que está posto em cada projeto, não resolve o problema da Bancada governista, talvez venha até a agravá-lo.

Hoje, o Presidente da Assembléia está nos jornais estampando sua insatisfação pela perspectiva de não ser derrubado o veto ao projeto de sua autoria, que mexe no IPVA.

Se for mantido o veto, tenho certeza de que o Deputado Gilmar Knaesel vai ficar razoavelmente aborrecido, e imagino que o ex-Deputado Olices Santini, mesmo não estando mais aqui, também vai ficar razoavelmente aborrecido, inclusive por não ter tido nenhum correligionário que defendesse o seu projeto.

Então, quero tratar dos aspectos subjetivos, porque estamos aqui tratando, indiscutivelmente, de assuntos do interesse da população catarinense.

Esse projeto beneficia agricultores atingidos por calamidade pública. Vejam, então, a função social desse projeto, mas o que está sendo visto são os aspectos subjetivos dos problemas internos da Bancada governista, de como isso pode repercutir em nível de opinião pública se os jornais amanhã estamparem qualquer coisa semelhante como

"mais uma derrota do Governo Esperidião Amin". Eu acho que vamos ter estampada é mais uma derrota do povo catarinense se mantivermos vetos a projetos que, indiscutivelmente, têm alcance social!

Eu não assomei à tribuna para fazer a defesa do projeto, já fizemos isso na sua tramitação, Deputado Milton Sander, quando o aprovamos por unanimidade, mas para levantar essa discussão: a medida que V.Exas. estão tomando no sentido da manutenção do veto para tentar chegar à unidade da Bancada governista pode ter um resultado pior, a emenda pode acabar sendo pior do que o soneto, como se costuma dizer.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Ouço V.Exa., Deputado, que virou agora transportador de cebola, para poder ter ascendência sobre o assunto que estamos tratando.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Deputada, quero cumprimentar V.Exa. e dizer que o PPB, tenho certeza, vai ser solidário ao seu colega Olices Santini, grande companheiro nesta Casa. Só está faltando eles virem aqui defender esse importante projeto, que foi aprovado por unanimidade.

V.Exa. disse que eu defendo os transportadores de cebola, mas eu defendo o transporte, os transportadores de Santa Catarina. Mas faço parte da Educação, e fico hoje feliz por ver V.Exa., que é uma defensora incontestável da Educação, defender a produção, os agricultores nesta Assembléia Legislativa. Então, é um novo momento nesta Casa.

Quero mais uma vez cumprimentá-la e parabenizá-la pela sua luta, encampada agora em defesa dos agricultores catarinenses.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Agradeço o seu aparte, Deputado Manoel Mota. Nós temos uma prioridade partidária: dar atenção ao pequeno agricultor, à agricultura familiar, e é indiscutível, em termos de opinião pública, a atuação do PT com relação a esse setor.

Mas eu volto a fazer uma ponderação à Bancada governista. Nós temos uma série de vetos para serem votados, todos eles a projetos de autoria de Parlamentares, a maioria, tenho certeza absoluta, de interesse da população de Santa Catarina (até porque quero ter o entendimento de que os Parlamentares não fazem projetos contra o interesse da população). A maioria desses projetos foi votada na reta final do processo legislativo, no ano passado, e a grande maioria também foi aprovada por unanimidade, como é o caso deste projeto.

Então, eu gostaria que pudéssemos retirar essa questão de quem é que vai ganhar ou perder, porque quem vai perder se um veto desse tipo for mantido são os agricultores, indiscutivelmente!

Inclusive, já tinha dito ao Deputado Ivan Ranzolin, que lidera a Bancada do PPB, que a medida mais correta a tomar seria anunciar os projetos pelos quais a Bancada tem simpatia, porque se há disposição da Bancada em ter simpatia por alguns projetos, isso não pode ser caracterizado como derrota.

O Governador vetou estes projetos todos até como uma medida inicial de quem está assumindo o Govern^o Pegou lá o pacote de projetos que foram votados na reta final do processo legislativo e, obviamente, vetou a grande maioria, até porque, imagino eu, em início de Governo não há grandes condições de se fazer estudos detalhados sobre cada um dos projetos.

Agora, é responsabilidade desta Casa analisar caso a caso, votar conforme o interesse da população, e não conforme a manchete do jornal do dia seguinte.

Então, gostaríamos de fazer essa colocação, esperando que na votação, que vai se feita em seguida, possa já haver uma demonstração inequívoca da responsabilidade da Bancada governista, inclusive para com os interesses dos agricultores do nosso Estado.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - O próximo orador inscrito para discutir o projeto é o Deputado Gelson Sorgato.

Antes, porém, de conceder a palavra ao Deputado Gelson Sorgato, esta Presidência dá ciência aos Srs. Deputados que se encontra sobre a mesa um requerimento assinado por vários Deputados com o seguinte teor: "Nos termos do art. 169, parágrafo único, os Líderes abaixo-assinados solicitam o encerramento da discussão do PL-024/98."

E o nosso Regimento Interno, no seu art. 169, diz:

"Art. 169 - O encerramento de discussão se dará:

I - pela ausência do orador;

II - pelo decurso dos prazos regimentais;

III - por deliberação do Plenário.

Parágrafo único - O requerimento de encerramento de discussão será submetido pelo Presidente à votação, desde que o pedido seja subscrito por um terço dos Deputados ou Líderes que representem este número, tendo sido a proposição discutida pelo menos por quatro oradores."

O presente projeto já foi discutido por quatro oradores.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Sr. Deputado Gelson Sorgato.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Mesmo sabendo o Regimento Interno, eu acredito que seria o último orador. Se não tiver esta oportunidade, farei daqui mesmo algumas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Esta Presidência consulta se mais algum Deputado tem interesse em discutir o presente projeto.

(Pausa)

Não havendo mais nenhuma inscrição, eu consulto os Autores do requerimento, Deputados Paulo Bornhausen, Wilson Wan-Dall e Ivan Ranzolin, se posso facultar a palavra ao Deputado Gelson Sorgato antes de colocar em votação o requerimento de V.Exas.

O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - Desde que V.Exa. conceda um tempo não tão longo...

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Em cinco minutos farei a minha colocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o Deputado Gelson Sorgato.

O SR. DEPUTADO GELSON SORGATO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, o Projeto de Lei nº 024/98 prevê que os usuários residentes em Municípios declarados em estado de calamidade pública, no trimestre subsequente à publicação de decreto próprio, serão dispensados do pagamento dos serviços, previsto no Decreto nº 2.286, de 03 de agosto de 1992.

O Sr. Governador vetou este projeto, mas gostaria, só por uma questão de mérito,

de registrar que o Deputado Nelson Goetten deu entrada nesta Casa a um projeto no mesmo sentido.

Inclusive, quero parabenizá-lo pela intenção, pela vontade e pela necessidade de saber quando vai haver um vendaval, uma calamidade pública, eis que a Fatma não cobre as taxas da extração de madeira do pequeno proprietário rural, que precisa da oportunidade de apoio à agricultura familiar.

Então, eu quero parabenizar V.Exa., Deputado Nelson Goetten. Vejam V.Exas. que o projeto do ex-Deputado Olices Santini está sendo reapresentado hoje pelo nosso Colega e membro da Comissão de Agricultura, o Deputado Nelson Goetten, que tem visão e sentiu a necessidade que o pequeno produtor tem da isenção das taxas.

Então, fica esse registro aos Deputados que irão votar. Eu tenho a minha posição, voto pela derrubada do veto, porque sei da necessidade do pequeno agricultor.

Não quero aqui criticar a Fatma, mas quando se precisa, não há elementos suficientes no campo, como aconteceu na região de Passos Maia e Ponte Cerrada. Lá houve vendavais, e a Fatma não pôde fazer vistoria para a retirada da madeira porque não tinha gente suficiente.

E aqui foi discutido que se passasse essa incumbência de retirar madeiras para a Secretaria da Agricultura, para a Epagri e para a Cidasc. E se já temos uma lei que diz que quando houver calamidade pública há autorização da retirada de madeira, por que aguardar que depois a Fatma faça um decreto, através do Governo do Estado, para retirar madeira onde houver calamidade pública?

Nós temos, portanto, essa oportunidade, Srs. Deputados, e gostaria, como membro e como Presidente da Comissão de Agricultura, de contar com V.Exas. para a derrubada desse veto.

Entendo a situação dos Deputados da Situação, que têm de votar a favor do Governo, mas lá no campo, lá na pequena propriedade, um pequeno agricultor precisa ser assistido.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Encerrada a discussão, passamos à votação do veto total ao Projeto de Lei nº 024/98.

De acordo com dispositivo regimental, o processo de votação será secreto.

Quem votar "sim" estará rejeitando o veto e quem votar "não" estará aceitando-o.

Solicito ao Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, que assuma a Presidência para que possamos exercer o direito de voto.

(Vota o Sr. Presidente.)

Solicito ao Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para a votação secreta.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados para a votação secreta.)

Esta Presidência consulta se algum dos Deputados deixou de ser chamado para votar ou, se chamado, não exerceu o seu direito de voto.

(Pausa)

Não havendo manifestação, damos por encerrada a votação.

Convido os Deputados Gelson Sorgato e Joares Ponticelli para serem os escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Votaram 37 Deputados.

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Temos 16 votos "sim", 12 votos "não" e 9 votos em branco.

Está mantido o veto.

Discussão e votação em turno único da Mensagem nº 11/99, que apõe veto total ao Projeto de Lei nº 14/98, que dá abatimento do IPVA nas hipóteses que nomina.

Conta com parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis pela rejeição do veto.

Em discussão.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Ronaldo Benedet.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Sr. Presidente, e Srs. Deputados, quando fui Secretário de Finanças da Prefeitura Municipal de Criciúma, comecei a observar que durante muitos anos se fazia (e ainda se faz) no Brasil, no Estado e na minha cidade também um incentivo para aqueles contribuintes que não pagavam impostos, para que eles pagassem com chance de anistia e tudo o mais. Mas não havia incentivo para aqueles que pagavam os impostos, os tributos em dia.

Por isso, quero fazer a defesa deste projeto de autoria do Deputado Gilmar Knaesel, que cria um incentivo aos proprietários de veículos automotores que durante um ano não recebem nenhuma multa, não cometem nenhuma infração no trânsito. Este cidadão deve ser louvado, deve receber um incentivo do Governo, porque ele é um motorista inteligente, perito, prudente.

Parabenizo o Deputado Gilmar Knaesel por este seu projeto, que estabelece como incentivo a esses motoristas, que ficam mais de um ano consecutivo sem receber multa, um desconto de até 10% no pagamento do seu IPVA.

Acredito que com esse incentivo diminuiria bastante o número de acidentes de trânsito, porque mexe no que nós chamamos a parte mais sensível do corpo humano: o bolso.

Nós, seres humanos, quando recebemos um incentivo, cuidamos para não errar no exercício das nossas atividades. Por isso a defesa deste projeto.

Algo semelhante já foi colocado hoje aqui pelo Deputado Heitor Sché, que teceu comentários a respeito da questão das multas, porque existem, neste campo, uma fábrica de multas ou de incentivos. Há alguns anos tivemos os famosos "pardais", esses engodos que existem nas estradas estaduais, onde as pessoas são surpreendidas por uma limitação de velocidade. E nós estamos vendo milhares de pessoas recebendo multas, que vão se acumulando.

Então, com esse incentivo, os motoristas passariam a ter um cuidado maior. E no dia do emplacamento, o proprietário de um carro zero que tivesse que pagar mil reais de IPVA, teria um desconto de 50 reais no primeiro ano e de cem reais no segundo ano.

Por isso, a nossa defesa. Não podemos aceitar este veto que vem do Executivo Estadual.

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Rogério Mendonça - Deputado Ronaldo Benedet, V.Exa. praticamente chegou ao cerne da questão ao fazer referência ao projeto do Deputado Gilmar Knaesel, que vem beneficiar o bom motorista.

Nós sabemos que a legislação, de uma forma geral, é punitiva. Ela pune aquela pessoa que, por uma circunstância ou outra, não está de

acordo com a lei. E essa lei não pune, mas premia o motorista que durante um ano não comete falta nenhuma no trânsito: no primeiro ano, ele tem 5% de desconto no valor do IPVA; no segundo ano, ele tem 10% de redução.

Portanto, é uma lei que vem exatamente atender àquele motorista que é cumpridor da lei. E o desconto, Deputado Ronaldo Benedet, é importante que se diga, não é significativo, não tem repercussão nenhuma na receita do Estado. Como eu já disse, ele tem um efeito mais pedagógico. É mais no sentido de premiar aquele motorista que realmente transita sem causar prejuízo às pessoas, a outros motoristas.

O projeto de lei de autoria do Deputado Gilmar Knaesel vem exatamente dentro do espírito que nós precisamos dar à lei, qual seja, premiar também aquele bom cumpridor da lei.

É importante que se diga, Deputado Ronaldo Benedet, que este projeto esteve na Comissão de Justiça, na qual foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foi para a Comissão de Finanças, cujo Presidente naquela oportunidade era o Presidente da Casa, o Deputado Gilmar Knaesel, tendo como Relator o ex-Deputado Eni Voltolini, hoje Secretário da Saúde e Deputado Federal, que também votou favoravelmente a este projeto.

Portanto, o projeto em questão foi votado em ambas as Comissões por unanimidade, e no dia 15 de dezembro foi votado no Plenário desta Casa, onde também foi aprovado.

Fiquei entristecido, Deputado Ronaldo Benedet, ao ver o projeto anterior ser rejeitado por esta Casa. Mas eu tenho certeza que quanto a este projeto o veto será derrubado não pela maioria, mas por unanimidade. E o Deputado Gilmar Knaesel também haverá de se pronunciar e pedir aos Deputados desta Casa que derrubem o veto do Governador.

O Sr. Deputado Ivo Konell - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Ivo Konell - Caro Deputado Ronaldo Benedet, queremos aqui ressaltar o caráter pedagógico do projeto de autoria do eminente Presidente desta Casa. Ele não cria privilégios, não cria benesses, houve um cuidado muito grande no sentido de que se preservasse a questão dos carros novos: no primeiro ano, seus proprietários não teriam direito ao benefício, somente a partir do segundo ano; e durante dois anos sem nenhuma infração de trânsito, os proprietários então teriam a condição de usufruir de um desconto de 10%.

Além deste projeto, que acho meritório e que precisa ser defendido aqui por nós todos, existem outras questões da mesma significação, da mesma relevância.

Há poucos dias, demos entrada nesta Casa a uma indicação solicitando que o Governo parcele as multas, inclusive o IPVA em atraso, porque muitas vezes o valor das multas ultrapassa o próprio valor do veículo.

Uma outra situação complicada que também precisa ser analisada (e estamos entrando com uma indicação nesse sentido) diz respeito às multas que são aplicadas às ambulâncias dos Municípios do interior do Estado. As Prefeituras não assumem e jogam a responsabilidade sobre os motoristas, que tem que prover o pagamento dessas multas, aplicadas quando estão levando doentes para a Capital ou para outros Municípios.

A maioria das ocorrências acontece quando se deslocam para Joinville, Blumenau ou Florianópolis. O motorista, no afã de chegar logo para socorrer a pessoa que está doente, sofrendo, acaba ultrapassando limites de velocidade, desrespeitando, por absoluta necessidade, as placas de sinalização.

A incidência da ocorrência dessas multas é muito grande, e nós, Deputados, precisamos cuidar para que essas questões sejam solucionadas.

Mas é meritória a proposta do Deputado Gilmar Knaesel, e nós todos temos o dever de defender essas boas causas, que vêm em benefício do cidadão catarinense.

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Deputado Ivo Konell, a proposta de V.Exa. quanto ao parcelamento das multas de trânsito, a questão do valor das multas muitas vezes ser mais caro do que os próprios veículos, a questão dos depósitos de veículos e das taxas para a permanência desses veículos devem ser objeto de discussão nesta Assembléia.

O Sr. Deputado Neodi Saretta - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RONALDO BENEDET - Pois não!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Deputado Ronaldo Benedet, a própria justificativa do projeto vetado refere-se ao novo Código Nacional do Trânsito e também aos passos que foram dados a partir da vigência desse instituto no que diz respeito à legislação do trânsito.

De fato, o Código Nacional do Trânsito trouxe inovações importantes, mas deixou de lado um outro aspecto que o Deputado Gilmar Knaesel captou no seu projeto, que é o do benefício ao bom condutor.

Se a lei estabelece penalidade àquele que comete uma infração - e deve assim fazer, a lei seria inócua se não estabelecesse penalidade -, nada mais justo que se estabelecesse algum benefício àquele que cumpre rigorosamente as disposições, com mérito inclusive. E não se trata aqui, é importante dizer, de renúncia fiscal. Estamos apenas falando de um abatimento como forma de prêmio.

Se fosse renúncia fiscal, eu também questionaria, pois não sou muito adepto a isso, porque o Estado acaba sempre perdendo. E a cada dia as demandas do Estado são maiores, pois a sociedade exige, e com razão, melhor atendimento na área da saúde, na área da educação, na área dos transportes, e isso se faz com recursos financeiros.

Não sou adepto daqueles que defendem o Estado mínimo, embora também não tenhamos a tese do Estado máximo defendida por alguns setores defendendo-se uma reestruturação do Estado.

Mas não estamos fazendo aqui uma discussão sobre teorias econômicas e formas de gerir o Estado. O que se está colocando exatamente é que o mérito desse projeto traz uma outra discussão que não está contemplada no Código Nacional de Trânsito, que é um incentivo.

Acho que esses incentivos devem ser também estudados pelo legislador, e nesse sentido...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o Deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. Presidente, salvo engano da nossa parte, parece-me que o Deputado Ronaldo Benedet usou apenas 15 minutos do tempo para discussão, que é de 30 minutos. Gostaria que V.Exa., de posse do Regimento Interno, nos socorresse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Na sessão anterior, foi acordado que na discussão dos projetos de veto o prazo seria de 15 minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Eu não estava presente no momento, mas, tendo havido acordo, eu acho que tem de ser respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o Deputado Paulo Bornhausen, por 15 minutos.

O SR. DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes de iniciar minhas considerações sobre o projeto, gostaria de fazer uma proposição às Oposições, através dos seus Líderes, no sentido de que possamos inscrever, para cada debate, um número igual de debatedores. Inscreveríamos por matéria dois da Oposição, dois da Situação e passaríamos à votação. Assim, não haveria monopólio nem do Governo nem da Oposição. Sobre esse projeto, já falaram três oradores do Governo, da base de apoio, contra apenas um Deputado da Oposição.

Após a minha fala, então, gostaria de ter uma resposta dos Líderes dos Partidos que compõem esta Casa.

O projeto em discussão é bem elaborado, tem muitos méritos, é engenhoso, demonstra ser a favor da sociedade, e seu Autor teve todo o cuidado na sua montagem. Mas mesmo sendo de pequena monta, ele sangra, no primeiro momento, os cofres públicos. E se somarmos os vários projetos que sangram pouco, o total dá muito.

Quando o nosso Governador, apoiado pelo nosso Partido, sanear o Estado, nós teremos condições de avançar com um projeto como esse. O Governador se mostrou sensibilizado pelo projeto, disse isso pessoalmente ao Autor, mas temos um reconhecimento coletivo de que o momento não é o mais oportuno.

Portanto, vamos ficar com a manutenção do veto, e pedimos à Bancada governista que assim proceda, sem discordar do mérito do projeto, mas olhando o descabimento em que se encontra o Estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Deputado Neodi Saretta, esclarecendo a questão de ordem levantada por V.Exa. sobre o encaminhamento do tempo, a assessoria agora nos informa do

seguinte encaminhamento utilizado em Legislaturas anteriores: como o nosso Regimento Interno não explicita o tempo para discussão de veto, estabeleceu-se a metade do prazo que sempre é usado quando da discussão de matéria normal.

O art. 165 diz o seguinte: "O Deputado, salvo expressa disposição regimental, só poderá falar uma vez e pelo prazo de trinta minutos na discussão de qualquer projeto."

Entende-se que o veto teria, então, encaminhamento de matéria de regime de urgência, e o tempo ficou pela metade. Na verdade, foi uma interpretação que está sendo utilizada há tempos, não houve esse acordo entre os Líderes, como a Presidência expressou ainda há pouco.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. pelo esclarecimento. Eu não questioneei quando foi falado do acordo, porque de fato não tinha conhecimento.

Acho que não chega a ser um problema essa possível omissão no Regimento, abrindo precedentes que estariam sendo adotados na Casa. Agora, a nosso juízo, trata-se de uma matéria em discussão, mesmo sendo veto. Portanto, regimentalmente, repito, salvo melhor entendimento, o tempo é de 30 minutos.

Quem sabe, Sr. Presidente, fica essa questão para, numa futura reunião de Líderes, estabelecermos um acordo nesse sentido, ou até mesmo alguma alteração regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Combinado!

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Sr. Presidente, fomos surpreendidos pela inscrição súbita de três Parlamentares da base governista, e eu tinha a intenção de fazer a defesa do seu projeto. Inclusive, estava aí, na Mesa, com a cópia, conversando com V.Exa., para poder ter os argumentos no sentido da defesa.

Mas eu gostaria de ter uma informação com relação aos motivos do veto do Governador. E apesar de eu ter me colocado no microfone de aparte, o Deputado Paulo Bornhausen não percebeu. Não sei se ele não me enxergou; eu tenho emagrecido um pouco ultimamente, mas não o suficiente.

Então, gostaria de ter os informes sobre as razões do veto, pelo entendimento que tenho de que não há inconstitucionalidade, é do interesse público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - O projeto foi vetado em razão de manifesta contrariedade ao interesse público.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Não há alegação de inconstitucionalidade, portanto, Sr. Presidente? Em nenhum momento o Governador alega inconstitucionalidade?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Na exposição de motivos, não.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Então, a única alegação é a questão do interesse público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - "Veto totalmente por ser contrário ao interesse público."

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Agradeço a informação, Sr. Presidente.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, V.Exa. já tomou o cuidado de esclarecer que não houve acordo em torno do tempo para a discussão dos vetos, até porque, salvo interpretação em contrário, o art. 165 do nosso Regimento Interno estabelece que "O Deputado, salvo expressa disposição regimental, só poderá falar uma vez e pelo prazo de trinta minutos na discussão de qualquer projeto".

Então, apesar da praxe adotada na Casa na Legislatura anterior, entendo que se seguirmos o Regimento Interno no que disciplina os seus dispositivos, teríamos para a discussão, se necessário, trinta minutos para cada Parlamentar. E também o § 1º estabelece que o Autor e o Relator do projeto poderão falar pelo dobro do tempo, especificado no *caput* do art. 165.

Sendo assim, Sr. Presidente, V.Exa., como Autor desse projeto que trata do IPVA, teria uma hora para se pronunciar sobre a matéria, e tenho certeza de que conseguiria a derrubada do veto, ficando mantida a sua proposta original. Aliás, V.Exa. nem precisaria falar durante uma hora, tenho certeza absoluta que em 45 minutos daria conta do recado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Agradeço a sua informação, Deputado, mas a Presidência já havia se referido ao art. 165.

Com a palavra o Deputado Nelson Goetten.

O SR. DEPUTADO NELSON GOETTEN - Sr. Presidente e Srs. Deputados, vou fazer a minha manifestação com relação ao veto do Sr. Governador a esse projeto, que entendo de uma iniciativa muito importante do nosso Presidente, o Deputado Gilmar Knaesel.

Infelizmente, baseado na situação administrativa em que herdamos o Estado de Santa Catarina, não tenho dúvida de que foi isso que fez com que o Governador não pudesse sancionar o projeto, que realmente é de interesse público.

Tenho certeza absoluta de que a partir do momento em que o nosso Estado voltar a ter condições de viabilidade administrativa, esse projeto será de iniciativa do próprio Governo.

Eram essas as minhas considerações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra o Deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu analisei o projeto e também entendo que o Autor da matéria foi muito feliz quando a concebeu, mas o projeto foi vetado pelas razões já

elencadas pelos Deputados que me antecederam. Realmente, o Estado de Santa Catarina enfrenta uma grande dificuldade no momento atual, havendo prioridade no pagamento dos salários atrasados e das dívidas não honradas pelo Governo anterior.

Também vamo-nos posicionar pela manutenção do veto, mas num momento muito próximo, Deputado Gilmar Knaesel, tenho certeza absoluta de que poderemos retomar essa matéria e votar, quem sabe, um projeto dessa natureza.

A Sr. Deputada Ideli Salvatti - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Pois não!

A Sr. Deputada Ideli Salvatti - Deputado Joares Ponticelli, eu agradeço a V.Exa. por ter me enxergado. Pela terceira vez consecutiva estou neste microfone...

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - O meu Líder, Deputado Paulo Bornhausen, fez uma solicitação toda especial para que eu concedesse esse aparte.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Fico mais agradecida ainda.

Deputado Joares Ponticelli, fiz, anteriormente, uma solicitação ao Presidente da Assembléia Legislativa para que fosse informado o motivo do veto, porque considero isso uma questão essencial na hora em que se debate a manutenção ou não de um veto.

É óbvio que um projeto de lei que apresente vícios constitucionais, inconstitucionalidades flagrantes, deve merecer da Casa uma atenção especial, até porque não cabe ao Poder Legislativo ficar tomando iniciativas que possam estar sujeitas ao vício da inconstitucionalidade.

Nós, enquanto Casa Legislativa, temos que ter um cuidado redobrado no sentido de não aprovarmos absurdos legislativos. Agora, como o próprio Presidente colocou, a razão de o Governador ter vetado não foi pela inconstitucionalidade, foi pelo interesse público. E o interesse público sempre é uma análise extremamente objetiva e difícil de ser aferida, porque está sempre sob a ótica de quem vê.

Então, eu tenho o entendimento de que, neste caso, o projeto do Deputado Gilmar Knaesel, Presidente desta Casa, que faz inclusive um processo pedagógico... Porque nós dois, como professores, Deputado Joares Ponticelli, sabemos muito bem como é importante, numa sala de aula, ao invés de punir o aluno com desconto, com uma censura mais forte, trabalharmos na linha do agrado, na linha do incentivo, do elogio. Sabemos que, pedagogicamente, funciona melhor o incentivo ao invés da punição, e entendemos muito bem que este projeto está revestindo de interesse público.

Por isso, estou absolutamente convencida, como falei antes, que deveríamos nos despir deste caráter que acabou sendo

dado às votações dos vetos, no sentido de descaracterizá-las como derrota ou vitória do Governador Esperidião Amin, mas, fundamentalmente, como derrota ou vitória de interesse da população catarinense.

Entendo, portanto, que devemos aprovar a lei de autoria do Deputado Gilmar Knaesel, e não a manutenção do veto do Governador.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Agradeço o seu aparte, Deputada Ideli Salvatti. E por ser professor e querer ver pago o salário atrasado do professor, nesse momento vamos votar contra.

Também gostaria de agradecer a V.Exa. pela brilhante defesa que está fazendo dos projetos dos Deputados do meu Partido.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Já que v.Exas. não fazem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Estão inscritos, ainda, os Deputados Ivan Ranzolin, Manoel Mota e a Deputada Ideli Salvatti

Srs. Deputados, encontra-se sobre a mesa um requerimento com o seguinte teor: "Nos termos do art. 169, parágrafo único, os Líderes abaixo-assinados solicitam o encerramento da discussão do PL 14/98". Subscrive os Deputados Wilson Wan-Dall e Ivan Ranzolin.

Este requerimento será submetido pelo Presidente desde que o pedido seja subscrito por um terço dos Deputados ou de Líderes que representem esse número.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, vejo que houve um esvaziamento do Plenário, e requeiro a V.Exa. que solicite a verificação de *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Solicito ao Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à chamada dos Srs. Deputados.)

Estão presentes 24 Deputados.

Há *quorum* para deliberação.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WANDALL - Sr. Presidente, já que estamos chegando perto das 18h, solicito a prorrogação da sessão por mais uma hora.

Na semana passada, a nossa Bancada se retirou do Plenário e justificou, porque tinha algumas informações a respeito dos vetos. E hoje fomos abordados pela Deputada Ideli Salvatti, que está adentrando ao Plenário. Agora, nós consultamos o Palácio Santa Catarina, mas tem alguém que consulta o Palácio Piratini!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela

ordem, o Deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Quero apenas registrar a minha presença, porque havia saído para atender a um compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Esta Presidência primeiro colocará em votação o requerimento que pede o encerramento da discussão do Projeto de Lei nº 014/98.

Os Srs. Deputados que concordam com o encerramento da discussão permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Em votação a Mensagem nº 11/99, que trata do veto total ao Projeto de Lei nº 14/98.

Solicito ao Quarto Secretário, Deputado Adelor Vieira, para assumir a Presidência a fim de que possamos exercer o direito de voto.

(O Sr. Secretário assume a Presidência.)

(Vota o Sr. Presidente.)

(Votam os demais membros da Mesa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Solicito ao Segundo Secretário, Deputado Romildo Titon, que proceda à chamada dos Srs. Deputados para que exerçam seu direito de voto.

(Procede-se à votação secreta.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Perguntamos aos Srs. Deputados se alguém deixou de ser chamado para votar.

(Pausa)

Não havendo mais ninguém para votar, declaramos encerrada a votação.

Convidamos a Sra. Deputada Ideli Salvatti e o Sr. Deputado Lício Silveira para serem escrutinadores.

(Procede-se à apuração dos votos.)

Confere o número de sobrecartas com o número de votantes.

Temos 13 votos "sim", 14 votos "não" e 8 votos em "branco".

Está mantido o veto.

Srs. Deputados, o prazo final para o encerramento da sessão é às 18h, e há um requerimento com pedido de prorrogação da presente sessão, feito pelos Deputados Wilson Wan-Dall e Paulo Bornhausen. A Presidência, então, consulta os Líderes para saber se concordam com a prorrogação da presente sessão por mais uma hora.

O Sr. Deputado Herneus de Nadal - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. Presidente, levando em consideração os compromissos que temos daqui a pouco - e certamente sairá a grande maioria dos Deputados que se encontram nesta sessão -, nós, da Bancada do PMDB, somos pela continuidade dos trabalhos no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a não-concordância da Bancada do PMDB, não precisamos nem consultar as demais Bancadas, e iremos encerrar a presente sessão após deliberar apenas os requerimentos que serão

deferidos de plano.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao gerente-geral e ao editor-chefe do Jornal Santa Catarina, parabenizando-os e aos demais integrantes pela indicação do prêmio "Veículo do Ano".

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Adelor Vieira, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito e ao Presidente da Câmara Municipal de Itapoá, parabenizando-os e ao povo itapoense pelo 10º aniversário de emancipação política do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Manoel Mota, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Prefeito de Araranguá, cumprimentando-o e aos municípios pelo 119º aniversário do Município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Ivan Ranzolin, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares do Desembargador Wilson Vidal Antunes Senior, externando votos de pesar pelo falecimento desse ilustre lageano.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Ivan Ranzolin, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos familiares de Deusdeti de Souza Campos, manifestando profundo pesar pelo falecimento desse amigo e companheiro.

A Presidência defere de plano.

O Sr. Deputado Sandro Tarzan - Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Sandro Tarzan.

O SR. DEPUTADO SANDRO TARZAN - Sr. Presidente, gostaria de pedir a anuência do Deputado Ivan Ranzolin para também subscrever este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilmar Knaesel) - Com a concordância do Autor, subscreve também o requerimento o Deputado Sandro Tarzan.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Esta Presidência dá ciência ao Plenário da pauta da Ordem do Dia de amanhã:

Todas as matérias que deixaram de ser votadas e que estavam na pauta de hoje;

Requerimentos de autoria dos Deputados: Sandro Tarzan, ao Chefe do DNER; e Reno Caramori, ao Ministro da Agricultura;

Discussão e votação do parecer pela inadmissibilidade ao Projeto de Emenda Constitucional nº 01/99.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÕES ADMINISTRATIVAS

RESOLUÇÃO Nº 618/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Na Resolução nº 591, de 07/04/99, onde se lê CLAUDIO ANTÔNIO FORTE, leia-se **CLAUDIOMIR ANTÔNIO FORTES**.
Palácio Barriga-Verde, em 14/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 619/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR, **DARCI PADILHA**, para exercer, em comissão, o cargo de Auxiliar de Unidade Parlamentar, código PL/DCA-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/99 (Deputado Jaime Mantelli).
Palácio Barriga-Verde, em 14/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 620/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DISPENSAR **ELOA COUTINHO DE MIRANDA E QUEIROZ**, matrícula nº 1646, da função de Chefe da Seção de Redação, código PL/CAI, do Grupo de Assistência Intermediária, a partir de 01/03/99 (Divisão de Imprensa).
Palácio Barriga-Verde, em 14/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 621/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: com fulcro na Resolução nº 1394, de 06/10/92,

DESIGNAR **MARISE ORTIGA ROSA**, matrícula nº 1390, para exercer a função de Chefe da Seção de Redação, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, a partir de 01/04/99 (Divisão de Imprensa).
Palácio Barriga-Verde, em 14/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 622/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

DISPENSAR **PEDRO IDERALDO SAMPAIO**, matrícula nº 0980, da função de Chefe da Seção de Arquivo Permanente, código PL/CAI, do Grupo de Assistência Intermediária, a partir de 09/04/99 (Divisão de Documentação).
Palácio Barriga-Verde, em 14/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 623/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: com fulcro na Resolução nº 1394, de 06/10/92,

DESIGNAR **MARIA INÊS CATALANO**, matrícula nº 0687, para exercer a função de Chefe da Seção de Arquivo Permanente, código PL/CAI, do Grupo de Chefia e Assistência Intermediária, atribuindo-lhe o percentual de 40% (quarenta por cento) de gratificação, a partir de 09/04/99 (Divisão de Documentação).
Palácio Barriga-Verde, em 14/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 624/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **FÁBIO BATISTA**, matrícula nº 2896, do cargo de Coordenador de Atividades Legislativas, código PL/DCA-4, do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, REVOGAR a Resolução nº 495, de 01/02/95, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 12/04/99 (Deputado Luiz Herbst).
Palácio Barriga-Verde, em 14/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 625/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

NOMEAR, nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 040/92, **KARINE JACOBS**, para exercer, em comissão, o cargo de Coordenador de Atividades Legislativas, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e CONCEDER-LHE, de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 040/92 c/c a redação dada pelo Parágrafo Único da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97, a Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 12/04/99 (Deputado Luiz Herbst).
Palácio Barriga-Verde, em 14/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 626/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JOÃO LUIZ CORREA**, matrícula nº 2758, do cargo de Secretário de Comissão, código PL/DCA-3, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/99 (Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia).
Palácio Barriga-Verde, em 14/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 627/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR, **FÁBIO BATISTA**, matrícula nº 2896, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 12/04/99 (Deputado Luiz Herbst).
Palácio Barriga-Verde, em 14/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 628/99

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 31 janeiro de 2001, os efeitos da Resolução nº 0827, de 15/05/97, que colocou à disposição Prefeitura Municipal de Gravatal, **EDUARDO ZUMBLICK AGUIAR**, matrícula nº 2151, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 01/02/99.
Palácio Barriga-Verde, em 14/04/99

Deputado Gilmar Knaesel - Presidente
Deputado Lício Silveira - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS**ATA DE COMISSÃO PERMANENTE****ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 14ª LEGISLATURA.**

Aos trinta dias do mês de março de hum mil novecentos e noventa e nove, a Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia, reuniu-se na sala das Comissões sob a presidência do Deputado Gelson Sorgato, estando presentes os Senhores Deputados Membros: Neodi Saretta; Onofre Santo Agostini; Nelson Goetten de Lima; Milton Sander; Moacir Sopelsa e Jaime Mantelli. Abertos os trabalhos o senhor presidente fez a leitura da ATA da reunião anterior, que após lida foi aprovada e assinada por todos os Deputados presentes, Seguindo a ordem do dia passou-se para a leitura do ofício nº 0041/GDHN, encaminhado a Comissão pelo líder do PMDB na Assembléia Legislativa Deputado Herneus de Nadal, propondo a realização de Audiência Pública, para debater a seguintes questões 1 - Reflexo da flexibilização do câmbio para Agricultura Brasileira em especial, para a Catarinense; 2- Remarcação do preços dos insumos; 3 - A produção, internamente, tem sido negociada com preços antigos, enquanto no mercado consumidor os preços foram majorados; 4 - Propostas dos governos federal e estadual ao produtor, frente à desvalorização da moeda nacional; 5 - Incentivos governamentais às exportações do setor primário. Aprovada a proposta, a Audiência Pública foi marcada para o dia quatorze de abril do corrente ano, no Plenarinho da Assembléia Legislativa que será realizada em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, ficando a Secretaria desta Comissão encarregada de fazer os contatos com as Autoridades, providenciando os convites para as entidades representativas e promover o evento. O Deputado Neodi Saretta manifestou-se favorável a forma de debate reforçando a necessidade da participação dos seguimentos representativos dos agricultores. O Deputado Moacir Sopelsa sugeriu a participação da ACCS com o órgão representante dos Suinocultores do Estado. O Deputado Nilton Sander corroborou a sugestão e citou o seminário realizado no município de São Carlos- SC, quando muitos produtores apresentaram os problemas da classe, solicitando saídas. Sugeriu também, a presença do Senhor Secretário da Agricultura. Neodi Saretta, mencionou a promoção da ABRAÇO a ser realizada no dia treze ou vinte e sete de abril para debater os interesses das rádios comunitárias. O Presidente recebeu a programação que será apreciada pela Comissão, oportunamente. A seguir, o Senhor Presidente anunciou que está apresentando um pedido de prorrogação dos financiamentos agrícolas, devido aos prejuízos causados pela longa estiagem na presente safra. O Deputado Milton Sander relatou a presença do Senhor Governador na Assembléia Legislativa ocasião em que foi levantado o assunto da seca, anunciando que o Governador havia determinado ao Secretário da Agricultura para que o mesmo recebesse das lideranças rurais e dos prefeitos os relatórios sobre a estiagem. O Deputado Milton Sander manifestou que os relatórios sobre a perda da safra falam em perdas médias menores do que as ocorridas na região de Chapecó; justificando que as quebras no feijão e no milho são bem superiores naquela região. O Presidente encarregou o Engenheiro Agrônomo Osmar Conceição para fazer os contatos com os Prefeitos sobre os relatórios devendo a documentação ficar a disposição da Comissão da Agricultura. Dando continuidade, o Presidente solicitou a indicação de dois nomes para comporem o Conselho Estadual do Pronaf, conforme expediente encaminhado à Assembléia Legislativa pela secretaria da Agricultura. Foram sugeridos e aprovados os nomes do Deputado Gelson Sorgato e Neodi Saretta para comporem aquele Conselho nas condições

de membros titular e vice respectivamente. O Deputado Neodi Saretta propõe a inclusão na pauta de assuntos das reuniões da Comissão da Agricultura a discussão sobre produtos transgênicos a serem tratados na forma de seminário. Falou do projeto de lei que apresentou, pedindo para que haja acompanhamento do legislativo sobre a questão, fazendo constar o registro na pauta de assuntos a serem discutidos na Comissão. Prosseguindo, o Presidente expõe a necessidade de deslocamento dos Senhores Deputados da Comissão ao Oeste do Estado para examinar a situação dos municípios atingidos pela estiagem em data a ser definida. Da mesma forma levantou a necessidade de conhecer a real situação dos produtores de fumo em local a ser indicado, para contatos com sindicatos e fumageiras. A seguir, o Presidente relatou o encaminhamento do pedido de informação ao Governo do Estado, atendendo a deliberação da Comissão de Agricultura, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia sobre a questão da venda de vacas leiteiras financiadas pelo BADESC e não entregues aos produtores. O Deputado Moacir Sopelsa solicitou informações sobre o trâmite e o prazo para resposta ao pedido. Foi informado que a partir da data da expedição o Governo terá trinta dias para responder. Nessa ocasião os trabalhos foram interrompidos pelo Senhor Presidente, para receber o Deputado Herneus de Nadal acompanhando a caravana de Prefeitos das cidades de Águas de Chapecó, São Carlos, Nova Itabeiraba, Águas Frias, Lajeado Grande, Coronel Freitas, Guatambú, Planalto Alegre, Serra Alta e Caxambú do Sul, os quais foram conduzidos ao auditório da sala de reuniões. Dando seqüência, o Deputado Jaime Mantelli referiu-se a reunião dos fumicultores a ser realizada na data de seis de abril na próxima terça-feira, solicitando ao Senhor Presidente a indicação de representantes da Comissão de Agricultura no referido evento. Foram indicados os nomes do Deputado Jaime Mantelli e do Deputado Milton Sander. Fazendo uso da palavra o Deputado Nelson Goetten, salientou a importância do PRONAF, demonstrou sua preocupação quanto ao índice de inadimplência dos produtores rurais financiados pelo Banco do Brasil com recursos do FINAME rural e solicitou uma avaliação mais aprofundada sobre o numero de agricultores inadimplentes, valor dos financiamentos e outras informações importantes para apuração dos fatos. O Senhor Presidente concordou com aparte e determinou o registro em ata para discussão oportunamente. A seguir, o Presidente convidou o Senhor Adilson Zeni, Prefeito de Águas de Chapecó para falar em nome dos demais Prefeitos presentes. Usando a palavra o Senhor Prefeito enfatizou a triste situação das lavouras no Oeste Catarinense, em face da estiagem prolongada que assola a Região. Além da quebra da safra de grãos está havendo uma baixa na produtividade leiteira. Manifestou a necessidade de a Comissão da Agricultura saber a dimensão dos prejuízos, para poder desenvolver ações em conjunto com as Prefeituras, no sentido de assegurar as famílias no meio rural. Solicitou gestão junto as instituições Financeiras sobre a necessidades de prorrogação dos financiamentos e da anistia do crédito de emergência. A seguir o Senhor Prefeito fez a entrega dos relatórios de cada município presente. O Presidente registrou o ato e falou do interesse da Comissão de Agricultura em dar encaminhamento dos relatórios as autoridades competentes solicitando providências. Em seguida, fez uso da palavra, o Deputado Herneus de Nadal dizendo que os problemas relatados exigem ações imediatas. Falou da necessidade de um miratir entre os Governos Estadual e Federal para ações concretas visando minimizar os efeitos da atual crise que atinge toda sociedade. Na oportunidade, o Deputado retificou a

informação do Deputado Milton Sander, sobre, a audiência dos Prefeitos com o Secretário da Agricultura, a qual foi antecipada das dezessete horas para as dez horas da manhã. O Deputado Presidente estendeu o convite a todos Deputados presentes na reunião. O Deputado Moacir Sopelsa manifestou seu apoio aos Prefeitos concordando que a situação da agricultura está cada dia pior, com queda de produtividade e custo de produção elevado. Enfatizou a necessidade de liberação de financiamento de longo prazo, como solução para não abandonarem o campo. O Deputado Nelson Goetten manifestou-se favorável a redução de taxas na agricultura. Falou sobre as dificuldades para investimento na agricultura e da manutenção da própria terra. Concordando com as colocações dos Senhores Deputados o Presidente reforçou o convite para os membros da Comissão de Agricultura compareçam a Audiência Pública marcada para o dia quatorze de abril próximo. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e eu Osmar Alcides da Conceição lavrei a presente Ata a qual, após lida e aprovada será por todos membros presentes assinada.

DEPUTADO GELSON SORGATO - PRESIDENTE
DEPUTADO NEODI SARETTA - Vice-Presidente
DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Membro
DEPUTADO JAIME MANTELLI - Membro
DEPUTADO ONOFRE S. AGOSTINI - Membro
DEPUTADO NELSON GOETTEN DE LIMA - Membro
DEPUTADO MILTON SANDER - Membro

*** X X X ***

AVISOS DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

CONVITE Nº 02/99

A Comissão Permanente de Licitações da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que no Convite em epígrafe, para aquisição de 20 peças de toner para impressora Xerox, 4512, original, e 08 peças de fotorreceptor para impressora Xerox, 4512, original, para instalação, reparos e consumo diverso, conforme especificações do edital próprio, restaram classificadas, pelo critério de menor preço, em primeiro lugar as propostas das seguintes empresas:

ITEM 01 - 20 (vinte) peças de toner para impressora Xerox, 4512, original, à empresa JBM Informática Ltda., ao preço unitário de R\$ 320,40 (trezentos e vinte reais e quarenta centavos);

ITEM 02 - 08 (oito) peças de fotorreceptor para impressora Xerox, 4512, original, à empresa Xerox Comércio e Indústria Ltda., ao preço unitário de R\$ 492,21 (quatrocentos e noventa e dois reais e vinte e um centavos).

Florianópolis, 14 de abril de 1999.

JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA

Presidente

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

CONVITE Nº 03/99

A Comissão Permanente de Licitações da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que no Convite em epígrafe, para aquisição de até 1.380 (um mil, trezentos e oitenta) litros de leite, tipo "C" por mês, em embalagem "comum" mediante entregas diárias, de até 60 (sessenta) litros, conforme condições do edital próprio, restou classificada, pelo critério de menor preço, em primeiro lugar a empresa Zacchi Com. Representações e Serviços Ltda.

Florianópolis, 12 de abril de 1999.

JOSÉ CARLOS DA SILVEIRA

Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS

Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis

Florianópolis, em 13 de abril de 1999.

Ofício nº 078/99 CCJRL

Ilmo. Sr.

ADRIANO MARTENDAL

Coordenador das Comissões Técnicas

Nesta

Prezado Senhor,

Com os meus cordiais cumprimentos, venho perante V. Sa. requerer a publicação no Diário desta Casa da reunião marcada no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, para o dia 19 deste mês, às 18 horas, com representantes da classe de ensino superior e estudantis.

Certo de sua pronta atenção, despeço-me, atenciosamente.

Deputado **ONOFRE S. AGOSTINI**

- Presidente da CCJRL -

*** X X X ***

GABINETE DO DEPUTADO MILTON SANDER

Of. 150/99

Florianópolis, 12 de abril de 1999.

Exmo. Sr.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL

Presidente da ALESC

NESTA

Senhor Presidente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, vimos comunicar a Vossa Excelência que estaremos nos ausentando do país, nesta Terça-feira(13/04), tendo em vista que estaremos participando do Encontro das Associações de Municípios da América, em Buenos Aires, conforme programação anexa.

Na oportunidade agradecemos, reiterando nossas considerações e apreço.

Atenciosamente,

Deputado **MILTON SANDER**

Lido no Expediente

Sessão de 13/04/99

FEDERACION ARGENTINA DE MUNICIPIOS

Buenos Aires, 6 de abril de 1999

SR. DIPUTADO

MILTON SANDER

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO

ESTADO DE SANTA CATARINA

De mi mayor consideración:

Tenemos el agrado de dirigirnos a Ud. a los efectos de invitarlo muy especialmente a exponer como panelista en el **Encuentro de Asociaciones de Municipios de América, ENAMUN 99**, a realizarse los días 15 y 16 de Abril en la sede de la Federación Argentina de Municipios, F.A.M.

Al mismo asistirán Alcaldes en representación de las diferentes Asociaciones de Municipios de América e Intendentes integrantes de los órganos directivos de esta Federación.

El temario del panel en cual se encuadraría su exposición es: **"Las regiones económicas, desarrollo económico y Gobiernos Locales"**. A tal efecto adjunto programa de actividades del mencionado evento y un formulario para ser completado y enviado a la mayor brevedad, a los efectos de poder organizar su arribo a nuestro país.

En el convencimiento de que este encuentro servirá para estrechar vínculos e intercambiar experiencias entre todas las Asociaciones de Municipios de América es que esperamos contar con su distinguida presencia.

Sin otro particular y a la espera de vuestra respuesta, hacemos propicia la oportunidad para saludarlo muy atentamente.

Lic. **Andrés Filon**

Secretario Ejecutivo

*** X X X ***

PORTARIA CGP

PORTARIA Nº 003/99/CGP

A ASSESSORIA ESPECIAL DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, estabelecidas no art. 11, IV da Resolução 42/92 e cumprindo determinação do Senhor Presidente,

RESOLVE:

Convocar os funcionários relacionados em anexo para prestarem serviços extraordinários nos eventos, dias e horários assinalados.

CIENTIFIQUE-SE E CUMPRE-SE

ASSESSORIA ESPECIAL DO GABINETE DA PRESIDÊNCIA,

em 05 de março de 1999.

Maria Helena T. Diniz

Assessora Especial do Gabinete da Presidência

Anexo à PORTARIA Nº 003/99/CGP

EVENTO	DIA	HORA	LOCAL	FUNCIONÁRIO	MAT.
Reunião do PT	06.03.99	14h às 18h	auditório	Luiz Roberto Silveira Elias Bruno Steimbach Solon Soares	1292 1622 2127
Reunião do PT	07.03.99	08h às 22h	auditório	Elias Bruno Steimbach Solon Soares	1622 2127
Movimento de Rádios Comunitárias do Sul do País	13.03.99	09h às 18h	auditório	Luiz Roberto Silveira	1292
Movimento de Rádios Comunitárias do Sul do País	14.03.99	09h às 18h	auditório	Luiz Roberto Silveira	1292
Reunião da Cultura e Cidadania	27.03.99	08h às 19h	auditório	Luiz Roberto Silveira	

*** X X X ***

PORTARIAS ADMINISTRATIVAS**PORTARIA Nº 263/99**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

CONSTITUIR COMISSÃO formada pelos servidores **PEDRO ALÍPIO NUNES** - matrícula n.º 3294, **ANA MARIA FADEL NEVES** - matrícula n.º 2177, **DULCINÉIA REGIS**, matrícula n.º 1377, **ELOISA HELENA MARTINS BARBOSA** - matrícula n.º 1561 e **ROSÂNGELA BITTENCOURT** - matrícula n.º 0619, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 60 dias, elaborar estudos na área de recursos humanos visando obter os conhecimentos necessários à elaboração de um perfil funcional dos servidores do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa, com o objetivo de formular proposta que permita a implementação de um programa de melhoria da qualidade e otimização dos serviços prestados no âmbito do Poder Legislativo.

PALÁCIO BARRIGA VERDE, em 14/04/99

NAZARILDO TANCREDO KNABBEN

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 264/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **SANDRA MARA COELHO**, matrícula nº 1749, ocupante do cargo de Taquígrafo II, código PL/ATS-10-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 12 (doze) dias, a partir de 05/04/99.

PORTARIA Nº 265/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **JOHNI LUCAS DA SILVA**, matrícula nº 2096, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-10-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 05 (cinco) dias, a partir de 12/04/99.

PORTARIA Nº 266/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e do artigo 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **PRESCILIA CARDOSO**, matrícula nº 1993, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 12/04/99.

Palácio Barriga-Verde, em 14/04/99

NAZARILDO TANCREDO KNABBEN

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94, RESOLVE:

PORTARIA Nº 267/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **ROSILENE MARIA SODRE**, matrícula nº 2043, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 04 (quatro) dias, a partir de 12/04/99.

PORTARIA Nº 268/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Tratamento de Saúde) a **ROBERTO TAGLIARI LIMA**, matrícula nº 0976, ocupante do cargo de Advogado, código PL/ATS-12-F, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 10 (dez) dias, a partir de 12/04/99.

PORTARIA Nº 269/99 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I e do artigo 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **VILMAR ROSA LOPES**, matrícula nº 1212, ocupante do cargo de Motorista, código PL/ATM-9-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 07/04/99.

Palácio Barriga-Verde, em 14/04/99

NAZARILDO TANCREDO KNABBEN

Diretor

*** X X X ***

PROJETO DE LEI**PROJETO DE LEI Nº 059/99**

Ementa: "Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 11.034, de 21 de dezembro de 1998".

Art. 1º - O artigo 1º da Lei nº 11.034, de 21 de dezembro passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. - Fica declarado de utilidade pública o Centro de Recuperação de Toxicomanos e Alcoolatras Missão Nova Vida, com sede na cidade de Florianópolis e foro na Comarca da Capital."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 13 de abril de 1999.

Deputado Ivan Ranzolin

Lido no Expediente

Sessão de 15/04/99

JUSTIFICATIVA

A alteração que ora está sendo proposta, faz-se necessária em função da alteração da razão social da Entidade.

Ainda no período de tramitação do Projeto de Lei original, anexou-se aos autos do processo, documentação comprovando a alteração da denominação da Entidade. Contudo, apesar de ter sido apresentado uma Emenda Modificativa, de autoria do Deputado Lício Mauro da Silveira, por um lapso, a alteração não foi produzida.

É esta a razão da proposta de alteração da citada Lei.

*** X X X ***

REQUERIMENTO**GABINETE DO DEPUTADO JAIME DUARTE****LIDERANÇA DO PPS****REQUERIMENTO Nº 006/99**

(Requerimento nº 183-99)

SENHOR PRESIDENTE,

O Deputado que a este subscreve, com amparo nos dispositivos regimentais, especialmente nos arts. 27 e 28, REQUER, após ouvido o Plenário, seja constituída uma COMISSÃO ESPECIAL TEMPORÁRIA EXTERNA, composta por 5 (cinco) membros para, no prazo de 90 (noventa) dias, discutir medidas de curto prazo para geração de emprego e renda, bem como, diagnosticar as condições gerais de crescimento econômico, nível de emprego e renda, desigualdades e papéis dos sindicatos e cooperativas de trabalho em Santa Catarina, bem como estratégias de desenvolvimento e oportunidades para intervenção do Estado e, ao inserir a Assembléia Legislativa como esfera pública de discussão e de entendimento a partir deste flagelo social, propor objetivos, resultados esperados e atividades que visem o trabalho seguro, produtivo e ambientalmente sustentado.

Sala das Sessões, em 09 de abril de 1999

Deputado JAIME DUARTE

Aprovado em Sessão de 13/04/99

*** X X X ***